



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LORENA COSTA BATISTA DOS SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: BALANÇO DA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO DO/A
ASSISTENTE SOCIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS**

Salvador

2019

LORENA COSTA BATISTA DOS SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: BALANÇO DA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO DO/A
ASSISTENTE SOCIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Co-orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

Salvador

2019

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Santos, Lorena Costa Batista dos.

Serviço social e educação: balanço da produção do conhecimento sobre o trabalho do/a assistente social em escolas públicas / Lorena Costa Batista dos Santos. – 2019.

164 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elza Margarida de Mendonça Peixoto.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Freire Pereira Férriz.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019.

1. Educação básica. 2. Assistentes sociais. 3. Escolas públicas. 4. Serviço social e escolar. 5. Serviço social. I. Peixoto, Elza Margarida de Mendonça. II. Férriz, Adriana Freire Pereira. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD 370.11 - 23. ed.



Universidade Federal da Bahia
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PGEDU)

ATA Nº 20

ATA DA DEFESA PÚBLICA DE MESTRADO DE LORENA COSTA BATISTA DOS SANTOS, NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às quinze horas, reuniu-se na sala Irecê, da Faculdade de Educação, desta universidade, a Comissão Examinadora composta pelos Professores Doutores Adriana Freire Pereira Ferriz, Ana Maria Ferreira Cardoso, Ney Luiz Teixeira, Gilcilene de Oliveira Damaceno Barão e por mim, Elza Margarida de Mendonça Peixoto orientadora, para julgar o trabalho intitulado: SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: balanço da produção do conhecimento sobre o trabalho do assistente social em escolas públicas, de autoria de Lorena Costa Batista dos Santos. Após arguição e discussão, a banca examinou, analisou e avaliou o referido trabalho, chegando a conclusão que este está APROVADA. A mestranda tem o prazo de 60 DIAS dias para a entrega da versão final do seu trabalho. Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Examinadora encerrou a reunião da qual eu lavrei a presente ATA, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes e encerrada por mim Elza Margarida de Mendonça Peixoto.

Salvador, 26 de abril de 2019

Banca examinadora:

Dr. NEY LUIZ TEIXEIRA, UFRJ

Examinador Externo à Instituição

Dr. GILCILENE DE OLIVEIRA DAMACENO BARÃO, UERJ

Examinador Externo à Instituição

Dr. ADRIANA FREIRE PEREIRA FERRIZ, UFBA

Examinador Externo ao Programa

Dr. ANA MARIA FERREIRA CARDOSO, UFBA

Examinador Externo ao Programa



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PGEDU)

Dr. ELZA MARGARIDA DE MENDONCA PEIXOTO, UFBA

Presidente

p/ **LORENA COSTA BATISTA DOS SANTOS**

Mestrando

Aos meus pais e irmão.

A Danilo companheiro e amigo.

Aos jovens negros de classe baixa que lutam por melhores condições de vida através do estudo e lidam com as mais diversas dificuldades para conseguir crescer (na idade e na vida).

[...] se a sociedade fosse igualitária, se houvessem recursos abundantes, se não existissem relações de poder nas instituições, se tivéssemos completa autonomia em nosso campo... aí sim, poderíamos realizar “aquele” Serviço Social que sonhamos. (IAMAMOTO, 2010, p.162)

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil! Tudo o que conquistei até hoje e o que venho alcançando é resultado de muita luta, choro e angústias. Porém, não trago aqui um discurso para dizer que consegui tudo isso sozinha, afinal, quem nessa vida caminha só? E digo mais, como andar só nessa conjuntura? Momento muito importante para que ninguém solte a mão de ninguém. No percurso da graduação e agora mestrado foram muitas as pessoas que me auxiliaram e deram força para que esse trabalho fosse concluído, tendo em vista que esbarrei com diversas dificuldades nesses dois anos, apontando aqui, no primeiro ano, a falta de emprego, de bolsa e problemas de saúde que aqui não é necessário citar.

Começo agradecendo aos meus pais Rosilda (Rose) Costa e Geraldo Batista por toda força, apoio e ensinamentos que me deram não só durante o período do mestrado, mas por toda a minha vida. Sem vocês eu nada seria!

Ao meu irmão Antonio Lucas (13 anos) por sempre me apoiar em tudo o que eu faço, por me ver como um exemplo a seguir e por ser (como ele sempre diz) meu “maior fã”.

A Danilo, meu companheiro e amigo de todas as horas. Obrigada por todo o amor, por todos os momentos tentando me deixar mais animada e feliz e por todo incentivo que você vem me dando. Sorte a nossa ter um ao outro.

Aos meus amigos Lília, Lucas, Poly, Barby, Nusa e Caio que caminham junto comigo há anos e que, apesar das rotinas diferentes, não deixaram a amizade acabar.

À minha tão querida orientadora Profa. Dra. Elza Peixoto, que me apresentou a pesquisa, no primeiro momento, através da Iniciação Científica, me fazendo perceber que eu poderia ir muito mais longe do que um dia eu teria sonhado. Pela amizade, simplicidade, humildade comigo e com todos nós orientandos. Professora, a senhora é um exemplo a seguir. Eu e meus pais somos muito agradecidos por todo o apoio a mim concedido.

À minha co-orientadora Profa. Dra. Adriana Férriz por toda a atenção, carinho e disponibilidade. Você é um exemplo de pessoa, mulher, professora e nordestina, que levarei para sempre em meu coração.

À minha banca examinadora, que se colocou à disposição para participar da qualificação e da defesa, mesmo com todas as muitas demandas da vida acadêmica e pessoal. Agradeço imensamente por todas as contribuições e disponibilidade. Ao Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida; à Profa. Dra. Ana Maria Cardoso; e à Profa. Dra. Gilcilene Barão.

Ao comitê editorial da Revista Germinal por todo o apoio dado a mim no primeiro ano da pesquisa, momento em que eu não possuía recursos financeiros para permanecer no mestrado e com toda a atenção me concederam a função de secretária da Revista Germinal e me apoiaram financeiramente durante um ano (com recursos próprios, vale ressaltar). Meu muito obrigada de coração aos professores: Profa. Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel, UFBA; Profa. Dra. Elza Margarida de Mendonça Peixoto, UFBA; Profa. Dra. Gilcilene Oliveira Damasceno Barão, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, Universidade Estadual de Campinas; Profa. Dra. Maria de Fatima Felix Rosar, Universidade Federal do Maranhão; Profa. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Universidade Tuiuti do Paraná; Prof. Dr. Paulino José Orso, Universidade Estadual do Oeste do Paraná e ao Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto, UTP.

Às amigas que conheci na UFBA e que seguiram comigo nesses dois anos, Nívia Bispo e Janaína Rodrigues! Obrigada por todos os risos, choros compartilhados e conquistas juntas. Não sei o que seria desse período sem vocês e tenho certeza de que nossa amizade irá para além da UFBA! Não podendo esquecer de Elias que com toda a sua espontaneidade entrou em nosso grupinho de amizade e de João Paulo Santana que me auxiliou no final do período da Iniciação Científica e na construção do projeto de mestrado sempre se colocando disponível.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação. Yuri Costa e Nayara Bessa (companheiros de Iniciação Científica e agora mestrado); Rogerio Massaroto, Barbara Púpico; João Paulo Santana;

Janaína Rodrigues; Marcelo Russo; Itamar Corpus, Nívia Bispo, Edson do Espírito Santo; Vânia Moraes; Otávio Aranha; Pedro Lavor; Jaqueline Rodrigues e Elson Moura; aos PIBIC Lucas, Monique e Jaimilson, que apesar de não ter muita proximidade torço muito por cada um. Cada um de vocês vem carregado de histórias e admiro muito todas elas. Muito obrigada por sermos o grupo que somos, pelo apoio e contribuições. Torço muito por todos vocês!

À minha sogra Jacira por todo o apoio dado desde o dia em que nos conhecemos.

À minha família, tias e primas/os por todo o incentivo e confiança dada a mim, independente das minhas escolhas.

Por fim, agradeço a todos os que me auxiliaram/apoiaram direta ou indiretamente nesse processo de construção desta dissertação de mestrado.

Trago um pouco de cada um de vocês comigo! Portanto, meus sinceros agradecimentos a todos!!!

Santos, Lorena Costa Batista dos. Serviço Social e Educação: balanço da produção do conhecimento sobre o trabalho do/a Assistente Social em escolas públicas. 164 f. il. 2019. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

Este estudo traz elementos sobre a produção do conhecimento do trabalho do/a Assistente Social na Política de Educação, fazendo recorte sob o campo das escolas públicas da educação básica. O objeto de estudo da pesquisa é: “a produção do conhecimento sobre o trabalho do/a Assistente Social na educação básica”. Trazemos como pergunta central: como a produção do conhecimento do Serviço Social vem refletindo a atuação profissional na educação básica, especificamente nas escolas públicas? Com o intuito de responder a essa questão, apresentamos como objetivo geral da pesquisa: Levantar a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro, com vistas a investigar como está sendo pensada a atuação do/a Assistente Social na educação básica; e como objetivos específicos: levantar e catalogar teses e dissertações de Serviço Social que tratam sobre o trabalho do/a Assistente Social nas escolas públicas da educação básica; identificar, a partir das teses e dissertações levantadas, as principais demandas que as escolas públicas têm requisitado ao assistente social; identificar e analisar as principais tendências do trabalho profissional do/a Assistente Social a partir das produções analisadas; identificar e analisar os desafios propostos nos estudos para o trabalho do/a Assistente Social na rede pública de ensino (educação básica). Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fontes os bancos de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia - IBICT e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a legislação referente ao trabalho do/a Assistente Social na Educação. A partir dessas fontes, foi realizado um balanço da produção do conhecimento acerca do objeto de estudo e construído um banco de Teses e Dissertações com 39 (trinta e nove) estudos que tratam sobre o trabalho do/a Assistente Social nas mais diversas modalidades de atuação na Educação. A etapa de análise foi realizada a partir da Análise de Conteúdo de 9 (nove) estudos que tratam sobre o trabalho do/a Assistente Social em escolas públicas, entre eles 8 (oito) dissertações de mestrado e 1 (uma) tese de doutorado. Desse modo, a pesquisa traz elementos que ajudam a pensar como se dá o trabalho dos Assistentes Sociais em escolas públicas. Apresenta como resultados que o Assistente Social vem trabalhando com as diversas expressões da questão social que se fazem presentes dentro da escola, tais como situações de violência, *bullying*, gravidez na adolescência. Atua como mediador entre escola e família juntamente com as equipes multiprofissionais, muitas vezes de pedagogos, diretores, coordenadores pedagógicos e psicólogos e também atua em comunicação com a rede e órgãos, tais como Conselho Tutelar, Programa de Saúde da Famílias, CRAS, CREAS, entre outros.

Palavras-chave: Serviço Social; Serviço Social e Educação; Serviço Social e Educação Básica; Serviço Social e Escolas Públicas.

Santos, Lorena Costa Batista dos. Serviço Social e Educação: balanço da produção do conhecimento com vistas ao trabalho do/a Assistente Social em escolas públicas. 164f. il. 2019. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

This study brings elements about the production of knowledge of the work of the Social Worker in Education Policy, making a cut in the field of Public Schools of Basic Education. The object of study of the research is: " the production of knowledge about the work of the Social Worker in Basic Education.". The central question is: how the production of Social Service has been reflecting the professional performance in Basic Education specifically in public schools? In order to answer this question, we present the research's general objective: To bring up knowledge production of the Brazilian Social Work, with a view to investigate how the Social Worker in Basic Education is being thought; and as specific objectives: to collect and catalog Social Service theses and dissertations that deal with the work of the social worker in public primary schools; identify, from the theses and dissertations raised, the main demands that the public schools have asked the social worker; identify and analyze the main trends of the social worker's professional duties from the analyzed productions; identify and analyze the challenges proposed in the studies for the work of the Social Worker in the public school system (basic education). A bibliographical and documentary research was carried out, having as sources the Theses and Dissertations of the Brazilian Institute of Information, Science and Technology (IBICT) and of the Coordination of Improvement of Higher Level Personnel (CAPES) and the legislation related to the work of the social worker On education. From these sources a balance of the production of the knowledge about the object of study was realized, Theses and Dissertations bank was constructed with 39 (thirty nine) studies that deal with the tasks of the social worker in the most diverse modalities of action in Education. The analysis was carried out from the Content Analysis of 9 (nine) studies that deal with the work of the Social Worker in public schools, among them 8 (eight) master's dissertations and 1 (one) doctoral theses. In this way, the research brings elements that help to think how the work of the Social Work in public schools takes place. It presents as results that the social worker has been working with the various expressions of the social question that are present in the school, such as situations of violence, bullying, teenage pregnancy etc. The Social Work acts as a mediator between school and family along with multiprofessional teams, often pedagogues, principals, pedagogical coordinators and psychologists. They also acts in communication with the network and bodies, such as Tutelary Council, Family Health Program, CRAS, CREAS, among others.

Keywords: Social Work; Social Work and Education; Social Work and Basic Education; Social Work and Public Schools.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 Taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental entre 2006 a 2015 – Bahia
- Figura 2 Taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino médio entre 2006 a 2015 – Bahia
- Figura 3 Divisão dos trabalhos no banco de dados construído
- Figura 4 Ilustração do Banco de Dados
- Gráfico 1 Identificação dos trabalhos
- Gráfico 2 Ano de produção dos estudos levantados
- Gráfico 3 Modalidades de ensino
- Gráfico 4 Tipos de estudo
- Gráfico 5 Natureza dos estudos
- Gráfico 6 Âmbito das escolas públicas
- Gráfico 7 Regiões em que os estudos foram realizados
- Quadro 1 Teses e Dissertações e serem analisadas.
- Quadro 2 Páginas de cada monografia nas quais o termo “Educação” foi referido por autor
- Quadro 3 Caracterização das instituições

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBAS	Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais
CBSS	Congresso Brasileiro de Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FACED	Faculdade de Educação
FIC	Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IC	Iniciação Científica
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSF	Programas de Saúde da Família
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEC	Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura

SOE	Serviço de Orientação Educacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
PDF	Portable Document Format
PL	Projeto de Lei
PSF	Programa de Saúde da Família
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	18
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	21
1.3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	25
1.3.1 Modo de apresentação	26
2 PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	28
2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL	28
2.2 HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	31
2.3 A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA ...	43
2.3.1 O trabalho de Assistentes Sociais na rede de Educação Básica do Estado da Bahia	52
3 LEVANTAMENTO E CATALOGAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	58
3.1 DISSERTAÇÕES E TESE DELIMITADAS NO ESTUDO	58
4 ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEVANTADA: O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....	78
4.1 DEMANDAS E REQUISIÇÕES AOS/ÀS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS	78
4.1.1 Inventário das dissertações e teses analisadas.....	79
4.1.2 Análise das requisições ao trabalho do/a Assistente Social nessas produções.....	90
4.2 DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO À ATUAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	98
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
Referências.....	108
APÊNDICES	112

APÊNDICE A – Ficha de trabalho (Instrumento de análise das teses e dissertações levantadas)	112
APÊNDICE B – Quadros com informações sobre o Trabalho dos Assistentes Sociais nas Instituições de Educação encontradas nas dissertações e tese.	116

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de mestrado apresenta uma discussão sobre a produção do conhecimento acerca do trabalho do/a Assistente Social na educação básica. O interesse por esse objeto se deu a partir da aproximação da pesquisadora com a área da Educação logo no início da graduação em Serviço Social, quando foi aprovada em uma seleção para bolsistas de Iniciação Científica em Educação e lá permaneceu até a conclusão do curso. Com a inserção na área da Educação, foram sendo desenvolvidos planos de IC (Iniciação Científica) por quatro anos.

1.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este estudo aborda a discussão sobre a produção do conhecimento do trabalho do/a Assistente Social na Política de Educação, tendo por base o crescimento da presença de assistentes sociais nas mais diversas modalidades da educação, tais como Educação Básica, Educação superior, Educação tecnológica e profissional, Educação de jovens e adultos; dentre outros, contudo dá enfoque à Educação Básica. A partir da inserção de Assistentes Sociais na política de educação, de questionamentos sobre o trabalho desse profissional nas mais diversas modalidades da educação, de perguntas sobre o que faz um assistente social que atua em escolas públicas e do fato de que há estudos que tratam sobre essas diversas modalidades, mas que não há estudos articulando o trabalho do/a assistente social nelas, faz-se necessário, nesse estudo, perguntar: como a produção do conhecimento do Serviço Social vem refletindo a atuação profissional na educação básica, especificamente nas escolas públicas? Apresentamos como objeto de estudo “a produção do conhecimento sobre o trabalho do/a Assistente Social na educação básica.” Para responder às perguntas, o objetivo geral da pesquisa foi levantar a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro, com vistas a investigar como está sendo pensada a atuação do/a Assistente Social na educação básica; e os objetivos específicos: (1) Levantar e catalogar teses e dissertações de Serviço Social que tratam sobre o trabalho do/a Assistente Social nas escolas públicas; (2) Identificar, a partir das teses e dissertações levantadas, as principais demandas que as escolas públicas têm requisitado ao Assistente Social; (3) Identificar e analisar as

principais tendências do trabalho profissional do/a Assistente Social a partir das produções analisadas; (4) Identificar e analisar os desafios indicados nos estudos para o trabalho do/a Assistente Social na rede pública de ensino (educação básica).

Em relação à metodologia, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fontes os bancos de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia - IBICT e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, bem como a legislação referente ao trabalho do/a Assistente Social na Educação. A escolha por esses bancos se deu por serem considerados bancos sérios e que agregam trabalhos reunidos de diversas universidades, disponibilizando, assim, autor, resumo e trabalho completo em formato PDF (Portable Document Format¹).

A partir desses bancos de dados citados, foram levantados 39 (trinta e nove) estudos, sendo que a maior parte deles foi encontrada no banco de teses e dissertações do IBICT, haja vista que no banco de teses e dissertações da CAPES os trabalhos encontram-se duplicados e apareceram que não se encaixavam na presente pesquisa. Esses trabalhos entre teses e dissertações foram produzidos por Assistentes Sociais.

Decidimos realizar um recorte temporal entre os anos de 2000 (ano de maior mobilização por parte do conjunto CFESS-CRESS que marca considerável impulso no processo de luta da categoria pela inserção de assistentes sociais na política de educação) a 2017, com o intuito de abarcar também os trabalhos até o momento produzidos. Com o recorte temporal definido, buscamos os trabalhos nos bancos de teses e dissertações a partir das palavras-chave: Serviço Social; Educação e Serviço Social; Atuação e Serviço Social; Trabalho profissional e Serviço Social; prática profissional e Serviço Social; exercício profissional e Serviço Social; fazer profissional; trabalho e educação.

Todos os trabalhos encontrados foram catalogados em planilha Access (programa da Microsoft Office). Vale ressaltar que a escolha por esse programa se deu levando em consideração a facilidade de manuseio por parte da

¹ Em português a sigla significa Formato Portátil de Documento.

pesquisadora e por ser uma ferramenta de banco de dados que possibilita um nível satisfatório de organização. Sendo assim, os trabalhos catalogados foram divididos em quatro eixos educacionais, sendo eles, Serviço Social e Educação, que contém 11 (onze) trabalhos; Educação Básica (contemplando a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) com 17 (dezesete) trabalhos; Educação Profissional Tecnológica, que possui sete trabalhos; e Educação Superior, que possui quatro trabalhos catalogados. Por fim, um bloco mais delimitado com os estudos sobre a atuação de assistentes sociais nas escolas públicas com 10 (dez) trabalhos. No decorrer da pesquisa, sentimos a necessidade de trabalhar apenas com os estudos da educação básica e especificamente com os que tratam sobre a atuação do Serviço Social em escolas públicas do Brasil.

Para a realização das análises dos estudos levantados e catalogados, decidimos por utilizar uma ficha de trabalho produzida para esta finalidade como instrumento (Apêndice). Esta foi elaborada com base no problema e nos objetivos da nossa pesquisa, com questões que possibilitaram a coleta das informações nos documentos a serem analisados.

Além disso, escolhemos realizá-la a partir do método de Análise de Conteúdo, que pode ser utilizado tanto em pesquisas qualitativas quanto quantitativas. Segundo Triviños (2007, p. 160),

Bardin, [...] nos apóia na elaboração do conceito que adotaremos em relação à definição deste instrumento. Esse autor diz que a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens”. (BARDIN, apud TRIVIÑOS, 2007, p.160).

Esse método é dividido em três etapas básicas para a análise de conteúdo, sendo a primeira a pré-análise, que é composta pela organização do material (a partir do material coletado por meio do formulário criado para captar as informações, separamos por tabelas todas as informações, afim de obter um panorama geral do resultado); a segunda é a descrição analítica (descrevemos esta etapa no capítulo 4, especialmente no item 4.1.1 intitulado “Inventário das

dissertações e teses analisadas”), além disso, é nesse momento que o material é submetido a estudo aprofundado, composto pela codificação, classificação e pela codificação; e a terceira etapa é a fase de interpretação referencial (apontada no item 4.1.2).

Dessa maneira, pretende-se aqui trazer e analisar os dados sobre o trabalho do/a Assistente Social no âmbito educacional, especificamente na rede pública de educação básica, a partir do levantamento e catalogação realizados de forma a alcançar e responder nossos objetivos e perguntas apontadas neste estudo.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A inserção de Assistentes Sociais na Política de educação se faz presente desde os anos iniciais da profissão com vistas à socialização e à educação da classe trabalhadora na expansão do capital. Contudo, a partir da década de 1990, o debate começa a ter visibilidade por conta da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e do amadurecimento do projeto ético-político da profissão, quando se percebeu um aumento de Assistentes Sociais na educação, fato constatado a partir do crescimento no número de trabalhos que foram inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais a partir de 1995; e nos anos 2000 por causa da mobilização do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social pela garantia de uma legislação nacional que garanta a inserção do profissional do Serviço Social em todo território Nacional ². É constatável que essa inserção de Assistentes Sociais na educação tem se dado de forma tímida, tendo números inferiores de profissionais atuantes em relação aos campos das políticas de Saúde e Assistência Social, por exemplo, sendo que essa inserção vem aumentando nos últimos anos devido às políticas de expansão do ensino superior e da educação profissional.

Segundo o CFESS (2015, p.1),

² Conhecido como PL Educação, o Projeto de Lei n. 3.688/2000 dispõe sobre a inserção de assistente social e psicólogos no quadro de profissionais da rede de educação básica em todo o Brasil.

Na esfera pública, a maior concentração de profissionais se situa nas políticas de assistência social e saúde (nas unidades de diversos níveis, desde a atenção básica até a alta complexidade, na assistência e na prevenção), tendo ainda expressiva atuação na previdência social (notadamente do Instituto Nacional de Seguro Social/INSS), no campo sociojurídico (nos Tribunais de Justiça, Ministério Público, Defensorias Públicas, sistema prisional, nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei), na área da educação (nas escolas de educação básica, na assistência estudantil nas universidades e institutos federais), na docência (nos diversos cursos de graduação e pós-graduação), na área habitacional (nos programas governamentais de acesso à moradia e meio ambiente), entre outras áreas, como assessoria, consultoria. Também atua na esfera privada (em empresas, unidades de saúde, unidades de acolhimento de crianças e idosos, dentre outras) e em Organizações Não Governamentais (ONGs).

No que se refere à legislação, temos como fonte principal o Projeto de Lei n. 3.688/2000, conhecido como PL Educação, que vem sendo acompanhado pelo Conselho Federal de Serviço Social e do Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), aprovado em julho de 2013, após um grande processo de lutas por parte da categoria de Assistentes Sociais. Tal projeto dispõe sobre a inserção do/a Assistente Social na Educação e reitera não só a presença de Assistentes Sociais, mas também de psicólogos/as nas redes básicas de ensino, porém vale ressaltar que, embora aprovado, o PL não foi sancionado.

De acordo com Oliveira (2015), a inserção de Assistentes Sociais na Política de Educação apresenta um caráter contraditório, entendendo que esse processo é, por um lado, resultado de lutas por parte da categoria profissional e, por outro, uma exigência determinada pelo capital que precisa de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

No campo do Serviço Social, a discussão sobre trabalho não se resume apenas a um campo de atuação, perpassando por todo o meio profissional com implicações teóricas e práticas, sendo que a atuação profissional do/a Assistente Social se dá por meio de vários campos de atuação.

O trabalho realizado pelo assistente social em diferentes contextos institucionais se apoia numa base comum que é acionada a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político que dá suporte à formação e ao exercício profissional. (ALMEIDA, 2011, p. 142).

No âmbito das políticas públicas, as dinâmicas do mundo do trabalho da sociedade civil e do Estado são o que determinam as ações profissionais, ressaltando que o Estado é o maior empregador de assistentes sociais. “[...] as políticas públicas encerram condições socioinstitucionais, nas quais o trabalho do/a assistente social se efetiva, que dependem da dinâmica entre Estado e sociedade civil quanto às formulações e alcance”. (ALMEIDA, 2011, p. 142).

Dentre os campos sócio ocupacionais de atuação dos assistentes sociais pode-se citar, as instituições públicas estatais; as empresas capitalistas; fundações empresariais; as instituições filantrópicas; as Organizações Não Governamentais. Em políticas setoriais: política de assistência social; políticas voltadas para a criança e o adolescente; política do idoso. Além disso, nos campos sócio jurídico, na área da saúde e da educação.

Atualmente, o trabalho do/a Assistente Social na política de educação se dá nas esferas federal, estadual e municipal; nas instituições filantrópicas e nas instituições educacionais privadas.

No que diz respeito às atividades dos Assistentes Sociais na educação, de acordo com Almeida (2011), pode-se agrupar em quatro direções, sendo elas, a garantia de acesso à educação escolarizada, a garantia de permanência na educação escolarizada, a busca pela qualidade da educação e o investimento nos processos de gestão democrática da educação. A somar, podemos citar que as principais atribuições e requisições encaminhadas para os Assistentes Sociais estão vinculadas aos fatores sócio ocupacionais “que dificultam ou impedem diferentes sujeitos sociais, crianças, adolescentes, jovens, trabalhadores, de experimentarem o processo educativo como um direito subjetivo.” (ALMEIDA, 2011, p. 167). Dessa maneira, as principais atividades desenvolvidas por Assistentes Sociais na educação são:

[...] realização de estudos sócio-econômicos e articulação com a rede sócio-assistencial para se assegurar as condições de acesso e permanência na educação escolarizada; atuação junto aos diferentes sujeitos envolvidos com o processo educacional, estudantes, grêmios estudantis, família, comunidade, professores, profissionais da educação e gestores, visando o fortalecimento dos processos de participação política e gestão democrática da política de educação e de suas instituições; implantação e desenvolvimento de políticas, programas, projetos e serviços de assistência estudantil (bolsas, transportes, alojamentos e pais sociais) organização e condução de palestras, grupos e oficinas abordando temáticas relativas ao cotidiano escolar ou ao universo dos estudantes e das famílias como: drogas,

sexualidade, violência, adolescência, bullying, etc; articulação com os conselhos tutelares, instituições de cumprimento e acompanhamento de medidas socioeducativas e de medidas protetivas; acompanhamento das condicionalidades dos programas sociais; articulação e acompanhamento das instâncias de controle social; articulação com os movimentos sociais atuantes na educação. (ALMEIDA, 2011, p. 167).

Além disso, é importante ressaltar as diversas modalidades de atuação do/a Assistente Social na Política de Educação, sendo elas, a educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, e educação de jovens e adultos; a educação profissional e tecnológica; a educação especial; e a educação superior, sendo que, de acordo com Almeida (2007), cabe ao Estado, através de seus três níveis de atuação (união, estados e municípios), organizar e executar os diferentes níveis de atuação citados.

Também importante destacar que todo esse processo de inserção do/a Assistente Social nos mais diversos campos e modalidades de atuação se deu e se dá por meio de lutas sociais por parte da categoria profissional.

Tendo em vista o trabalho do/a Assistente Social na Política de Educação e todo esse movimento citado, esse estudo pretende dar contribuições tanto para o campo do Serviço Social, quanto para o da Educação, pois, a partir de pesquisa prévia, constatou-se que há uma escassez de estudos sobre o que o Serviço Social vem acumulando e estudando durante o decorrer dos anos no debate sobre a temática, embora existam diversas produções sobre o trabalho do/a Assistente Social e sobre o Serviço Social na Política de Educação que não foram reunidos em um único estudo. Quer dizer, ainda não há investigação que discorra sobre esse acúmulo que o Serviço Social vem produzindo. Nesta pesquisa, levantamos 39 (trinta e nove) estudos entre teses e dissertações desenvolvidas entre os anos de 2000 a 2017 que, antes dessa dissertação, ainda não haviam sido catalogadas. Porém, é importante salientar que houve um esforço para que essa catalogação ocorresse no projeto de pesquisa vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (2016-2017) intitulado “A Legislação e a produção do conhecimento sobre o trabalho do assistente social na educação”, coordenado pela professora Adriana Freire Pereira Férriz, na Universidade Federal da Bahia - UFBA. Dessa forma, entendemos que este estudo é importante na medida em que, a partir de suas

análises, responderá perguntas ainda pouco exploradas no campo do Serviço Social (tais como: Há trabalhos sobre o trabalho do/a Assistente Social na Escola Pública? Onde estão concentrados os trabalhos existentes? Qual referencial teórico metodológico as autoras estão utilizando em suas produções? Como anda a atuação do trabalho do/a Assistente Social em escolas públicas? Entre outros questionamentos que também poderão contribuir para futuros estudos em ambos os campos.

1.3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Para além do objeto de estudo e dos objetivos já expostos, cabe ressaltar que o processo de construção desta pesquisa não se deu descolado da realidade social e atual conjuntura a qual presenciamos. Tal construção vem se dando em meio às dificuldades causadas pelas próprias condições objetivas da sociedade em que estamos inseridos, sendo esta, capitalista, excludente e desigual.

Sabe-se que, atualmente, o Brasil passa por um quadro de ataques que atingem diretamente a classe trabalhadora, ataques tanto no sentido da retirada de direitos sociais que foram conquistados por base de muita luta (alguns nunca foram efetivados plenamente), quanto no sentido da falta de emprego, de saúde, educação, moradia e assistência social para a população menos favorecida social e financeiramente. Um cenário de severos ataques à classe trabalhadora, e aqui podemos citar as contrarreformas trabalhista e da Previdência Social; e fatores que desencadeiam em um alto índice de desempregados, no crescimento do trabalho e mudanças no sistema de aposentadoria que, a cada dia, se torna mais distante. Um cenário adoecedor que desestabiliza e ataca direta e covardemente a classe que vive do trabalho. A somar, tem-se reduzido fortemente os recursos para as áreas sociais e que são de extrema importância para a população, tais como as áreas da Assistência Social, Saúde, Trabalho, Habitação, Educação, dentre outras.

No que diz respeito à educação, e aqui nos referimos à Universidade Pública, pode-se citar e ressaltar os fortes abalos e cortes de verbas que as universidades estão sofrendo, fato que implica na fragilidade do tripé “Ensino,

Pesquisa e Extensão”. Por isso, faz-se necessário destacar que é nesse cenário que esta pesquisa vem sendo desenvolvida, com a ausência de emprego, de financiamento (bolsa estudantil) em seu primeiro ano de produção e com base em muita luta para conseguir permanecer na pós-graduação, espaço ainda pouco ocupado por filhos da classe trabalhadora, principalmente negros, mas que necessita ser disputado e diversificado.

1.3.1 Modo de apresentação

É importante destacar a forma como este trabalho está estruturado. Seu primeiro capítulo consta da introdução que contém, no item 1.1, o delineamento da pesquisa, mostrando como foi pensada e a forma como suas perguntas podem ser respondidas durante o estudo; no item 1.2 apresentamos a contextualização do trabalho, apontando que a inserção dos assistentes sociais na política de educação não é recente e que se dá desde o início da profissão em 1930, a partir do cunho educador e de controle social da profissão e trazendo avanços da profissão para esta área por meio da legislação, do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS) e também por parte da própria categoria de trabalhadores. Já o item 1.3 traz o processo de construção da pesquisa, apontando a conjuntura na qual essa dissertação foi construída.

O capítulo 2 discorre sobre o histórico do Serviço Social na política de educação, trazendo os principais avanços da categoria, o que o assistente social tem feito na educação e quais são os desafios presentes. Apontando as modalidades da educação em que há a atuação do/a Assistente Social, as quais são a Educação Básica (Educação infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio), Educação Profissional Tecnológica e Educação Superior, dando ênfase na Educação Básica. Trazendo os itens 2.1 (Concepção de educação para o Serviço Social; 2.2 o histórico do Serviço Social na Educação; 2.3 a atuação do/a Assistente Social na educação básica e 2.4 o trabalho de assistentes sociais na rede de educação básica do estado da Bahia.

O capítulo 3 é composto pelo levantamento de catalogação da produção do conhecimento. Trazendo em seu item 3.1 as dissertações e tese delimitadas no estudo.

O capítulo 4 é composto pela análise da produção levantada, trazendo em seu item 4.1 as demandas e requisições dos assistentes sociais nas escolas públicas; no 4.1.1 o inventário das dissertações e tese analisadas; 4,1.2 a análise das requisições ao trabalho do/a Assistente Social nessas produções. Já seu item 4.2 aponta os desafios ao Serviço Social na sua atuação em escolas públicas.

Por fim, no capítulo 5 apontamos as considerações finais.

2 PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo trataremos sobre o percurso histórico do Serviço Social e da atuação de Assistentes Sociais na educação. Iniciamos apontando as concepções de educação presentes no Serviço Social e sobre qual delas este estudo se pauta e como o Serviço Social vem se fazendo presente no campo da Educação. O capítulo também aponta as principais modalidades em que os profissionais de Serviço Social atuam, sendo elas, a Educação Básica, que contempla a educação infantil, ensino fundamental e médio; a Educação Profissional Tecnológica e a Educação Superior, dando enfoque na educação básica.

2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Para darmos início ao presente capítulo é necessário apontar que nossa compreensão em relação à educação é que ela, bem como outros direitos sociais, deve ser pensada atrelada às condições reais de produção da nossa existência. Entendemos que é necessário que a educação esteja articulada com os processos de lutas sociais em busca de direitos sociais, seja no que se refere à saúde, ao trabalho, acesso à moradia, ao lazer, à cultura, e por tudo o que esteja em falta ou de forma precária na vida de grande parte da população brasileira.

A educação, na perspectiva capitalista, é uma das formas de se assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital. Uma educação que conforma sentidos, valores e comportamentos em uma dimensão também desumanizadora. Pensar a educação nos marcos da sociedade capitalista requer pensar seu sentido hegemônico e as possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade. (ALMEIDA; RODRIGUES, p. 95, 2013).

Concordamos com Almeida e Rodrigues (2013) que pensam a educação em seu significado mais amplo, uma educação que envolve os processos sócioinstitucionais, as relações familiares, comunitárias e sociais que são capazes de fundar uma educação que seja articuladora das diferentes dimensões da vida social e constitutiva de novas formas de sociabilidade, uma

educação cidadã, em que a efetivação e reconhecimento de direitos humanos são fundamentais, sendo assim, a educação não pode ser tomada apenas como política pública, mas como um dos processos constitutivos da vida social mais complexos. Além disso,

Sua expressão nas políticas sociais se constitui, hoje, a partir de uma hegemonia que articula diferentes campos de atuação do Estado, não apenas a área de educação, mas as de trabalho, qualificação profissional, geração de renda entre outras. Assim, para a construção daquela concepção mais ampla de educação, não podemos deixar de considerar as perspectivas de resistência e confronto que são gestadas no campo dos movimentos sociais e sindicais, nas experiências educacionais realizadas em diferentes escolas, no meio acadêmico, e, também, em determinadas experiências de governo no âmbito municipal. Nesta outra direção, a educação deve ser compreendida como um direito e não como uma mercadoria, como possibilidade e potência na construção de uma nova ordem social. (ALMEIDA; RODRIGUES, 2013, p. 97).

Martins (2012) realizou estudo para compreender as percepções sobre em quais concepções de educação os Assistentes Sociais estão se pautando. Como resultado de tal investigação, encontrou perspectivas fundamentadas no pensamento de Antonio Gramsci. “Por seu profundo engajamento na luta de classes, suas reflexões filosóficas e políticas centram-se nas perspectivas de transformação da sociedade e os meios para esta transformação” (MARTINS, 2012, p. 64).

O pensamento gramsciano é estruturado a partir do princípio de que as condições de existência do homem em sociedade são determinadas por uma série de fatores históricos, políticos, econômicos etc., os quais estabelecem complexas relações sociais. Em meio a estas relações, possivelmente a mais importante é a dinâmica sociedade civil e sociedade política por reverberar tão fortemente em todos os níveis da vida em sociedade. Por isso, esclarecer o exercício de direitos e deveres, pólos basilares do conceito de cidadania, deve inevitavelmente passar pelo contexto educacional, segundo Gramsci. (MARTINS, 2012, p.66)

A partir dessa referência Martins (2012) identificou três vertentes de concepções da educação dos profissionais de Serviço Social pesquisados em seu estudo. Sendo assim, na primeira vertente a autora aponta que é possível encontrar as concepções que estão mais próximas do pensamento gramsciano,

mostrando a educação como “o encadeamento de consciência da situação com a ação prática modificadora” (MARTINS, 2012, p. 67), ou seja, na prática, a educação possibilita instrumentalizar as pessoas para que possam desenvolver suas habilidades e potencialidades e apropriar conhecimento que auxiliem a alcançar níveis elevados de autonomia, crítica e criatividade, num sentido de educação mais amplo, mas com foco na formação dos indivíduos para que sejam críticos e entendam as relações e situações que estão em sua volta. Porém a autora ressalta que são poucos os profissionais entrevistados que demonstraram essa perspectiva crítica de educação.

Na segunda vertente, Martins (2012) afirma que há uma relação entre a concepção de educação e a uma perspectiva legalista, trazendo primeiramente a educação como um direito social dos cidadãos e dever do Estado. Informa ainda que esta vertente pode estar vinculada ao arcabouço ético-político da profissão, que aponta a luta pela garantia dos direitos sociais em defesa das políticas públicas e da cidadania.

Já na terceira aparecem “os ecos dos valores humanistas tradicionais nos quais a educação e a cultura são valores idealizados e abstratos e a sua aquisição não vislumbra ações concretas” (MARTINS, 2012, p. 68) aparecendo, dessa forma, uma ruptura entre ação e pensamento, ou seja, nessa concepção há uma distância entre a educação e a realidade social.

De acordo com Almeida (2000, p. 66),

[...] a educação, estruturada numa sociedade de classes como uma política social gerida pelo Estado, atua como um dos componentes mobilizados por diferentes e, mesmo, antagônicos segmentos sociais na disputa pela hegemonia política, cultural e econômica”.

Para o estudioso, é um campo que sofre tensões de diversos projetos societários e que reflete a correlação de forças que estão presentes nas conjunturas sociais.

Além disso, o conjunto CFESS-CRESS apresentou no documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” as concepções de educação dos Assistentes Sociais que participaram da pesquisa. No estudo foram identificadas três formas de compreender a concepção de educação que

predominam. Na primeira, “as que regulam o campo educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases, mas também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aparecem como ‘aportes’ para a concepção de educação”. (CFESS-CRESS, 2011, p.37-38). Na segunda, se pauta em autores que são referência para formular a concepção de educação que seja norteadora do trabalho profissional. Já a terceira aponta reflexões sobre a educação como “dimensão da vida social relacionada aos processos sociais” (CFESS-CRESS, 2011, p.38), sendo indicada em perspectiva plural e como um direito social rodeada por lutas sociais.

De acordo com esse documento,

Há que se destacar que, por razões diversas, não se expressa na área da educação um consenso em torno da concepção de educação que orienta o trabalho do/a assistente social, como se pode identificar em outras áreas de atuação profissional. A própria produção teórica referida pelos/as assistentes sociais que responderam aos questionários já é reveladora de uma pluralidade peculiar ao campo educacional. Por outro lado, é possível observarmos que a tradição teórica, política e profissional no âmbito das políticas sociais contribui para um olhar particular no exame da educação e de seu entrelaçamento com as demais políticas públicas e com os direitos sociais e humanos. (CFESS-CRESS, 2011, p.38)

Nesse contexto entendemos que,

[...] o trabalho do assistente social na área da educação, numa perspectiva interdisciplinar, é o de realizar ações e intervenções comprometidas com valores que dignifiquem e respeitem os educandos em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, por meio do apoio e de orientação não somente aos alunos, como a sua família e ao corpo docente, em busca de melhores alternativas para o sucesso no processo de aprendizagem e de integração escolar e social. (MARTINS, 2012, p. 70)

Consideramos, então, a educação como uma dimensão histórica e complexa da vida social e como área de atuação e de disputa dentro do campo das políticas públicas.

2.2 HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A presença de Assistentes Sociais no campo educacional se dá desde os anos 1930, tendo em vista a dimensão educativa de seu trabalho e o campo de formação profissional, com a gênese do Serviço Social que nasce conforme

transformações societárias e a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista. É necessário ressaltar que a profissão, que a princípio surge com sua gênese pautada pelo conservadorismo da Igreja Católica e com o cunho assistencialista, no decorrer do processo histórico vai passando por modificações, atualizando-se metodologicamente, desfazendo-se do Serviço Social tradicional e buscando matrizes metodológicas como aporte para atuação no sistema capitalista. Dessa maneira, o conservadorismo vai sendo tecnificado a partir da década de 1940 ao ter contato com o Serviço Social norte-americano para atender às novas configurações do desenvolvimento do capitalismo. Assim, o primeiro suporte teórico metodológico da profissão busca a matriz positivista, onde as relações sociais e vivências apresentam-se como imediaticidade, objetividade, sem o apontamento de mudanças. De acordo com Yazbek (s/d, p. 6),

Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis.

Porém, esse referencial teórico começa a ser questionado na década de 1960, com a expansão do capitalismo e com as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais.

A partir dessa movimentação, surge o movimento de Renovação do Serviço Social na América Latina, que impõe a necessidade de construção de um novo projeto preocupado com as demandas postas pelas classes pauperizadas expressas através das lutas sociais. A partir daí o Serviço Social adota a teoria social de Marx, assumindo, mesmo que de forma lenta, na América Latina, uma perspectiva crítica de contestação política e, no Brasil, um projeto tecnocrático conservador, em meio ao contexto de ditadura militar (NETTO, 1996).

Vale ressaltar que os processos de Reconceituação em 1970, de Renovação, chamada de Intenção de Ruptura em 1980³, e consolidação da incorporação do Marxismo em 1990, são resultados de lutas sociais em favor da democratização do país e da sociedade, e que mesmo o Serviço Social assumindo a teoria crítica, existe uma pluralidade na profissão. É neste contexto de lutas e aumento dos movimentos sociais e políticos e da defesa do direito que o Serviço Social foi sendo questionado para intervenção política.

Nesse lapso de tempo, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. Ele adquire materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS, 1996; MEC-SESU, 2001 apud IAMAMOTO, s/d, p. 4-5).

Desta maneira, o Serviço Social é posto como uma especialização do trabalho que tem como objeto de trabalho a questão social, que é indissociável da sociedade do capital e é permeada por lutas sociais produzidas contra as desigualdades sociais do sistema atual vigente. Dessa forma, segundo lamamoto, (s/d):

É na tensão entre produção de desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair – ou deles fugir -, pois tecem a trama da vida em sociedade. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado no reconhecimento e a legislação de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais, mediações fundamentais para o trabalho do assistente social. (IAMAMOTO, s/d p.16).

Reconhecer a questão social como objeto de intervenção da profissão, pressupõe entender e conhecer as expressões dessa questão social, bem como para o seu enfrentamento, é necessário o envolvimento de lutas para construir, materializar e consolidar os direitos sociais da população, sendo que, as políticas sociais são tomadas como uma das formas de garantia e acesso desses direitos sociais. Essas expressões são resultado da relação contraditória entre capital e

³ Intenção de ruptura com o conservadorismo.

trabalho, em defesa da classe trabalhadora e fazem parte dela. Assim, o Assistente Social atua na correlação de forças entre capital e trabalho e tem como objeto de trabalho as expressões da questão social que, por sua vez, são atreladas às condições de vida da classe trabalhadora.

“[...] a questão social expressa [...], desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Destaca que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para esfera pública exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Também ressalta que a questão social não é um fenômeno recente, típico do esgotamento dos chamados trinta anos gloriosos da expansão do capitalismo, ao contrário, trata-se de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se re-produz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espalhadas em todas as dimensões da vida em sociedade”. (TOMAZ, 2013, p. 9)

Martins (2000) faz uma importante discussão sobre o contexto histórico do Serviço Social na Educação Escolar, ressaltando que a nível mundial, as primeiras intervenções de Assistentes Sociais nas escolas se deram nos Estados Unidos no início do século XX. Neste período, a profissão fazia parte da equipe multidisciplinar, juntamente com professores e psicólogos, e tinha como objetivo atender alunos que estivessem com problemas de aprendizagem, atendendo situações sobre dificuldades de caráter individual e da família, atreladas aos problemas sociais e que refletiam no espaço escolar. A autora ainda traz a questão da França em que o Serviço Social escolar era voltado para o setor de saúde.

No que toca o âmbito da Educação no Brasil, de acordo com o texto produzido pelo CFESS-CRESS (2011), “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” (que realiza uma discussão sobre o percurso da profissão na Educação, bem como a movimentação por parte do conjunto CFESS-CRESS e da categoria), a partir dos anos de 1990, o número de Assistentes Sociais no campo educacional começa a ser aumentado, tendo em vista que o projeto Ético-Político da profissão passa por um processo de concretização e amadurecimento. Esse aumento pode ser constatado por meio da quantidade de trabalhos inscritos no CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais),

realizado de 2 a 6 de julho de 1995, em Salvador – Bahia, com o tema "O Serviço Social frente ao projeto neoliberal em defesa das políticas e da democracia".

Em 1996, com a aprovação das Diretrizes para o curso de Serviço Social, a educação recebe uma atenção maior em relação a ser pensada e incorporada como campo de intervenção do estado e em uma dimensão mais próxima à universidade. Através da LDB, o Serviço Social passa a inserir na agenda as mudanças ocorridas no campo da educação, dadas pelas transformações ocorridas no mercado laboral e cultural e do ensino universitário, principalmente no que toca o âmbito da formação profissional. A profissão, a partir desse momento, inseria um debate mais maduro e com um grau de aprofundamento e de ligação maior com a Educação. De acordo com Almeida (2000, p. 20),

Os novos significados que o campo educacional passou a ter para os assistentes sociais, contudo, podem ser examinados a partir de dois eixos, a posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil à dinâmica da globalização e o movimento interno da categoria, de redefinição da amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissionais.

Porém, os avanços não ficaram estagnados após a aprovação da LDB, que foi o marco para o início das mudanças, tendo em vista as reformas no campo da educação para atender à lógica de expansão da oferta de oportunidades na educação em diversas etapas de escolaridade (da educação infantil ao nível superior), o que envolve as alterações nas formas de empregabilidade e na relação da esfera público-privada que fazem relação direta com o âmbito educacional e que estão sob o controle do Estado. Nesse contexto, o assistente social vem fazendo um movimento de redefinir as possibilidades de sua intervenção. Almeida (2000) afirma que a visão do aumento de interesse por parte dos assistentes sociais, seja ele teórico ou profissional, pelo campo da educação não se resume, porém, à ampliação do mercado de trabalho, mas que representa um conjunto de significativas mudanças para o campo de atuação.

Um exemplo bastante ilustrativo é o que vem ocorrendo com as creches públicas. Tradicionalmente vinculadas à política de assistência e às secretarias de governo de assistência, promoção ou desenvolvimento social em quase todos os municípios do Brasil, hoje

vêm passando por um processo de reconhecimento também pelas secretarias de educação, algumas sendo levadas a uma transferência de responsabilidades e outras a uma dupla vinculação. Este fenômeno é tanto determinado pelas novas requisições impostas pela LDB, como pela concorrência por recursos no âmbito da assistência social, em virtude da redução de gastos públicos. (ALMEIDA, 2000, p.22)

Esse movimento também pode ser constatado em outros níveis da educação, e também pode ser verificado em um plano maior, que vai além das novas configurações que as políticas setoriais apresentam, por meio da institucionalização e adoção de programas sociais de renda mínima tais como Programa de Bolsa-Escola do Distrito Federal .

A partir da ampliação de educação, do desenvolvimento de programas e ações para a educação e das mudanças societárias, surgem novas demandas para o campo educacional e abrem espaço para a atuação do/a Assistente Social na educação. Discussões que nem sempre estiveram presentes nas escolas e espaços educacionais, mas que agora ganham destaque e necessitam de profissionais capazes de lidar com esses aspectos, Tais discussões envolvem contextos de cidadania, trabalho, sexualidade, drogas, violência, família, infância, adolescência, lazer, cultura, álcool e drogas, dentre outros, que já fazem parte da vivência profissional e teórica do profissional de Serviço Social que atua em diversos programas institucionais. Tal realidade vem requisitando cada vez mais a presença de Assistentes Sociais no campo referido, tendo em vista a limitação das próprias escolas e dos profissionais que fazem parte dela em lidar com essas questões, haja vista que os que lá estão não vêm sendo preparados para lidar com essas questões. Nesse contexto, o trabalho do/a Assistente Social recai em várias situações que requerem articulação e discussão com as famílias, crianças e adolescentes e também com os professores. Trabalho esse que possui ações mediadas por programas e ações sociais e lida com questões centrais, como a ampliação de práticas educacionais, permanência na escola, formação permanente dos educadores como questão curricular.

Em 2001, com o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, foram realizadas proposições de âmbito nacional por parte da categoria. Também em 2001 constituiu-se um Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação que confeccionou a brochura “Serviço Social na Educação”, o qual tinha como objetivo contribuir com a discussão que se formava no cenário

nacional e problematizava a função social da escola, a contribuição da profissão para a garantia de acesso à escola e do direito à educação, a educação como direito social, a escola como campo de atuação do/a Assistente Social e trazia o parecer jurídico número 23/2000 da assessora jurídica do CFESS, Dr^a Sylvia Terra, sobre a implementação da profissão no âmbito escolar no nível do ensino fundamental e médio. Esse parecer jurídico afirma a importância da presença de Assistentes Sociais nas escolas, de possibilidades dos projetos de lei para implementar o Serviço Social nas escolas e sobre regulamentar essa implementação nas instâncias de poder municipal e estadual, dando ênfase ao direito à educação, acesso e permanência dos alunos nas escolas – pautando-se nas atribuições da profissão estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei n. 8.662/1993.

É importante aqui ressaltar que a Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e em seu artigo 4º constituem-se as competências do/a Assistente Social, sendo elas:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, 1993 s/p.)

A somar, no artigo 5º da respectiva lei encontram-se as atribuições privativas dos Assistentes Sociais, sendo elas:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II

- planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Essas competências e atribuições citadas são aplicadas para todos os campos de trabalho em que o profissional de serviço social for requisitado a atuar, cada campo com suas especificidades e instrumentos de trabalhos necessários. A atuação da Política de Educação está incluída dentre os campos.

Já em 2002 ocorreu o 31º Encontro Nacional CFESS-CRESS em Brasília (DF) e, em 2003, na cidade de Salvador, aconteceu o 32º Encontro Nacional CFESS-CRESS. Nesses dois encontros foi abordada a necessidade de mapear as discussões sobre a inserção de Assistentes Sociais na educação no país. Tal mapeamento não foi realizado, no entanto surgiu a pauta do acompanhamento das legislações que já existiam no que toca o Serviço Social na Educação, que até hoje ainda é trabalhada tanto pelo conjunto CFESS-CRESS, quanto pela categoria. Em 2004 e 2005 ocorreram os 33º e 34º Encontros Nacionais.

Além disso, ainda ocorreu o 35º Encontro Nacional em 2006, que aconteceu em Vitória (ES). Nele foi aprovada a constituição de um Grupo de Trabalho a ser composto por um representante de cada região do Brasil e quatro representantes do CFESS, porém não houve reunião; o 36º Encontro Nacional/2007 em Natal (RN), constituído por novos membros por conta da mudança de gestão no Conjunto CFESS-CRESS; o 37º Encontro que aconteceu

em 2008 na cidade de Brasília (DF); e o 38º Encontro Nacional em 2009 em Campo Grande (MS). Em 2010, o Grupo de Trabalho indicou assessoria do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida que foi aprovada pelo Conselho Pleno do CFESS, com isso uma metodologia foi elaborada “para servir de base e de análise durante a realização de debates estaduais e municipais em 2011” (CFESS-CRESS, 2011, p.10). Essa metodologia possuiu as seguintes fases:

(a) produção de roteiro para levantamento da inserção dos/as assistentes sociais na educação no Brasil; (b) elaboração de ficha de identificação para mapear em quais modalidades da educação o/a assistente social está inserido/a; (c) produção de um roteiro para orientar a discussão do Serviço Social na Educação nas regiões; (d) levantamento das produções teóricas, entre o período de 2000 a 2010, acerca da temática, na Revista Serviço Social e Sociedade e nos anais dos CBAS's; (e) produção do documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”, para servir de base e de análise durante a realização de debates estaduais e municipais em 2011. (CFESS-CRESS, 2011, p.8)

Com essa metodologia, foi enviado, através de ofício aos conselhos regionais, um questionário com roteiro para os estados brasileiros e uma Ficha de Identificação das instituições e equipes e, a partir das respostas de assistentes sociais que atuam na educação que foram devolvidas, foi possível fazer um mapeamento e levantamento da inserção e do trabalho dos Assistentes Sociais na Política de Educação, tal mapeamento traz grande contribuição para o Serviço Social e também para este estudo.

No que diz respeito à concepção de educação que orienta as experiências de trabalho do/a Assistente Social, as respostas se dão sob três formas entendidas pelos profissionais sobre a concepção de educação orientadoras do fazer profissional, sendo que no primeiro plano aparecem como aportes as legislações sociais a nível amplo e também a nível educacional, como a LDB e o ECA; no segundo plano, são citados autores que são referência para que seja possível formular uma concepção de educação que dê norte para o trabalho do/a Assistente Social na Educação; e o terceiro plano, de forma não homogênea, indica algumas respostas e reflexões da educação vinculada aos processos sociais e como dimensão da vida social, trazendo a educação como um direito social que necessita ser alcançado por meio de lutas sociais e pela mobilização dos movimentos sociais.

Já quando, no estudo citado, foi questionado aos profissionais sobre a concepção de Serviço Social que orienta o trabalho do/a Assistente Social na política de educação, a maioria das respostas apontou para a concepção do Serviço Social vinculada às lutas sociais por uma nova ordem de sociedade, que apontam ações que valorizam uma educação emancipadora. Além disso, são citadas algumas formas de gerir a atuação do/a Assistente Social no âmbito da educação articulada com processos de controle social e luta pelos direitos sociais. A somar, nas respostas sobre essa questão, são citados o instrumental técnico-operativo da profissão, projetos que foram realizados, programas sociais e diversas atividades profissionais desenvolvidas, tais como:

[...] trabalho preventivo, por meio de encontros sobre o fortalecimento da relação escola-família – encontros temáticos; realização de encaminhamentos institucionais com o intuito de enfrentar as situações de risco e vulnerabilidade social; acompanhamento das condicionalidades dos programas sociais como a frequência escolar (Programa Bolsa Família); promover articulação entre as políticas sociais, com vistas a desenvolver ações institucionais que colaborem para a inclusão social; abrir canais de comunicação com os órgãos de garantia de direitos, tais como conselhos de direitos, conselhos tutelares e Ministério Público e realizar um trabalho com os/as professores/as, a fim de discutir sobre a educação na contemporaneidade; também aparecem com maior ou menor ênfase nos diferentes campos de inserção na área de educação. (CFESS-CRESS, 2011, p. 39).

A terceira questão do estudo versou sobre as condições (possibilidades e entraves) para a materialização do projeto ético-político profissional nas experiências do Serviço Social na política de educação. Neste ponto, sobre as possibilidades, os profissionais responderam pelo âmbito de entender que a educação é um direito social e pela articulação da ação dos profissionais às lutas sociais e valorização da educação que são expressas pelos princípios do Código de Ética profissional; pelo contato com os usuários atendidos, incluindo suas famílias, comunidades e profissionais da educação; pelo fortalecimento da participação da população usuária na vida escolar; pela autonomia do/a Assistente Social em relação ao seu fazer profissional; pelas políticas de assistência estudantil, bem como as ações; pela concepção de educação defensora da formação integral dos alunos, dentre outros. Em relação aos entraves, muitos profissionais responderam no sentido de trazer elementos da dinâmica própria da política educacional incluindo a gestão dela, além disso, a

necessidade de ultrapassar os limites do pensamento conservador; efetivar direitos de cidadania da população que é marginalizada por sua condição social e pelo contexto da família ao qual está inserida; a precarização de recursos e financiamentos nas políticas sociais e a falta de entendimento por demais profissionais da educação sobre a atuação de Assistentes Sociais.

A quarta questão foi sobre a “caracterização da inserção do Serviço Social no âmbito da política de educação, considerando as particularidades do trabalho do/a Assistente Social, tendo como referência os seguintes focos”,(a) “Garantia do acesso da população à educação formal”, item em que são sinalizadas as principais atividades realizadas pelos/as Assistentes Sociais nas instituições educacionais, tais como: visitas domiciliares, estudos socioeconômicos, abordagens grupais, articulação com conselhos tutelares e Ministério Público, articulação e encontro com as famílias, entre outras, sendo feita pouca referência aos processos políticos ou institucionais em que as atividades são realizadas; (b) “Garantia da permanência da população nas instituições de educação formal”, em que aparecem respostas similares ao tópico anterior, porém a maioria das respostas indicam os programas e projetos que são desenvolvidos nas instituições educacionais, principalmente os que dizem respeito às questões de evasão e frequência irregular.

Em síntese:

Ainda considerando as particularidades dos níveis e modalidades da educação na educação infantil, na educação especial, no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos, é possível observar que as respostas apontam para procedimentos que se localizam no circuito “escola/família/instituições garantidoras de direitos”. Prevaecem ações profissionais em torno da identificação das condições de vulnerabilidade social, da realização de estudos socioeconômicos e da mobilização das instâncias, que visem assegurar a permanência na educação escolarizada por meio de medidas judiciais. Nos demais níveis e modalidades, em função da consolidação de políticas de assistência estudantil, as ações profissionais, ainda que mobilizem processos investigativos da mesma natureza, se apoiam em outras atividades previstas na operacionalização dos programas institucionais, com nítidas preocupações com questões mais vinculadas à formação cultural e à vida escolar dos/as estudantes. (CFESS-CRESS, 2011, p.43).

O item (c) da questão versa sobre a garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional, em que as respostas apontaram para uma atuação em conjunto com a comunidade escolar, pais, professores e alunos,

entendendo que a participação desses sujeitos é o ponto central para garantir a qualidade da educação, a somar, dão ênfase às lutas sociais e a atuação junto às instâncias de controle social. Em meio às respostas também surgem referências quanto ao trabalho do/a Assistente Social no que toca o atendimento/acolhimento aos estudantes, principalmente no que diz respeito a temas sobre drogas, violência, sexualidade, *bullying*, trabalho, cidadania, entre outros. Já o item (d) versa sobre a garantia da gestão democrática e participativa na política de educação, indicando, através das respostas, estratégias de articulação com instâncias de controle, fortalecimento do convívio com as equipes de profissionais, participação de toda a comunidade da escola, mobilização dos pais e alunos, dentre outros pontos.

A somar, as questões posteriores do estudo tratam sobre “O Serviço Social como integrante de equipes multidisciplinares e ou interdisciplinares”; “Leitura que os/as demais profissionais têm do Serviço Social”; “Identificação das principais expressões da questão social presentes na política de educação”; “Existência de ações interinstitucionais e de articulação das políticas públicas de educação com outras políticas, como saúde, assistência social, cultura, habitação, justiça, esporte e lazer, trabalho e renda, meio ambiente. Formas como acontecem”; e “Estratégias do Serviço Social para articulação e mobilização do sistema de garantia dos direitos e proteção social”.

A partir das respostas que foram obtidas dos/as Assistentes Sociais, o estudo apontou que a inserção do/a Assistente Social na área da educação deve ser pensada em conjunto com as dinâmicas que particularizam a política da Educação, haja vista que o trabalho vem demandado como parte de estratégias de controle social do Estado e das partes dominantes da burguesia sobre o processo de produção e reprodução da força de trabalho. O profissional tem sido chamado com a finalidade de atuar em programas e projetos governamentais e não-governamentais que são voltados para a garantia do acesso à educação e à permanência nela; para atuar em políticas de ações afirmativas, cotas, assistência estudantil; para realização de análises socioeconômicas; para participar de processos que ressaltem a importância da educação infantil; na elaboração de critérios e concessão de bolsas estudantis ou descontos em mensalidades em rede particular; para consolidar a educação inclusiva; realizar pedidos de aplicação de medidas protetivas; acompanhar medidas

socioeducativas; para elaboração de planos de atendimento individuais; realização e participação de programas de erradicação do trabalho infantil; para assessoria no âmbito do Ministério Público; articulação para acesso de internos do sistema prisional à educação, bem como vestibulares comunitários. Apontando que a atuação do/a Assistente Social no campo da educação deve estar associada ao acúmulo teórico-crítico da profissão no que diz respeito às políticas e direitos sociais e também deve ser associada às competências e atribuições privativas dos/as Assistentes Sociais que estão previstas na Lei de Regulamentação da Profissão⁴, todas elas articuladas à Política de Educação.

A somar, pode-se dizer que a inserção dos/as Assistentes Sociais na educação é uma forma de fortalecimento das políticas sociais, de divisão de tarefas, haja vista que professores e diretores possuem uma carga muito grande de trabalho e se desdobram no papel entre ensinar, ouvir, compreender a realidade educacional, mesmo não sendo capacitados e não tendo os instrumentos suficientes para executar atividades que estão para além de ensinar. Além disso, é possível e necessário interligar áreas, instrumentos e instituições da educação, assistência social e saúde, bem como os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas de Saúde da Família – PSF, Conselho Tutelar, Ministério Público, dentre outros.

2.3 A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ao obter uma certa institucionalização de determinadas práticas pelo Estado, como o reconhecido como Política Pública Social, a educação passa a demandar o envolvimento de diversas categorias profissionais, e é nesse contexto que a atuação do/a Assistente Social vem se fortalecendo.

Ainda que envolvidos com níveis e modalidades diferenciados da política educacional, os assistentes sociais e os trabalhadores com os quais irão se relacionar política e profissionalmente estão subordinados a parâmetros de formação e qualificação que orbitam em torno da lógica de mercantilização das relações sociais e de privação da capacidade de criar, pensar e propor em função dos condicionantes que reificam os processos de trabalho em diferentes dimensões e áreas. (ALMEIDA; RODRIGUES, 2013, p. 94).

⁴ A lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social.

O/a assistente social está inserido nas mais diversas modalidades da educação, tais como na educação Profissional Tecnológica, na Educação Superior e na Educação Básica. Neste estudo trataremos sobre a educação básica e mais especificamente na atuação dos/as Assistentes Sociais nas escolas públicas.

A escola tem presenciado em seu cotidiano diversas expressões da questão social que acompanham os alunos no momento em que ele entra na escola.

Sobre a inserção desse profissional no âmbito escolar, concordamos com Moreira (2013) no sentido de que:

[...] precisamos pensar a escola tradicional mais do que um locus estratégico da classe dominante de propagação destas ideias, mas também como uma instituição social que tem por objetivo formatar formas de pensar, valores, hábitos, comportamentos e sentimentos necessários ao futuro dirigido. Contudo, coerentemente com as contradições inerentes ao capitalismo, essa mesma instituição representa um importante meio no qual os trabalhadores, através do seu acesso e utilização, podem alcançar parte dos conteúdos necessários aos processos de ampliação de visão de mundo e de formação de uma consciência crítica. (MOREIRA, 2013, p. 153)

A presença de Assistentes Sociais na escola no Brasil, timidamente, remonta aos anos 1930. Recebendo influência do Serviço Social escolar dos Estados Unidos, onde foi implementado em 1907, adotou-se o método do Serviço Social de casos com pais e alunos. O Serviço Social possuía como competência atuar frente às relações sociais com famílias de baixa renda e nos cuidados referentes à moral. Sendo assim, o objetivo de atuação era adequar os indivíduos aos padrões de comportamento dos valores dominantes.

Entre 1940 e 1950, nota-se a identificação de expressões da questão social no âmbito da escola, tais como evasão escolar, analfabetismo e pauperização, que estavam presentes na escola, mas que também eram e são vinculadas à área de atuação do Serviço Social. Nesse período, diversos projetos de lei foram criados nas cidades brasileiras. Na obra de Witiuk (2004), a autora traz diversos pontos sobre o histórico do Serviço Social na escola. Na obra, podemos constatar que, no Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul, através do Decreto n. 1394 de 25 de março de 1946, o Serviço Social foi

implementado na Secretaria de Educação e Cultura, vinculando-se ao programa de assistência ao escolar. Neste período, as atividades do/a Assistente Social voltavam-se para identificar problemas sociais que rebatiam no processo de aprendizagem dos alunos e também promover ações que buscassem adaptar os alunos ao meio escolar. De acordo com a autora, que faz referência a Amaro; Barbiani; Oliveira (1997), as principais atividades do trabalho do/a Assistente Social eram:

Examinar a situação social e econômica dos alunos e suas famílias. Identificar casos de desajuste social e orientar pais e professores sobre o tratamento adequado. Orientar a organização e o funcionamento de entidades que congreguem professores e pais de alunos. Orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias. Realizar triagem de alunos que necessitem de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico e dentário. Preparar relatórios e prestar informações sobre suas atividades. Manter articulação com os grupos da escola (professores, pais) e outras entidades comunitárias. Esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumam sua parcela de responsabilidade no processo educativo. (AMARO; BARBIANI; OLIVEIRA, 1997, p. 52 apud WITIUK, 2004, pp. 29-30)

Os congressos nacionais e internacionais de Assistentes Sociais trouxeram discussões de grande importância para o trabalho desses profissionais nas escolas, sendo considerados marcos significativos para o Serviço Social escolar. Além disso, esses congressos apontaram a inserção dos profissionais nessa área. Em 1949 o Brasil tornou-se sede do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social (o primeiro ocorreu em 1945 no Chile) e, como preparatório para esse congresso, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Serviço Social - CBSS organizado pelo CEAS – Centro de Estudos e Ação Social. O II congresso Pan-americano citado trouxe discussões que vinham ocorrendo na América Latina sobre a intervenção do Serviço Social nas escolas.

Um dos avanços para esses congressos foi que o Serviço Social escolar foi considerado como uma atividade técnica supletiva, mas também necessária. Tendo em vista essa consideração, o estado de Pernambuco, por meio do Decreto n. 85 de 08 de junho de 1949, passou a incorporar o Serviço Social Escolar em seu artigo 5º do Regulamento do Ensino Primário.

Nesse período, que, vale salientar, foi o período do desenvolvimentismo, o Serviço Social se insere na Educação, e de acordo com Witiuk (2004, p. 32)

Educação que se coloca a serviço do capital, no apoio à industrialização e é *percebida* como possibilidade de ascensão social, na medida em que habilita o homem para o mercado. As condições subjetivas ou abstratas oferecidas a classes populares pela educação, possibilitam a ascensão a condições mínimas de sobrevivência e, conseqüentemente, faz diminuir as pressões, reivindicações e/ou greves em relação ao capital. A população é convocada a se desenvolver na mística do desenvolvimento, via educação formal (escola).

Pode-se dizer que o Serviço Social na escola, visto como intervenção de caso social, atuava com base nas dificuldades da criança em relação ao aprendizado, que eram vistas como seu limite, e a estrutura do ensino não era levada em consideração, sendo requisitados para intervir em situações de adaptação do aluno ao meio escolar e ações voltadas ao equilíbrio social da escola, situações vistas como defeitos e anormalidades sociais.

Ainda em Pernambuco, segundo Witiuk (2004), em 1949, com a aprovação da legislação, a atuação do/a Assistente Social passa a ser considerada como atividade complementar ao campo educacional. Dessa forma, a autora apresenta em sua tese as competências do Serviço Social Escolar naquela época. Sendo elas:

Descobrir os casos de desajustamento escolar dando-lhes a solução adequada quando possível. Encaminhar os alunos no sentido de suas vocações e predisposições reveladas durante sua permanência na escola. Fornecer aos interessados elementos de pesquisa e estudo, de natureza social, servindo-se da contribuição psicopedagógica fornecida por outros setores da administração escolar. Prestar assistência social em seus amplos e variados sentidos. Fornecer aos interessados elementos de prognóstico e diagnóstico sobre o êxito ou fracasso em profissões e carreira futura". (OLIVA, 1987, p. 41 apud WITIUK, 2004, p. 35)

Já no início da década de 1960, o Estado de Santa Catarina solicita o trabalho do/a Assistente Social nesse campo, o que resulta, em 1961, em um convênio estabelecido entre a Secretaria do Estado de Educação e Cultura de Santa Catarina e a Faculdade de Serviço Social, que tinha como objetivo a implantação da profissão na Inspeção de Educação. Nesse período,

As atividades dos Assistentes Sociais estavam voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a “adaptação” dos escolares ao seu meio e o “equilíbrio” social da comunidade escolar. Os Assistentes Sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade sociais. O que se observa é que havia uma vinculação ideológica ao projeto político do Estado. Essa vinculação se dava por opção ou por subordinação. (WITIUK, 2004, p.44)

Além disso, em 1963, através do Decreto Lei n. 10.527, o governo do estado do Paraná incluiu o Serviço Social Escolar dentro da SEC - Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

É importante ressaltar que durante esses períodos o Brasil ia passando por mudanças e o Serviço Social também. A exigência por parte do capital por obter profissionais qualificados para alcançar mais desenvolvimento para o país foi um dos fatores que impulsionaram o Serviço Social a questionar o seu fazer profissional, seu referencial teórico e sua metodologia, com vistas a responder demandas e superar o tradicionalismo. Netto (1996) sintetiza que:

[...] Nossa interpretação, portanto, atribui à autocracia burguesa a função precipitadora de um processo de erosão do Serviço Social “tradicional” que lhe é anterior. [...] Com efeito, o quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena alavancagem da industrialização pesada, colocava demandas de intervenção sobre a “questão social” que desbordavam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias da sua atividade (basicamente concretizadas nos “processos” das abordagens individual e grupal). (NETTO, 1996, p.137)

A crise do Serviço Social “tradicional” foi fenômeno internacional e ocorreu em praticamente todos os países com a profissão consolidada. Tal crise resulta em uma revisão crítica que vai pelo âmbito das ciências sociais, cujo foco é o rompimento com as amarras imperialistas e a transformação da estrutura do capital, que é excludente e exploradora. Com a base do serviço social tradicional enfraquecida, a profissão se desenvolveu em três principais direções que foram constrictivas para processo de renovação. A primeira delas foi a perspectiva conservadora, que possuía como núcleo central o Serviço Social como

“interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (NETTO, 1996, p. 154).

Ainda segundo Netto (1996), essa perspectiva:

[...] aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” – donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora. (NETTO, 1996, p. 155)

Além da citada, houve também a perspectiva do conservadorismo.

[...] Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxista. (NETTO, 1996, p. 157).

Essa propõe, então, uma (re)atualização do carácter renovador fazendo esforço de fundamentá-lo em “matrizes intelectuais mais sofisticadas”.

Já a terceira direção mencionada no processo de renovação da profissão no Brasil é a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, que, ao contrário das anteriores, “[...] manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico metodológica o pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 1996, p. 159).

Tais mudanças foram debatendo diretamente na profissão e refletiram no trabalho do/a Assistente Social e em seus campos de atuação. Na educação, de acordo com Witiuk (2004), o Serviço Social se preocupou em buscar se atualizar e ocupar espaço nas propostas educativas consideradas como modernas. Sua intervenção nesse período já apresentava diferença em relação aos anos de 1930, tendo em vista que já utilizava métodos modernos de Serviço Social de caso, comunidade e grupo; o foco passa a ser na situação social-problema vivida

pela família e alunos e na perspectiva de ajuste social. Porém, a atuação ainda ignora que as estruturas sociais e as relações sociais sejam os fatores que implicam nos conflitos e desigualdades sociais, fazendo sua atuação centrada nos indivíduos e grupos, buscando a interação social.

Witiuk (2004) afirma que a regulamentação do Orientador Educacional foi influência significativa na dimensão ocupada pelo Serviço Social na educação. Dessa maneira, a autora identifica na produção de profissionais de Serviço Social daquele período uma referência à atuação de Assistentes Sociais em equipe de orientação educacional em perspectiva multiprofissional.

Já em 1974 inicia-se um novo período no governo militar que se estende até 1985. Período esse de politização por parte da classe trabalhadora e o fortalecimento da classe operária.

Nesse período, o Serviço Social foi implantado nas Secretarias de Educação de Campo Grande-MS, onde o/a Assistente Social foi inserido no quadro de profissionais da Secretaria Municipal de Educação Cultura, pela Lei Municipal nº 1.812 de 21 de maio de 1979. Sua responsabilidade nesse campo era atuar junto com os outros técnicos para garantir acesso e permanência dos alunos na escola.

É relevante dizer que enquanto em alguns estados brasileiros revia-se a prática profissional em outros o serviço social ainda estava sendo implantado junto à política social da educação.

No campo do Serviço Social, a década de 1990 foi marcada pela ruptura com a perspectiva neutra dos antigos Códigos de Ética de 1948 e 1975 através do novo Código de ética⁵ pautado no materialismo histórico. Concomitantemente, nessa mesma década, é registrado um avanço em relação à atuação do/a Assistente Social na escola.

No Estado de São Paulo foi apresentado o Projeto de Lei n. 442 do Deputado Estadual Clovis Volpi. Tal projeto visa inserir o Serviço Social Escolar nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio, trazendo que,

⁵ Lei 8.662/1993. Lei de Regulamentação da Profissão aprovada em 13 de março de 1993.

Artigo 2º - Compete ao Serviço Social Escolar: I – Efetuar pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; II – Elaborar e executar programas de orientação sócio familiar, visando a prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho do aluno; III – articular-se com as instituições públicas, privadas e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; IV – Promover juntamente com a Associação de Pais e Mestres, eventos com finalidade assistencial; V – Coordenar os programas assistenciais, já existentes na escola, como o de merenda escolar e outros; VI – Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno possibilitando assisti-lo adequadamente; VII – Participar, em equipe interdisciplinar, da elaboração de programas que visem a prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como do esclarecimento sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública. VIII – Elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; IX – Empreender outras atividades pertinentes ao Serviço Social não especificadas neste artigo; Art. 3º - O Serviço Social Escolar será exercido por profissionais habilitados nos termos da Lei Federal nº 8.662 de 7 de junho de 1993 ficando o Poder Executivo autorizado a criar na estrutura da Secretaria da Educação os cargos de Assistente Social em número compatível com as necessidades da rede de ensino; [...] (WITIUK, 2004, p. 131).

Aqui percebe-se o avanço por parte da categoria no que se refere ao trabalho do/a Assistente Social na escola.

Em 2003, através do Projeto de Lei n. 1.297/03 do Deputado André Quintão (PT), é instituído o Serviço Social na rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais. Esse projeto foi aprovado em 21 de dezembro de 2005 e decreta que:

Art. 1º - Fica instituído o Serviço Social na rede pública de ensino do Estado, voltado ao atendimento às comunidades escolares e a ser desenvolvido de forma integrada às demais políticas setoriais. Art. 2º - O Serviço Social de que trata o art. 1º tem como finalidade precípua contribuir para: I – a permanência do aluno na escola; II a garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; III – o fortalecimento da gestão democrática e participativa da escola; IV – a integração entre as comunidades interna e externa à escola; V- a orientação às comunidades escolares, visando ao atendimento de suas necessidades específicas. Art. 3º - Para a consecução dos objetivos a que se refere o Art. 2º, serão desenvolvidas as seguintes ações: I – realizar pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; II – propor, executar e avaliar programas e atividades junto à comunidade atendida pela escola. III - participar do desenvolvimento de programas que visem à prevenção da violência, do uso de drogas e do alcoolismo e à conscientização sobre questões gerais de saúde pública voltados para a comunidade escolar; IV – articular-se com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizacionais comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos aos órgãos e serviços

competentes para atendimento de suas necessidades; V – contribuir para a elaboração de estratégias específicas para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais; VI – instrumentalizar e apoiar os processos de organização e mobilização das comunidades atendidas pela escola; VII – empreender e executar as demais atividades pertinentes ao serviço social previstos pelos Arts. 4º e 5º da Lei nº8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

O projeto visa que o/a Assistente Social atue nas escolas principalmente para prevenir a evasão escolar, propiciar o desempenho dos discentes; para que o profissional possa atender demandas socioeconômicas e culturais das famílias; integrar a família ao cotidiano da escola dentre outras atribuições.

É importante ressaltar que a educação básica é composta pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A atuação do/a Assistente Social, embora na mesma área, possui especificações, tendo em vista como se manifestam as expressões da questão social em cada ambiente, ressaltando que, assim como em outros níveis, dentro da educação básica há divisões como ensino público x privado; âmbitos municipais, estaduais e federais; estados diferentes, dentre outras particularidades que tornam o trabalho na educação básica um desafio para o assistente social.

Gouvêa (s/d) afirma que é importante que os profissionais de Serviço Social conheçam o Projeto Político-Pedagógico – PPP da escola, haja vista que através dele é possível captar os objetivos, princípios e fundamentos do processo educativo e também cuidar para que não ocorra mudanças de função. A autora ainda informa que, entre as funções do/a Assistente Social na escola, é importante articular escola e grupo de pais ou responsáveis através de contatos com as famílias; facilitar o fluxo de críticas, demandas e sugestões advindas dos familiares; atuar como assessoria junto ao colegiado da escola “no sentido de pensar e propor alternativas diante de problemas e demandas de decisões, típicas dessa instância organizacional” (GOUVÊA, s/d, p. 9). Além disso, informa que cabe ao profissional de Serviço Social contatar famílias, o Conselho Tutelar e outros órgãos de direito do cidadão, promover cursos de capacitação para pais e professores sobre ECA e também acompanhar situações mais evidentes de casos sociais e encaminhar para o devido atendimento.

De acordo com o parecer jurídico 23/00, de 22 de outubro de 2000, do CFESS, o/a Assistente Social que atua na escola, como parte de suas atribuições, deve realizar pesquisas socioeconômicas e familiares com o intuito de caracterizar a população usuária; realizar visitas domiciliares, objetivando ampliar o conhecimento sobre a realidade social das famílias dos discentes e assim ter instrumentos e informações para melhor atendê-los e realizar encaminhamentos necessários; elaborar e executar programas que orientem a família e alunos.

2.3.1 O trabalho de Assistentes Sociais na rede de Educação Básica do Estado da Bahia

Destacamos neste item dados sobre o trabalho de Assistentes Sociais no Estado da Bahia, levando em consideração que foi neste local em que esta pesquisa foi desenvolvida, especificamente na cidade de Salvador.

De acordo com os dados do Anuário Estatístico da Educação de 2015 (ano com dados até o momento publicados), a rede de educação básica é composta por 17.153 (dezesete mil cento e cinquenta e três) instituições de ensino. Localizamos que a nível de Bahia a Educação Infantil possui 12.734 (doze mil setecentos e trinta e quatro) instituições de ensino, sendo que na zona urbana estão localizadas 2.550 (duas mil quinhentos e cinquenta) municipais, 4 (quatro) estaduais e 2.056 (duas mil e cinquenta e seis) privadas. Na zona rural existem 17 (dezesete) estaduais, 8.058 (oito mil e cinquenta e oito) municipais e 49 (quarenta e nove) privadas. Em Salvador os números são: 822 (oitocentos e vinte e duas) instituições. 0 (zero) estaduais, 269 (duzentos e sessenta e nove) municipais e 541 (quinhentos e quarenta e uma) privadas, 8 (oito) municipais e 4 (quatro) privadas.

Já o ensino fundamental possui 15.578 (quinze mil quinhentas e setenta e oito) instituições de ensino. 1 (uma) no âmbito federal, 605 (seiscentos e cinco) estaduais, 3.656 (três mil seiscentos e cinquenta e seis) municipais e 2.021 (duas mil e vinte e uma) privadas na área urbana. A zona urbana possui escolas federais, possui 56 (cinquenta e seis) estaduais, 9.201 (nove mil duzentos e uma) municipais e 38 (trinta e oito) privadas, totalizando 9.295 (nove mil duzentas e

noventa e cinco). Já Salvador possui 1.007 (mil e sete) escolas do ensino fundamental, sendo que 1 (uma) é federal, 185 (cento e oitenta e cinco) são estaduais, 342 (trezentas e quarenta e duas) municipais e 469 (quatrocentos e sessenta e nove) privadas, totalizando 997 (novecentas e noventa e sete) escolas. A rural possui 8 (oito) municipais, 2 (duas) privadas, totalizando 10 (dez) escolas.

Em relação aos estabelecimentos do ensino médio, a Bahia possui 1.575 (mil quinhentas e setenta e cinco) instituições de ensino, sendo que 22 (vinte e duas) são federais, 973 (novecentas e setenta e três) estaduais, 11 (onze) municipais e 403 (quatrocentas e três) privadas localizadas na zona urbana. Na zona rural possui 166 (cento e sessenta e seis) instituições de ensino médio na zona rural, sendo 4 (quatro) federais, 115 (cento e quinze estaduais, 30 (trinta) municipais e 17 (dezessete) privadas.

Em Salvador, o número total de instituições de ensino médio é de 253 (duzentas e cinquenta e três, sendo 2 (duas) federais, 155 (cento e cinquenta e cinco) estaduais e 96 (noventa e seis) privadas. Não há escolas de ensino médio no âmbito privado.

De acordo com os dados de 2019 da prefeitura de Salvador, a nível do município, constatamos que existem 436 escolas municipais com um total de 144.033 alunos.

A partir desses dados estatísticos, podemos afirmar que apesar do estado da Bahia e do município de Salvador possuírem um número considerável de estabelecimentos de educação básica, quando pensamos nos números de Assistentes Sociais inseridos nessas instituições o número cai consideravelmente.

Diferentemente de estados com a Paraíba e Rio de Janeiro, a Bahia possui pouquíssimos Assistentes Sociais inseridos na educação básica. Em nosso estudo, identificamos o trabalho de Amaral (2011), em que ela discorre sobre o trabalho de Assistentes Sociais na Escola Parque em Salvador. Esta foi a única dissertação encontrada que traz dados de uma escola na Bahia.

De acordo com Ferriz e Damasceno (2018, p.m30),

Em levantamento preliminar sobre a inserção dos/das assistentes sociais na política de educação no estado da Bahia foi identificada a presença de aproximadamente 135 (cento e trinta e cinco) assistentes sociais atuando na política de educação no estado da Bahia, sendo 45 (quarenta e cinco) na educação superior, quarenta profissionais na educação básica, 38 (trinta e oito) nos Institutos Federais (IFBA e IFBAIANO) e 12 (doze) em organizações e fundações.

As autoras ainda apontam que ao analisarmos a situação da educação básica na Bahia, pode-se perceber quase a ausência de Assistentes Sociais na modalidade citada, e apontam:

Acreditamos que esta ausência seja motivada pela falta de vontade política dos gestores municipais em inserir o/a assistente social nas escolas, pela justificativa de falta de recursos dos próprios municípios para custear a iniciativa e pela ausência de uma legislação Federal que dê suporte legal aos municípios. (FÉRRIZ; DAMASCENO, 2018, p.30)

No que se refere à legislação da Bahia sobre a atuação de Assistentes Sociais na educação, é possível perceber que existem poucas leis. Férriz e Damasceno (2018) apontam que, em pesquisa anterior, foram identificados dois projetos de lei de 2009 e 2010 que se referem ao município de Salvador, um projeto de lei no município de Barreiras e uma lei que faz referência ao município de Jaguaquara.

Em relação ao município de Salvador a maior predominância de Assistentes Sociais trabalhando na educação básica se dá em instituições privadas de caráter confessional (católicas). Do total de 17 (dezesete) escolas em que há a presença de Assistentes Sociais, 13 (treze) instituições católicas confessionais, 1(uma) escola confessional evangélica e 3 (três) instituições públicas.

Como nosso presente estudo aborda as escolas públicas, decidimos por trazer especificamente os dados das escolas públicas. Dessa forma, apontamos 1 (uma) Assistente Social no Colégio Militar, 1 (uma) profissional na Escola Parque (estudo em que Amaral 2011 desenvolveu sua pesquisa) e 1 (uma) na Secretaria Municipal de Educação.

Em concordância com Férriz e Damasceno (2018, p.31),

[...] podemos afirmar que a presença de profissionais do Serviço Social na Educação básica pública estadual e municipal da cidade de Salvador é quase inexistente. A ausência do profissional do Serviço Social nas escolas de educação básica no município de Salvador contrasta com demandas e requisições que justificariam a presença do referido profissional nas escolas. [...]

Essas demandas podem ser citadas tanto por estudos prévios como o de Ferriz (2016), quando olhamos os indicadores do Anuário Estatístico da Educação de 2015. Na tabela a seguir, exibimos as taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental de 2006 a 2015.

Figura 1: Taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental entre 2006 a 2015 – Bahia

3.3.1 Taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental. Bahia, 2006 - 15⁽¹⁾

Ano	Taxas		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2006 ⁽¹⁾	66,2	18,9	14,9
2007	72,3	18,0	9,7
2008	72,9	18,1	9,0
2009	75,3	17,1	7,6
2010	77,7	15,7	6,6
2011	79,5	15,0	5,5
2012	80,6	13,9	5,5
2013	81,7	13,9	4,4
2014	81,1	14,4	4,5
2015	82,0	14,0	4,0

Fonte: SEC, MEC/INEP
Elaboração: SEC/BA - SGINF/CIE

Fonte: SEC, MEC/INEP

A partir da figura percebemos que a taxa de reprovação obteve uma média de 14,51% nesses 10 anos e uma taxa de 7,17% de abandonos. Nos perguntamos, diante disso, porque esses alunos tem reprovado e abandonado a escola no ensino fundamental? Essa configuração permanece quando vamos analisar os mesmos dados, porém com alunos do ensino médio.

Figura 2: Taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino médio entre 2006 a 2015 – Bahia

3.3.2 Taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino médio. Bahia, 2006-15

Ano	Taxas		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2006 ⁽¹⁾	68,9	10,2	20,9
2007	68,7	11,4	19,9
2008	68,0	12,2	19,8
2009	69,7	11,8	18,5
2010	71,9	12,4	15,7
2011	72,6	14,9	12,5
2012	73,6	12,3	14,1
2013	77,1	14,3	8,6
2014	74,1	15,9	10,0
2015	76,1	16,4	7,5

Fonte: SEC, MEC/INEP
Elaboração: SEC/BA - SGINF/CIE

Fonte: SEC, MEC/INEP

A partir da figura observamos que a média de reprovação no ensino médio é de 13,19% e a taxa de abandono é de 14,66%, o que nos mostra que o abandono é ainda maior quando olhamos para o ensino médio.

Acreditamos que o espaço da educação básica é campo de atuação de Assistentes Sociais e é necessário que esses profissionais sejam inseridos, entendendo que é um espaço onde diversas expressões da questão social estão presentes, tais como evasão e infrequência escolar (é necessário entender como se dão esses índices de reprovação e até abandono da escola; desemprego; trabalho infantil; situações de violência doméstica, sexual, verbal, física entre outras); falta de recursos físicos e materiais por parte da escola para atender crianças e jovens com deficiências; conflitos diversos; gravidez na adolescência, dentre outras expressões.

Férriz e Damasceno (2018), ainda apontam em seu estudo uma questão de grande importância quando afirmam:

Na contramão das exigências reais das escolas por profissionais que possam dar suporte às demandas recorrentes, o governo municipal de Salvador tende a desqualificar o atendimento das necessidades das escolas municipais ao preferir contratar estagiários ao invés de equipes

multiprofissionais que são preparadas para contribuir com a política de educação, a exemplo de assistentes sociais e psicólogos. Isto vem ocorrendo no âmbito do Programa Agente da Educação que tem como objetivo “promover a aproximação entre a família, escola e comunidade, por meio do desenvolvimento de ações que possibilitam a participação dos familiares no ambiente escolar e seu envolvimento na rotina estudantil, auxiliando-os no acompanhamento e apoio ao aprendizado dos alunos. (FÉRRIZ; DAMASCENO 2018, p.32)

Aqui percebemos tentativas de contratar um trabalho mais barato que execute e dê conta de competências profissionais tanto do Serviço Social como de toda uma equipe multidisciplinar, talvez tentando justificar a partir da atuação desses agentes sociais que não é necessário o Serviço Social atuando em escolas, principalmente as públicas.

3 LEVANTAMENTO E CATALOGAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

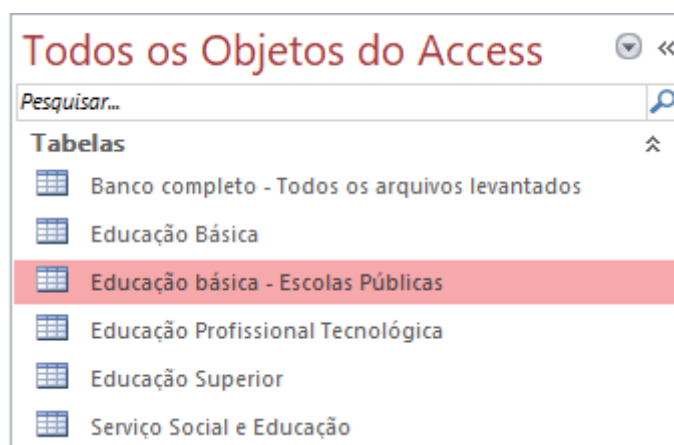
Este capítulo trará detalhadamente o processo de delimitação, levantamento e catalogação das dissertações e tese sobre o trabalho do/a Assistente Social em escolas públicas.

3.1 DISSERTAÇÕES E TESE DELIMITADAS NO ESTUDO

A etapa de coleta de dados se deu, primeiramente, com o levantamento e catalogação dos estudos. Inicialmente recorreremos aos bancos de teses e dissertações da Capes e do IBICT. Vale ressaltar que a maior parte dos trabalhos catalogados foram encontrados no segundo banco mencionado, tendo em vista que os trabalhos se encontram melhor organizados nesta plataforma. Seguindo nosso delineamento de pesquisar estudos que tratam sobre o trabalho do/a Assistente Social na educação, produzidos entre os anos 2000 a 2017, encontramos o total de 39 (trinta e nove) trabalhos. Todos esses trabalhos foram catalogados no banco de dados produzido e organizado por esta pesquisadora, abordando inicialmente suas principais informações, tais como: tipo do documento (informando se trata de uma tese ou dissertação); título da pesquisa; autor, ano de publicação; endereço eletrônico (com o intuito de encontrar o estudo com maior facilidade na etapa de sua análise) e referência completa.

Foi necessário dividir esses 39 (trinta e nove) trabalhos por modalidades, a fim de facilitar as análises. Dessa forma, realizamos a divisão por modalidades, sendo que 17 (dezessete) trabalhos foram identificados como pertencentes da modalidade Educação Básica; sete estudos versam sobre a Educação Profissional tecnológica, quatro sobre a Educação Superior, 11 (onze) trabalhos discorrem sobre o Serviço Social e a Educação sem delimitar a modalidade. Além disso, foi realizada uma delimitação apenas com os estudos que versam sobre a atuação de Assistentes Sociais nas escolas públicas. Como mostram as ilustrações.

Figura 3: Divisão dos trabalhos no banco de dados construído



Fonte: Autor (2018)

Figura 4: Ilustração do Banco de Dados

Num	Tipo do documento	Título	Autor	Ano de	Endereço eletrônico
1	Dissertação	A prática do assistente social na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes: uma experiência do município de Uberaba/MG	FERREIRA, Maria José	2012	http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98586/ferreira_mj_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y
2	Dissertação	A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: a experiência do município de Franca/SP junto ao Ensino Fundamental	PIMENTA, Juliana de Carvalho	2009	http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/JULIANA_DE_CARVALHO_PIMENTA.pdf
3	Dissertação	EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: Um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das Universidades Federais de Pernambuco	CONSTANTINO, José Albuquerque	2015	http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18439
4	Dissertação	A PRÁTICA COTIDIANA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA PRIVADA.	GONÇALVES, Amanda Boza	2009	http://livros01.livrosgratis.com.br/cp119575.pdf
5	Dissertação	TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ESCOLA PARQUE DE SALVADOR: Contribuições para as relações entre família, escola e comunidade nos anos 2000	AMARAL, Liane Monteiro	2011	http://tede.ucesal.br/tde_arquivos/4/TDE-2011-08-19T144656Z-176/Publico/LIANE%20MONTEIRO%20SANTANA.pdf

Fonte: Autor (2018)

Para a etapa de análise foi necessário delimitar quais trabalhos seriam estudados, tendo em vista que para realizar a análise de todos eles necessitaríamos de um período maior que o de duração do mestrado. Assim, elegemos para a realização de análise os dez estudos encontrados sobre o trabalho do/a Assistente Social na rede pública de educação básica, considerando que a presença desses profissionais nas escolas ainda gera diversas dúvidas e angústias, tanto para a própria categoria de Assistentes Sociais, quanto para outros profissionais que se encontram presentes nas

escolas, para os alunos, família e comunidade. A partir desses trabalhos, podemos analisar, pensar e problematizar como está se dando a atuação dos/as Assistentes Sociais nas escolas públicas.

Entre esses dez estudos delimitados, encontram-se nove dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, conforme apontadas no quadro a seguir:

Quadro 1: Teses e Dissertações e serem analisadas.

Autor / Ano	Título	Área	Monografia	Programa/ Universidade	Orientador
AMARAL, Liane Monteiro Santos (2011)	Trabalho de Assistentes Sociais na Escola Parque de Salvador: Contribuições para as relações entre família, escola e comunidade nos anos 2000.	Trabalho e Questão Social	Dissertação	Universidade Católica do Salvador / Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania	Profª Drª Ângela Maria Borges de Carvalho
Cunha, Kivania Karla Silva Albuquerque (2017)	Tendências do exercício profissional do Assistente Social na Política de Educação: as escolas municipais de Campina Grande-PB	Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba	Prof. Dra. Mônica Barros da Nóbrega
FERREIRA, Maria José (2012)	A prática do assistente social na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes: uma experiência do município de Uberaba/MG	Serviço Social, Trabalho e Sociedade	Dissertação	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.	Profª Drª Célia Maria David
MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. (2001)	Serviço social: mediação escola e sociedade.	Serviço Social	Dissertação	Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,	Profª. Drª. Maria Rachel Tolosa Jorge
Oliveira, Jullymara Lais Rolim de. (2013)	Explorando outros cenários: o serviço social no espaço escolar	Serviço Social	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses
PIMENTA, Juliana de Carvalho (2009)	A prática profissional do Assistente Social na área da Educação: a experiência do Município de Franca/SP junto ao Ensino Fundamental	Serviço Social: Trabalho e Sociedade	Dissertação	Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.	Prof.a Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.
Santos, Ana Paula Nogueira da Silva (2008)	A sinfonia da educação: novas perspectivas para atuação do profissional de Serviço Social na escola	Serviço Social: Trabalho e Sociedade	Dissertação	Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Profª. Drª. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Santos, Francine Helfreich Coutinho dos. (2012)	Serviço social e educação: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas	Trabalho e Política Social	Tese	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade	Orientadora: Profª. Dra. Marilda Villela lamamoto

				Estadual do Rio de Janeiro.	Co-orientação: Prof. ^a Dra. Kátia Regina de Souza Lima
Silva, Jerusa Matos da. (2008)	O Serviço Social na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deodoro de Mendonça	Serviço Social	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará	Prof. ^a Dr. ^a Nádia Fialho
Silveira, Silvia Regina (2013)	O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre.	Serviço Social	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Prof. ^a Dr. ^a Patrícia Krieger Grossi

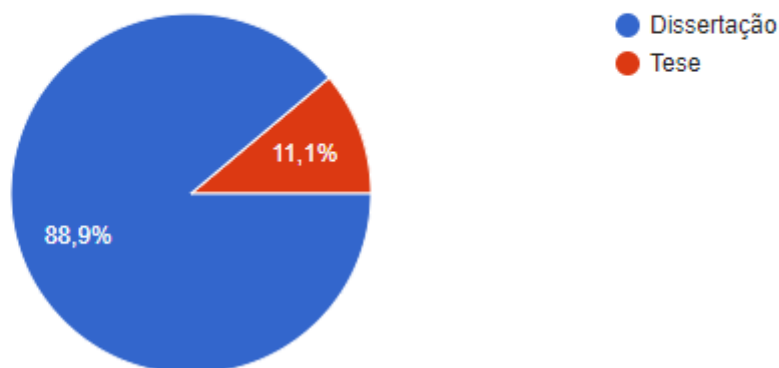
Fonte: Autor (2019)

Desses 10 (dez) estudos, analisamos 8 (oito) dissertações e uma tese, tendo em vista que tivemos dificuldade de acesso em relação ao estudo de FERREIRA, Maria José (2012).

Gráfico 1: Identificação dos trabalhos

Identificação do trabalho

9 respostas



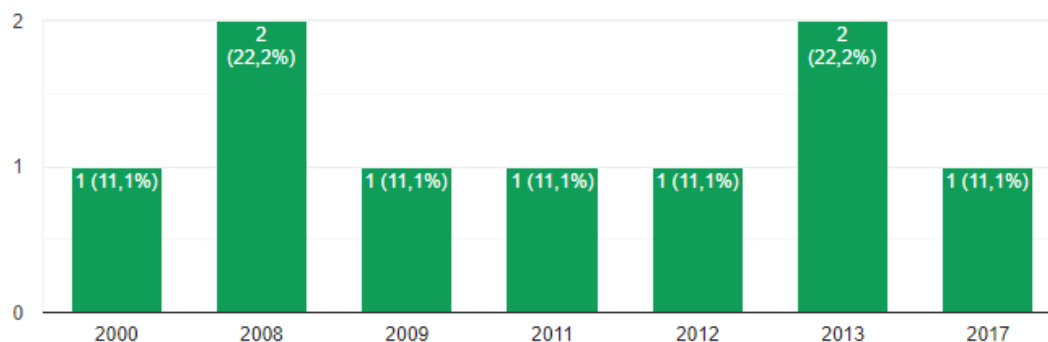
Fonte: Autor (2019)

Os estudos delimitados para análise estão localizados entre os anos 2000, 2008 a 2017, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Ano de produção dos estudos levantados

Ano de produção

9 respostas



Fonte: (Autor 2019)

Esses estudos foram realizados nas seguintes instituições de ensino: Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade De História, Direito e Serviço Social; Universidade Federal do Pará Instituto De Ciências Sociais Aplicadas; Universidade Católica do Salvador; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual da Paraíba e Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação às áreas de concentração, apontam-se as áreas de Serviço Social; Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas; Serviço Social, Trabalho e Sociedade; Trabalho e Política Social; Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas e nas seguintes subáreas: Educação e Sociedade; Educação; Políticas Sociais e Cidadania e Serviço Social e processos de trabalho.

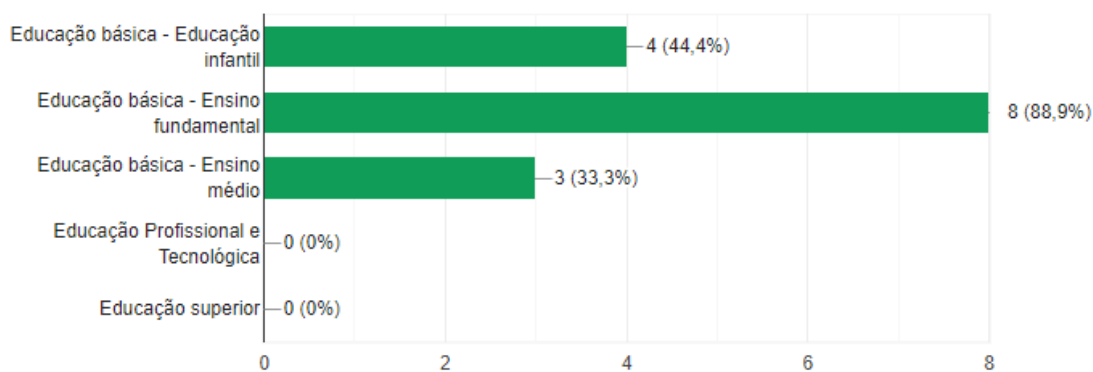
Os trabalhos discutem a atuação do/a Assistente Social nos três eixos da educação básica, sendo eles Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Ensino médio, porém percebe-se que há uma predominância maior entre os estudos no ensino fundamental e na educação

infantil. Esse eixo se sobressai tendo em vista que é no ensino fundamental que a maioria dos profissionais que atuam na educação estão situados.

Gráfico 3: Modalidades de ensino

Modalidade de ensino

9 respostas



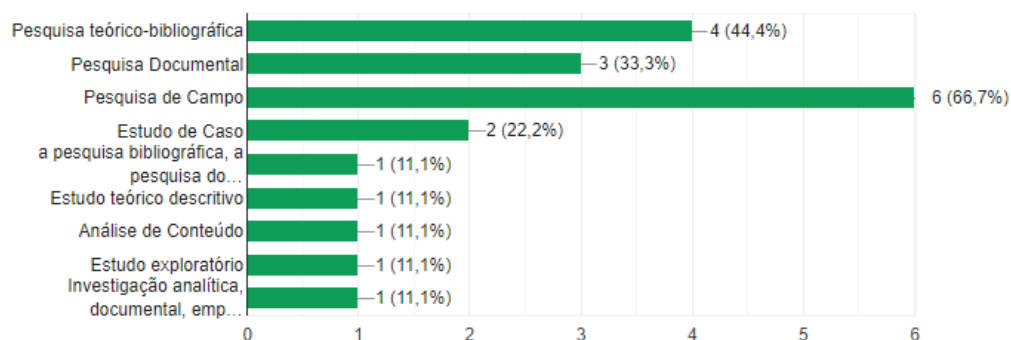
Fonte: Autor (2019)

No que se refere aos tipos de estudos, percebemos que estão classificados entre: Pesquisa teórico-bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo, estudo de caso, estudo exploratório, analítico, empírico com estudo de caso, sendo que alguns estudos se inserem em mais de um tipo de estudo. Como vemos abaixo:

Gráfico 4: Tipos de estudo

Tipo de estudo

9 respostas



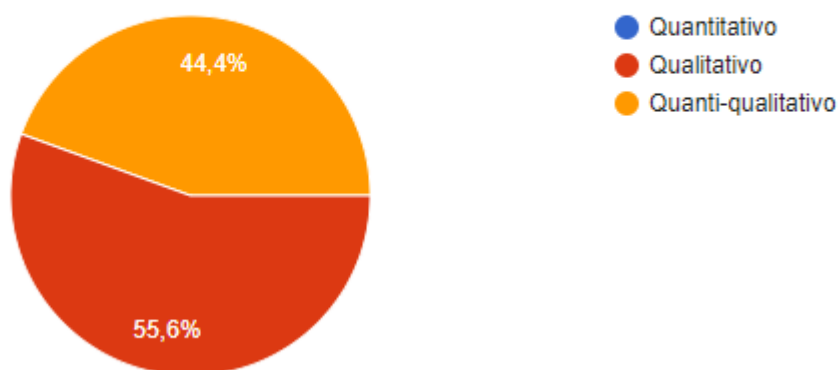
Fonte: Autor (2019)

Quanto à natureza dos estudos, identificamos que em sua maioria os estudos são quanti e qualitativos. Não identificamos nenhum estudo apenas quantitativo.

Gráfico 5: Natureza dos estudos

Qual a natureza do estudo?

9 respostas



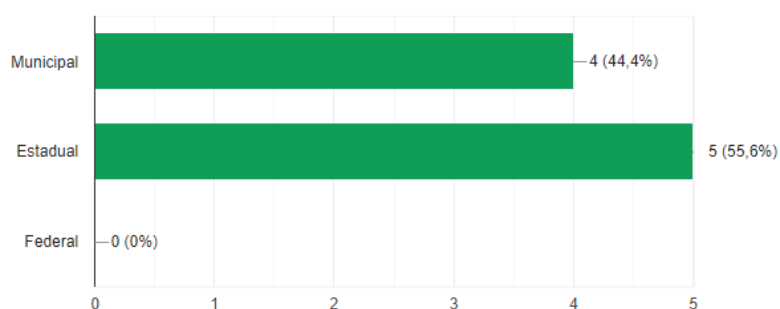
Fonte: Autor (2019)

No que se refere ao vínculo das escolas em que os estudos foram realizados, observamos que cinco estudos foram no âmbito de escolas estaduais e quatro de instituições municipais.

Gráfico 6: Âmbito das escolas públicas

Âmbito

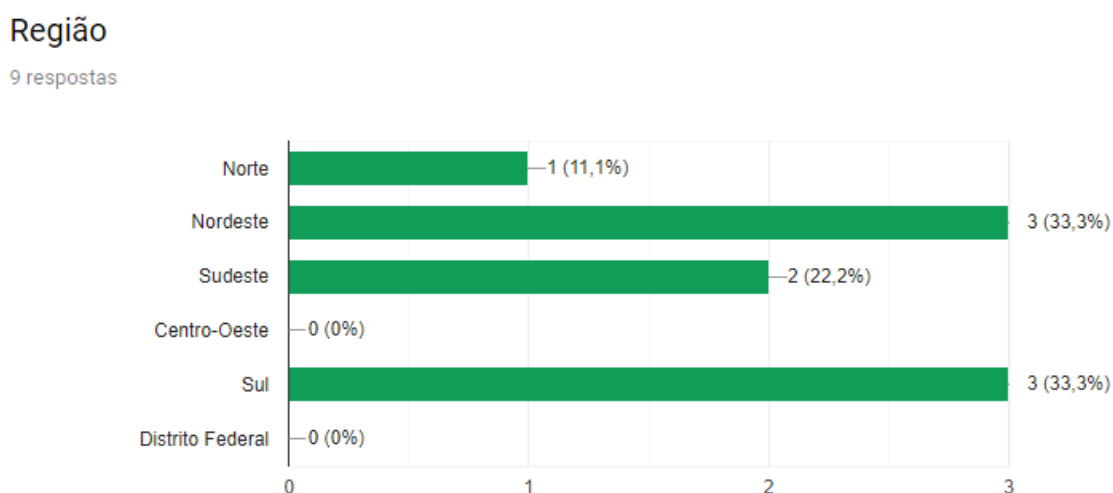
9 respostas



Fonte: Autor (2019)

Já em relação à região em que os estudos foram realizados, observamos que não foram realizados estudos na região Centro-Oeste nem no Distrito Federal, concentrando os trabalhos entre a Região Nordeste (três), Sudeste (dois), Sul (três) e Norte (um), como vemos no seguinte gráfico.

Gráfico 7: Regiões em que os estudos foram realizados



Fonte: Autor (2019)

Utilizamos a técnica de localização do termo “Educação” pela ferramenta de busca por palavras no corpo do texto em PDF para realizar a leitura/análise do conteúdo/significado/sentido e realizar o registro de todas as páginas em que o termo foi citado nas dissertações e tese. Dessa forma, percebemos que o termo citado adquire diversos significados e contextos, aparecendo em cada estudo com muita frequência. Como apontamos a seguir:

Quadro 2: Páginas de cada monografia nas quais o termo “Educação” foi referido por autor.

Autor	Páginas
AMARAL (2011)	17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 34, 35, 36 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 59 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 95, 97, 99, 100, 105, 102, 106, 107, 108, 109, 112, 113,115, 120, 125, 128, 131, 132, 133, 135, 134,136, 137, 139, 140, 144, 149, 156, 168, 170, 172, 173, 171, 178, 178.
Cunha (2017)	16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 88, 89,

	90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 103, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 130, 131, 134, 135, 138, 139, 140, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173.
MARTINS (2001)	13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 42, 43, 55, 56, 61, 66, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 139, 140, 142, 144, 145, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 166, 167, 170, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 192, 193, 195, 206, 207, 209, 215, 216, 218, 221, 227, 230, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245.
OLIVEIRA (2013)	18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 105, 110, 114, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 154, 160, 164, 165, 166, 167, 168.
PIMENTA (2009)	13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 94, 96, 97, 103, 104, 107, 108, 112, 118, 121, 128, 129, 133, 137, 138, 151, 153, 154, 155, 156.
SANTOS (2008)	15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 45, 50, 53, 60, 62, 72, 73, 75, 83, 84, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 105, 106, 110, 111, 112, 115.
SANTOS (2012)	14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 109, 110, 111, 112, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 161, 164, 167, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 218, 219, 222, 239, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264.
SILVA (2008)	12, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 47, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102.
SILVEIRA (2013)	11, 12, 13, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 116, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148.

Fonte: Autor (2019)

Como método de estudo, algumas autoras apontam que seus estudos são apoiados na perspectiva crítico dialética – Martins (2000), Silveira (2013), Cunha (2017), Santos (2012), Oliveira (2013) – e outros são baseados na perspectiva Freiriana – Silva (2008), Santos (2008). Sendo assim, os principais autores citados nas dissertações e tese são Marx, Gramsci, Kosik, Saviani,

Mészáros, Freire e referências do Serviço Social, tais como Almeida (2003) Witiuk (2004) e Martins (2007), Netto, lamamoto, entre outros.

Cunha (2017) utiliza como fundamentação teórica as obras de Marx (1987; 1996; 2013), Netto (1996, 2011; 2012;), lamamoto (2012; 2011; 2013), Behring (2016; 2015; 2008), Mandel (1982; 1990), Mészáros (2011; 2008), Almeida (2000; 2003), Guerra (2009; 2010), Leher (1998), Castelo (2008; 2012; 2013), Gonçalves (2012; 2011), Paniago (2007), Raichelis (2010; 2013).

Martins (2000) aponta a categoria Mediação como categoria Teórica Fundamental. Segundo nos informa,

A abordagem tangencial da categoria mediação, com o fito de situar a referência teórica que conduz esta pesquisa, é necessária pela complexidade e profundidade filosófica e metodológica que a mesma encerra, sendo impossível esgotá-la nos limites deste trabalho. Para tanto, utiliza-se como principal fonte teórica os estudos aprofundados de Pontes (1995), que traz em sua obra um arcabouço que demarca a categoria mediação como categoria metodológica capaz de apreender o real e também de transformá-lo, contribuindo significativamente para as investigações e intervenções do Serviço Social. Adentrar na categoria mediação exige aproximar-se, *a priori*, dos eixos centrais do pensamento de Hegel, pois foi este filósofo que construiu as bases de uma nova razão dialética, na sua interlocução – principalmente – com Kant. (MARTINS, 2000, pp. 26-27)

Entendemos que essa predominância de estudos se dá sobretudo porque, após o Movimento de Reconceituação, o Serviço Social aproximou-se do marxismo, e que a partir daí seu código de ética e seus princípios passaram a pautar-se no materialismo histórico dialético, porém é necessário ressaltar que além de a profissão ser pautada no método marxista, existe uma pluralidade de referências dentro da própria profissão.

Tendo abordado a principal concepção que rege os trabalhos, apresentamos a seguir elementos que caracterizam cada estudo, apontando seu objeto de estudo; objetivos geral e específicos; problemas e principais perguntas de cada estudo.

Dissertação 1 – Trabalho de Assistentes Sociais na Escola Parque de Salvador: contribuições para as relações entre família, escola e comunidade nos anos 2000 – Liane Monteiro Santos Amaral (2011)

Amaral (2011) realiza um estudo de caso sobre o trabalho do/a Assistente Social na Escola Parque de Salvador e sobre as suas relações entre as famílias e a comunidade.

O estudo de Amaral (2011) é o único desenvolvido na Bahia e especificamente no município de Salvador. Tem como objeto de estudo “O trabalho de Assistentes Sociais no Ensino Público Fundamental”. Além disso, a autora aponta como Objetivo geral: “conhecer a experiência do trabalho do Serviço Social na Escola Parque, na intermediação família, escola e comunidade” (AMARAL, 2011, p.23), e como objetivos específicos:

investigar as principais expressões da questão social que predominam no cotidiano da Escola Parque e que, constituindo ocorrências de infrequência, riscos de evasão e queda de desempenho escolar têm demandado a intervenção de Assistentes Sociais no âmbito das famílias e dos territoriais do bairro da Caixa d'Água e adjacências; identificar as instituições e as políticas sociais às quais o Serviço Social da Escola Parque tem recorrido para o enfrentamento das ocorrências que demandam sua intervenção profissional; levantar as principais dificuldades e os resultados encontrados pelos Assistentes Sociais, na Escola Parque, para a permanência e o êxito de alunos no processo de escolarização, nos casos que serão estudados; e reconhecer a pertinência do trabalho das Assistentes Sociais no conjunto da Equipe Pedagógica, sob o olhar dos demais profissionais que compõem o sistema multidisciplinar. (AMARAL, 2011, pp. 23-24)

Nesse movimento, a autora afirma que inserir o/a Assistente Social nas escolas públicas traz como principal eixo a defesa do direito à educação pública, bem como incentiva na organização de toda a comunidade escolar no que diz respeito aos processos que rebatem no aprendizado dos estudantes. Aponta que os principais instrumentos utilizados pelos/as Assistentes Sociais são as visitas domiciliares, os acolhimentos, os encaminhamentos sociais e práticas educativas. Dessa forma, os profissionais atendem desenvolvendo estratégias para enfrentar as expressões da questão social, colocando a relação entre a família, escola e comunidade como central. Segundo a autora:

Os resultados predominantes obtidos pelo trabalho de Assistentes Sociais na escola são gerados pela elevação da interlocução de gestores e professores com as dificuldades apresentadas na relação ensino-aprendizagem, nos processos de convivência entre os diversos atores da comunidade escolar e em sua articulação com as relações sociais, ainda que apresente limitações, pela instabilidade do seu vínculo de trabalho diante de um campo não regulamentado. (AMARAL, 2011, p. 24)

Dissertação 2 – Tendências do exercício profissional do Assistente Social na Política de Educação: as escolas municipais de Campina Grande-PB – Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha (2017)

Já o estudo de Cunha (2017), estudo mais recente entre os delimitados para análise, traz como objeto “Tendências do exercício profissional do/a assistente social nas escolas do Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB”. A autora afirma que:

[...] faz-se necessário que o nosso objeto de estudo seja situado no bojo das transformações societárias contemporâneas, procurando apreender a atual crise estrutural do capitalismo, suas expressões no Brasil e as requisições do movimento de restauração do capital que têm trazido implicações catastróficas para o mundo do trabalho, assim como para as políticas sociais, conformando mediações na realidade do exercício profissional do/a assistente social na política de Educação, que, em geral, interferem com maior ou menor incidência neste exercício. (p.96)

Dessa forma, apresenta como objetivo geral “analisar o exercício profissional do/a assistente social nas escolas do Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB”. E como específicos:

identificar como se configuram as requisições e respostas profissionais dos/as assistentes sociais nas escolas do Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB; caracterizar o perfil dos/as assistentes sociais que atuam no referido Sistema Municipal e as implicações deste perfil para o seu exercício profissional; apreender as condições e as relações de trabalho dos/as profissionais inseridos/as nesta política e identificar as tendências mais significativas do exercício profissional do/a assistente social no Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB, na atual dinâmica de precarização da educação e do trabalho.

Como principais questões do estudo, Cunha (2017) apresenta:

1) Como vem se configurando o exercício profissional do/a assistente social no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB, que dispõe de uma ampla rede escolar e um significativo número de assistentes sociais inseridos/as neste âmbito? 2) Como o desmonte das políticas sociais, promovido pelos recentes governos, a exemplo do que tem ocorrido com a política de Educação, repercute no cotidiano do exercício profissional do/a assistente social? 3) Qual o perfil do/a assistente social que atua na política de Educação, e quais as implicações deste perfil para o seu exercício profissional? 4) Quais as condições e as relações de trabalho desses/dessas profissionais inseridos/as na política de Educação do Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB? 5) Enfim, quais as tendências mais significativas do exercício profissional do/a assistente social no âmbito desta política?

Dissertação 3 – Serviço Social: mediação escola e sociedade - Eliana Bolorino Canteiro Martins (2001)

Já o estudo de Martins (2001), apresenta como objeto de estudo “Desvendar as mediações existentes entre escola-sociedade e a contribuição que o Serviço Social pode oferecer neste movimento.” (MARTINS, 2001, p.25).

Além disso, aponta que o objetivo geral do estudo é:

Identificar a existência de um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, na rede de mediações existentes entre escola-sociedade, analisando as refrações das questões sociais que incidem sobre a escola, consubstanciando-se em demandas que necessitam da intervenção de um profissional preparado para a investigação e ação nesta realidade.

Seus objetivos específicos são:

[..] verificar se as refrações da questão social incidem sobre o processo educativo desencadeado pela escola e compreender a dimensão das atribuições desempenhadas pelos sujeitos envolvidos com a educação, de acordo com suas posições ocupacionais, com a intenção de avaliar se há demandas que extrapolam as especificidades de suas atribuições; observar e interpretar o processo de relação escola-sociedade, considerando a percepção dos sujeitos envolvidos com a política educacional.”(p.42-43)

Sua principal pergunta é: “Poderá o Assistente Social atuar neste espaço, nesta lacuna que provavelmente existe entre as diversas ações desempenhadas pelos sujeitos presentes na escola pública?” (p.44)

Dissertação 4: Explorando outros cenários: o Serviço Social no espaço escolar - Jullymara Lais Rolim de Oliveira

Em Oliveira (2013) “O exercício profissional dos assistentes sociais que atuam nas escolas municipais de João Pessoa-PB” é exposto como objeto de estudo.

Como objetivo geral aponta “Analisar o Serviço Social no espaço escolar, destacando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa presentes no exercício profissional dos assistentes sociais que atuam nas escolas municipais de João Pessoa-PB”. Indicando como problema e principais perguntas de pesquisa:

Qual o significado da educação escolarizada e da política educacional contemporânea? Como pensar o serviço social no âmbito da Política de Educação e no Espaço Escolar? Que determinantes interferem nos processos de expansão e diminuição do Serviço Social no espaço da escola? A inserção do assistente social no espaço escolar, de fato, é incipiente? Quais os direcionamentos teórico-metodológicos, ético-políticos, e técnico-operativos que a atuação profissional tem se alicerçado? Qual a concepção de educação que direciona a prática do/a assistente social? Quais os saberes e competências necessários para atuar na área da educação? Quais as possibilidades e desafios do Serviço Social na Educação? (p.19-20)

Dissertação 5: A prática profissional do assistente social na área da educação: a experiência do município de Franca/SP junto ao Ensino Fundamental – Juliana de Carvalho Pimenta

O estudo de Pimenta (2009) discute o trabalho dos/as assistentes sociais em Franca – São Paulo e traz como objeto de estudo “A atuação profissional dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Franca/SP”. (PIMENTA, 2009, p.13). Aponta como objetivo geral: “compreender, mediante análise da prática profissional dos assistentes sociais na dinâmica escolar, como esta atuação foi construída pelos mesmos e percebida pelos

diversos sujeitos – equipe técnica e administrativa – envolvidos em sua ação profissional”. E como específicos:

[...] caracterizar os diversos projetos desenvolvidos pelos assistentes sociais que atuaram na Equipe de Apoio no período compreendido entre os anos de 1998 e 2005; realizar uma análise crítica das ações profissionais desenvolvidas; identificar novas possibilidades de ações profissionais e, enfim, contribuir, por intermédio da pesquisa, com os assistentes sociais e demais profissionais que se interessam pela atuação profissional da área da educação. (PIMENTA, 2009, p.16)

Pimenta (2009, p.14), aponta um problema: “A maioria das publicações que versa sobre o assunto geralmente discute a pertinência e a importância do trabalho do assistente social na educação, mas não traz a contribuição efetiva dessa prática”

DISSERTAÇÃO 6: A “sinfonia” da educação: novas perspectivas para atuação do profissional de Serviço Social na escola – Ana Paula Nogueira da Silva Santos (2008)

Santos (2008) aponta como objetivo geral de seu estudo “Investigar o reatamento dos problemas sociais presentes na sociedade, refletidos sobre o cenário escolar e suas consequências para o aprendizado do estudante” (SANTOS, 2008, p.8)

Com problema traz a

[...] preocupação com o estado atual do ensino público, no qual se configuram situações como: a violência escolar, as dificuldades de empenho dos estudantes nos estudos e o baixo rendimento escolar, que fazem com que muitos professores deixem de acreditar no papel social da escola, à medida em que se deparam com esses inúmeros conflitos. Por isso, pretendemos analisar esses problemas sociais como objeto de trabalho do assistente social. Não há perguntas diretas no estudo. (SANTOS, 2008, p.16)

Dissertação 7: O Serviço Social na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deodoro de Mendonça – Jerusa Matos da Silva (2008)

A dissertação de mestrado de Silva (2008) aponta como objeto de estudo “O Serviço Social Escolar, a partir de um estudo da prática profissional da

Assistente Social da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deodoro de Mendonça” (SILVA, 2008, p.12)

Como objetivo geral expõe:

Verificar o que faz a Assistente Social nesta instituição tentando coletar informações no que tange a questão da formação profissional, os objetivos do Serviço Social na escola, as atividades que desenvolve no fazer profissional, as demandas postas, os encaminhamentos realizados, as dificuldades encontradas no cotidiano profissional, entre tantas coisas.” (SILVA, 2008, p.78)

Além disso, a autora traz indagações sobre a atuação, papel e atribuições do profissional de Serviço Social na Educação.

Dissertação 8: O Trabalho do Assistente Social na Política Pública de Educação Básica na região metropolitana de Porto Alegre - Silvia Regina Silveira

No estudo de Silveira (2013), encontramos como objeto de estudo “O trabalho do assistente social na Política Pública de Educação Básica na região metropolitana de Porto Alegre”. Como objetivo geral a autora apresenta “analisar o trabalho dos assistentes sociais inseridos na política pública em questão na região metropolitana de Porto Alegre a fim de contribuir para a construção de conhecimento do Serviço Social na área”. E como objetivos específicos:

identificar como ocorre a inserção dos assistentes sociais na referida política, a atividade profissional e as demandas atendidas pelos mesmos e a possível articulação com as demais políticas setoriais; conhecer os sujeitos da ação profissional e as estratégias de ação do Serviço Social na garantia do direito à educação; investigar a concepção de educação utilizada pelo profissional do Serviço Social inserido na Política Pública de Educação Básica e de que forma sua atividade profissional contribui para a efetivação da mobilização, participação e protagonismo dos sujeitos.(SILVEIRA, 2013, p.8)

Buscando compreender como se constitui a atuação do/a Assistente Social na educação básica em Porto Alegre, apresenta os seguintes questionamentos: “quais as demandas atendidas pelo assistente social? Quais

os meios utilizados para a realização da atividade profissional? Quais os produtos do trabalho do assistente social nesta política setorial?”.

Tese 1: Serviço social e educação: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas - Francine Helfreich Coutinho dos Santos

Santos (2012) apresenta a única tese de doutorado no campo do Serviço Social na educação básica. No estudo, a autora discorre sobre a atuação de Assistentes Sociais em escolas públicas de favelas do Rio de Janeiro, trazendo como objeto de estudo “[...] o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de Ensino Fundamental em favelas do Rio de Janeiro e o lugar da Educação Popular nesse exercício profissional”. (SANTOS, 2012, p.14)

O estudo aponta como objetivo geral “Analisar o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas de Ensino Fundamental de favelas e o lugar da Educação Popular nesse exercício profissional”. E como objetivos específicos:

[...] 1. Compreender as estratégias utilizadas pelo capital nas últimas duas décadas em relação à educação básica; 2. Entender a função social das escolas públicas de Ensino Fundamental das favelas do município do Rio de Janeiro; 3. Pesquisar as experiências de inserção do Serviço Social nessas escolas públicas de ensino fundamental do Rio de Janeiro e compreender o sentido do trabalho dos assistentes sociais; 4. Analisar o lugar da Educação Popular no exercício profissional dos assistentes sociais, bem como os instrumentos técnico-operativos utilizados no Serviço Social escolar (SANTOS, 2012, p.27).

A autora faz um aprofundado levantamento de como se dá a composição das escolas de favelas no Rio de Janeiro e como os/as Assistentes Sociais são/estão inseridos neste campo no estado. Nesse movimento, aponta as principais questões de sua pesquisa:

1) As escolas das favelas, distintas das demais escolas públicas do “asfalto”, possuem características que, incorporando os estigmas e estereótipos que marcam esses territórios, demandam novas necessidades, novas formas de compreensão e intervenção dos sujeitos sociais no âmbito da escola pública. [...] 2) Educação básica, sobretudo o Ensino Fundamental, vem se modificando, com alterações significativas no que tange à sua rede de atendimento: ora na perspectiva de combater o analfabetismo, ora sob a égide da

escolarização da força de trabalho, ora sob a lógica de qualificação dos trabalhadores para atendimento das demandas do capital. [...] 3) As múltiplas contradições que marcam espaços sócio-ocupacionais das escolas impõem ao assistente social sua inserção qualificada, sua legitimidade, o repensar a escola pública e a construção de projetos de intervenção que avancem na realização dos atendimentos individuais aos educandos e suas famílias, mas que busquem a construção de articulação cotidiana com a comunidade escolar sob a lógica da construção e manutenção de espaços coletivos que permitam questionar e desvelar a aparência dos fenômenos. Considerando a dimensão pedagógica intrínseca no trabalho profissional, a construção desses espaços se torna uma atribuição a ser desenvolvida pelo assistente social que requer repensar a forma como ocorre o exercício profissional nesses espaços 4) As múltiplas possibilidades de ação nas escolas públicas exigem o repensar dos nexos entre a educação e o exercício profissional, que, para além de intervir nas múltiplas expressões da questão social, contribui para a construção de uma determinada sociabilidade, mesmo norteadas por um projeto ético-político que mantém vivo o pressuposto da necessidade da superação da sociabilidade burguesa, embora se tenha clareza dos limites que uma profissão possui. (SANTOS, 2012, p. 23-24)

Quando analisamos por estudos a natureza escolar, modalidades de ensino, âmbitos e regiões das instituições em que os estudos foram realizados, percebemos que 5 (cinco) estudos estavam inseridos em escolas estaduais e 4 (quatro) em escolas municipais. Desses nove estudos, 3 (três) foram realizados na região nordeste, 2 (dois) na região sudeste, 3 (três) na região sul e 1 (um) na região norte.

Quadro 3 – Caracterização das instituições

Autor	Natureza escolar	Modalidade de ensino (Ed. infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio)	Âmbito - Municipal/ Estadual/ Federal	Região
AMARAL (2011)	Ensino Público	Educação básica - Ensino fundamental	Estadual	Nordeste
Cunha (2017)	Ensino Público	Educação básica - Educação infantil Educação básica - Ensino fundamental Educação básica - Ensino médio	Municipal	Nordeste
MARTINS (2001)	Ensino Público	Educação básica - Ensino fundamental	Estadual	Sudeste
Oliveira (2013)	Ensino Público	Educação básica - Educação infantil Educação básica - Ensino fundamental	Municipal	Nordeste

PIMENTA (2009)	Ensino Público	Educação básica - Ensino fundamental	Municipal	Sul
Santos (2008)	Ensino Público	Educação básica - Ensino fundamental	Estadual	Sul
Santos (2012)	Ensino Público	Educação básica - Educação infantil Educação básica - Ensino fundamental	Municipal	Sudeste
Silva (2008)	Ensino Público	Educação básica - Ensino médio	Estadual	Norte
Silveira (2013)	Ensino Público	Educação básica - Educação infantil Educação básica - Ensino fundamental Educação básica - Ensino médio	Estadual	Sul

Fonte: Autor (2019)

4 ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEVANTADA: O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O presente capítulo apresenta os dados bem como a análise realizada sobre os estudos levantados e catalogados neste trabalho.

O item 4.1 aborda as demandas e requisições aos/às Assistentes Sociais que trabalham em escolas públicas. Dentro dele apontamos os itens 4.1.1 e 4.1.2 que apresentam o inventário das dissertações e tese e a análise desses dados, respectivamente.

Já no item 4.2 encontram-se os desafios ao serviço social em relação à sua atuação em escolas públicas.

4.1 DEMANDAS E REQUISIÇÕES AOS/ÀS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Neste item trataremos sobre as demandas e requisições do/a Assistente Social nas escolas públicas com base nos estudos analisados. Para tanto, utilizamos o conceito de Barbosa (2015) para entender sobre as demandas e requisições. Conforme a autora,

[...] o Estado institucionaliza algumas demandas sociais a partir de políticas sociais de educação, saúde, habitação etc., e assim responde à questão social de modo fragmentado e parcial a partir de suas expressões. Institucionaliza-se, então, a demanda social (mais geral), e dentro de cada instituição (de educação, saúde, assistência social etc.) aparecem necessidades sociais que serão atendidas sob a forma de demandas institucionais correspondentes aos serviços sociais oferecidos pela instituição. (BARBOSA, 2015, p.40).

Essas demandas, segundo a autora, são “[...] produzidas pelas necessidades sociais, historicamente apresentadas pelos interesses das classes antagônicas (capital e trabalho)” (BARBOSA, 2015, p.65).

Tais demandas na instituição, aparentemente, apresentam-se como do interesse de todos, isto é, como sendo de todas as classes (burguesia e proletariado), e não como produzidas a partir do antagonismo entre elas. Desse modo, as demandas servem para responder às necessidades dessa relação em confronto (capital x trabalho), por isso as demandas institucionais são diferentes das demandas sociais, uma vez que o que é demandado pela instituição é sempre mais reduzido

do que aquilo que realmente expressa a demanda social. (BARBOSA, 2015, p.65-66).

De acordo com Barbosa (2015), quando se incorporam às instituições, as demandas chegam ao/à Assistente Social como “requisições técnico-operativas” “[...] Assim, ao nos reportarmos à relação entre demandas institucionais e requisições profissionais, conseqüentemente, tratamos da intervenção profissional, conformadas nas respostas profissionais”. (BARBOSA, 2015, p. 68)

Neste estudo, a partir dos trabalhos analisados, observou-se que as principais demandas que as escolas públicas têm requisitado ao/à Assistente Social estão voltadas para eixos direcionados à função social da escola, à intervenção desses profissionais, ao acesso e à permanência, às situações de violência dentro da escola, às expressões da questão social e à articulação com órgãos como Conselho Tutelar, Ministério Público.

4.1.1 Inventário das dissertações e teses analisadas

No estudo de Martins (2009, p.187), por exemplo, é discutido sobre repensar a função social da escola e, para que isso aconteça, a autora apresenta alguns caminhos. Vejamos:

A escola precisa, portanto, repensar a sua função social e, para isso, é necessário considerar as práticas da sociedade onde está inserida, sejam elas econômicas, políticas, sociais, culturais, éticas ou morais. Considerar, também, a relação direta ou indireta destas práticas com os problemas específicos da comunidade à qual a unidade escolar pertence. Ter clareza da função social da escola e do homem que se quer formar é fundamental para realizar uma prática pedagógica competente e socialmente comprometida, particularmente num país de contrastes como o Brasil, onde convivem grande desigualdades econômicas, sociais e culturais.

Seguindo essa linha, no decorrer de cada estudo, vão sendo apresentadas demandas por parte da escola para a atuação de Assistentes Sociais. Muitos estudos apresentam demandas que estão ligadas aos eixos de acesso e permanência, infrequência escolar, questões familiares, evasão

escolar, violência no contexto da escola, violência doméstica, defasagem na aprendizagem, problemas com drogas, trabalho infantil, indisciplinas, inclusão, dentre outras.

De acordo com Silva (2008),

Tais categorias mencionadas pela Assistente Social e analisadas brevemente podem tornar-se alvo de sua intervenção e importante contribuição da profissional. Além disso, pode proporcionar encaminhamentos devidos para a rede de serviços sociais, os quais contribuirá, a partir da inserção do aluno e/ou de sua família, para a sua permanência na escola, isto é, finalizar o ciclo educativo. Um outro encontro maior ocorre no início do ano letivo, momento em que há a apresentação inicial e a Assistente Social vai em todas as salas para incentivar os alunos a concluir o ensino, levantar a auto-estima e mostrar a importância da educação para a vida dos mesmos. (SILVA, p.92, 2008)

Já no estudo de Silveira (2013),

As demandas atendidas pelas assistentes sociais participantes da pesquisa constituem-se em: abuso sexual, infrequência e evasão escolar, violência doméstica, violência urbana, dependência química, tráfico de drogas, saúde mental, indisciplina, falta de acesso à educação infantil, gravidez precoce, relações entre família e escola, dificuldade de manejo da escola com os alunos, educação inclusiva. (SILVEIRA, 2013, p.104-105)

A autora destaca a violência em suas mais diversas manifestações como a demanda mais expressiva e relata que tais demandas levam a percepção, por parte do/a Assistente Social, da totalidade da realidade social expressa através das diversas manifestações da questão social refletidas no cenário e cotidiano das escolas. Silveira (2013) ainda afirma que é necessário que, para que o profissional enfrente e trabalhe essas diferentes expressões, que se problematize e se analise as demandas sociais que se apresentam, sob pena de responsabilização da família, por exemplo, por situações como a evasão escolar. Quer dizer, pode-se acabar ignorando a questão social como uma realidade concreta que enfraquece as relações vividas pela comunidade escolar.

Além disso, no trabalho de Silveira (2013), percebe-se que o/a Assistente Social também é requisitado nas escolas para realizar articulações

com redes de atendimento de outras políticas sociais, realizando reuniões de rede, exercendo um trabalho de fomentação à participação das escolas nas redes de atendimento à proteção das crianças e adolescentes.

No estudo de Cunha (2017), a frequência escolar é a principal requisição para os/as Assistentes Sociais. Sobre esse ponto a estudiosa afirma:

Em relação à frequência escolar, podemos inferir que existe uma preocupação por parte da SEDUC para manutenção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB120, que requer as informações sobre rendimento escolar dos estudantes como, abandono, aprovação, reprovação. Além disto, existe a correlação da frequência escolar com os programas sociais na escola (Programa Bolsa Família, BPC na escola etc.), o que incide sobre o trabalho dos/as assistentes sociais (CUNHA, 2017, p.165).

Esse fato se deve à condicionalidade sobre a educação do Programa Bolsa Família, que exige que crianças de 6 a 15 anos possuam 85% de frequência escolar e que adolescentes de 16 a 17 anos frequentem pelo menos 75% das aulas na escola.

Ainda nesse estudo,

As respostas profissionais destacadas foram: atendimento individual aos estudantes e às famílias; atendimento individual aos estudantes e às famílias que foram encaminhadas ao conselho tutelar, ou encaminhamento para os estudantes que apresentam algum problema psicológico; encaminhamento para diversas políticas e órgãos como Conselho Tutelar; Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS); Programa Saúde da Família (PSF); acompanhamento dos projetos sociais, principalmente aos relacionados à frequência escolar; reuniões de pais, dentre outros (CUNHA, 2017, p.166).

Percebemos, assim, que a ação profissional dos/as Assistentes Sociais é voltada às solicitações da escola ou aos problemas que surgem dentro dela e também no âmbito da família e da comunidade. No estudo da autora também foi relatado que existem projetos em execução nas escolas e também a intenção de alguns dos profissionais em desenvolverem projetos sobre a realidade social dos usuários da Política de Educação do Município de Campina Grande na Paraíba, local em que o estudo foi realizado. Desse modo, são citados os seguintes projetos:

Escola, Família e Comunidade, uma parceria que dá certo (projeto permanente, junto a famílias para assegurar a permanência das crianças na escola); Frequência em dia (projeto permanente que acompanha a frequência escolar dos estudantes); Projeto com vínculo com a UEPB (estudo sócio-econômico, identificando as principais demandas das famílias e os encaminhamentos) Projeto de extensão da UEPB (temporário; trabalhando o ECA); Projeto Educar para coletar (temporário; sobre a reciclagem); Projeto PROERD (programa de prevenção ao uso de drogas); Busca Ativa Escolar (projeto do município direcionado para o/a assistente social para diminuir a evasão escolar; faz um mapeamento da frequência dos alunos). (CUNHA, 2017, p.166-167).

Ainda segundo Cunha (2017), as ações exercidas pelos profissionais são consideradas pontuais e as práticas são fragmentadas em várias ações que visam o atendimento de demandas requisitadas pelas instituições. Por isso,

Esse enfoque profissional dificulta decifrar as mediações presentes e apreender as particularidades descritas pelos sujeitos que, na verdade, são expressões das desigualdades sociais do processo de produção e reprodução da sociedade. Diante da exposição das atividades realizadas pelos/pelas assistentes sociais nas escolas municipais de Campina Grande-PB, observamos que a ação profissional é direcionada às solicitações da SEDUC. Muito embora tenha sido relatada a intenção de alguns profissionais em realizar projetos visando descortinar a realidade dos usuários da política de Educação municipal e de seu entorno." Dessa forma, podemos inferir que os profissionais viabilizam o atendimento das demandas imediatas, sendo assim, não conseguem realizar estratégias coletivas de ação que possibilite o planejamento de sua prática visando atender aos interesses dos usuários da referida política de Educação. Conseqüentemente, o exercício profissional dos/as assistentes sociais nas escolas pesquisadas configura-se como uma ação fragmentada, pulverizada, com enfoque individualista e psicologizante ante/diante das expressões da —questão social." (CUNHA, 2017, p.168-169).

Já no que se refere ao estudo de Santos (2012), as principais demandas solicitadas aos/às Assistentes Sociais pela escola estão relacionadas a situações como "os conflitos entre professor e aluno (25 ocorrências); a violência entre alunos (19 ocorrências); e as questões de saúde (14 ocorrências)". (SANTOS, 2012, p. 237). Dessa forma, é realizada articulação com instituições como os Conselhos Tutelares e com as Unidades de Saúde.

Pode-se perceber que as demandas solicitadas pelas escolas aos/às Assistentes Sociais giram em torno das expressões da questão social e da própria realidade social a qual os usuários da Política de Educação estão

inseridos. Com base nos estudos, vemos que as requisições muitas vezes são parecidas, algumas prevalecendo mais em alguns estudos que em outros, haja vista que ora a questão da violência se sobressai mais, ora a questão da frequência escolar aparece mais, porém sempre seguindo os eixos aqui relatados. Para o/a Assistente Social é posto que é necessário que ele realize uma leitura profunda da realidade social e das expressões da questão social para que assim possa atuar nas escolas e exercer um trabalho que não seja meramente paliativo, mas que busque dar respostas às demandas, realizando articulação com as famílias, a comunidade, com órgãos e outras políticas sociais.

Nas escolas em que os estudos de Martins (2000) e Santos (2008) foram realizados, não há presença de Assistentes Sociais. Assim, os trabalhos estão voltados para como os/as Assistentes Sociais podem contribuir no ambiente escolar.

Segundo Martins (2000),

[...], cabe ao Serviço Social articular este universo saturado de possibilidades, expectativas, demandas e também limites, alternativas de ação coletiva, envolvendo todos os elementos da comunidade escolar. Quando se acena para esta possibilidade, converte-se a escola num instrumento de mobilização e organização interna e externa a serviço da cidadania e o resultado deste processo será sempre fruto de um conjunto de contradições, de relações de forças, potencializados por sujeitos coletivos que assumem as rédeas da sua própria história e da história da educação. (MARTINS, 2000, p.235)

Já no estudo de Santos (2008), é apresentada uma proposta de estudo sob todos os programas e espaços já existentes na escola e como os/as Assistentes Sociais podem atuar em cada um deles. Esses espaços são citados e explicados pela autora, sendo eles: A Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo, Conselho de Classe, Conselho de Escola, Reunião de Pais, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil e Mediação de Processos Participativos.

Santos (2008), afirma que “A hora do Trabalho Pedagógico” é um espaço desenvolvido por professores e coordenador pedagógico da escola estudada e sua finalidade é articular vários segmentos da escola para construir e implementar o projeto pedagógico; fortalecer a escola com o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico; avaliar e fazer o replanejamento das atividades em sala

de aula; identificar alternativas para redução de índices de evasão escolar e de repetências e também auxiliar a reflexão sobre a prática dos professores e acompanhar o processo ensino-aprendizagem. A autora informa que esse espaço vem enfrentando dificuldades para atingir os objetivos, tendo pouca participação dos professores por não provocar interesse neles, tendo em vista ainda as queixas quanto aos atos violentos dentro da escola, indisciplina dos alunos, baixo rendimento escolar. Nesse espaço, os professores, segundo Santos (2008), discutem sobre as questões que acontecem na escola, porém as alternativas para enfrentar as questões acabam sendo paliativas e descoladas da realidade social. Sendo assim, para a autora,

É nesse sentido que as discussões que norteiam o HTPC se configuram como um locus rico de informações para a atuação profissional do Assistente Social. Uma vez que são frequentes as discussões acerca das dificuldades enfrentadas na docência, decorrentes em muitos casos da realidade social do estudante, o professor não se encontra preparado para lidar com determinadas situações provenientes da questão social, a qual é objeto de trabalho do profissional de Serviço Social e com isso estabelece soluções paliativas dentro da sala de aula na tentativa de amenizar a indisciplina e conseqüentemente ministrar suas aulas. Portanto, é a partir daí que o Assistente Social, por meio de sua formação profissional, poderá iniciar sua intervenção elaborando primeiramente um estudo sobre o perfil dos estudantes, por meio da aplicação de uma pesquisa com os mesmos. Identificados os principais problemas, estes devem ser apresentados para os professores e direção escolar, citando quais as áreas que deverão ser trabalhadas com os estudantes para que estes possam superar os problemas que perfazem sua realidade. Nesse sentido, o Assistente Social deverá, por meio de um trabalho sócio-educativo com os professores, realizar momentos de discussão e de formação sobre as questões que mais interferem na vida escolar dos estudantes e que nem sempre os professores sabem como lidar. Posteriormente, tanto os professores quanto o Assistente Social poderão atuar em conjunto; o Assistente Social poderá estabelecer proximidade com os estudantes trabalhando estas questões com grupos de estudantes; já os professores, conhecendo a realidade social dos seus estudantes, poderão olhar de forma diferente para os mesmos, sem um olhar preconceituoso; compreendendo a sua história, poderão trabalhar durante as aulas determinados assuntos que fazem parte de sua realidade social. (SANTOS, 2008, p.101-102)

Outro espaço informado no estudo de Santos (2008) e que o/a Assistente Social pode intervir é o Conselho de Classe. A autora informa que esse espaço tem se tornado o momento de avaliar os estudantes que são considerados como “problema”, quando deveria ser o espaço para refletir a prática pedagógica. Santos (2008) sintetiza que é preciso pensar esse espaço

como uma culpabilização do rendimento dos alunos pelos problemas que eles têm de comportamento, da vivência na família e da realidade social, tendo em vista que diversos fatores externos à escola e que são sociais interferem também no rendimento na escola. Sendo assim, considera que:

[...] o Assistente Social poderá fazer com que esses problemas, que são constantemente apresentados no Conselho de Classe, deixem de ser tratados como uma classificação excludente do estudante, como se fosse culpa dele apresentar em sua história de vida determinados problemas sociais que interferem no seu rendimento escolar. Desse modo, seu trabalho está em estabelecer um elo de proximidade entre estudante e professor, fazendo com que os professores se tornem mais próximos de seus estudantes, procurando conhecer a realidade social dos mesmos. Para que isso ocorra, caberá ao Assistente Social iniciar um trabalho de acompanhamento individual por meio de visitas domiciliares e atendimento individual do estudante, objetivando o conhecimento de sua realidade social. A partir daí, essas informações oferecerão subsídios necessários para seja pensada de forma conjunta as estratégias de acompanhamento e avaliação do estudante, “humanizando” cada vez mais a relação entre professores e estudantes, de maneira que esta não se resuma a uma indiferença estabelecida em sala de aula. (SANTOS, 2008, p.103).

Outro espaço citado é o Conselho de Escola que é um órgão que possui natureza deliberativa e é composto por professores, pais e estudantes, funcionários e especialistas. Cabe ao Conselho de Escola deliberar sobre metas e diretrizes da escola, soluções para os problemas que ocorram de natureza administrativa e pedagógica, integração escola-família-comunidade, atendimento psicopedagógico e material dos alunos, realizar prestação de contas, deliberar gastos, entre outros.

Nesse sentido, o Assistente Social poderá incentivar a participação desses sujeitos, possibilitando meios para que se sintam como sujeitos da transformação, conscientes de sua própria ação no mundo. Isso só acontecerá a partir de um trabalho educativo e formativo que possibilite aos mesmos compreender que a escola é um espaço importante para os educadores, estudantes e pais e que esta mesma escola pode gerar transformações no seu interior e projetá-las na comunidade, fazendo com que os próprios estudantes iniciem um trabalho de extensão escolar na comunidade. Isso é iniciar um processo de formação de um sujeito crítico, ativo e propositivo de novas ações e projetos em seu meio social, ou seja, isso é potencializar os novos cidadãos. Daí a função social da intervenção do profissional no meio escolar, auxiliar esses sujeitos a participarem de momentos de discussão em grupos, iniciando com os mesmos um processo de descrição, problematização da realidade, compreensão crítica da realidade descrita e elaboração de alternativas de intervenção coletivas. Para isso, o Assistente Social

deverá fomentar a formação desses grupos de discussão com a participação dos diversos sujeitos integrantes do contexto escolar, possibilitando que estes mesmos sujeitos compreendam que fazem parte de um processo de transformação social. (SANTOS, 2008, p.104).

Além disso, conforme Santos (2008), o/a Assistente ainda pode atuar na reunião de pais, possibilitando que essa reunião deixe de ser um espaço restrito para assuntos formais, pois para ela,

[...] esse espaço pode e deve ser utilizado para a formação de cidadãos, pois são comuns as queixas dos professores em relação à família no entender que os pais estão deixando à responsabilidade da escola o trabalho de educar seus filhos quando, na verdade, a função da escola é de desempenhar um papel de co-educadora junto com a família e não atribuir aos professores papéis que não competem a eles. Mas é nesse conflito que se dá entre o pensamento da escola e o dos pais que se pode ser estabelecida uma parceria, na educação. Como é comum a queixa dos professores de que a família não está sabendo como lidar no processo de educação dos filhos e como a própria família admite que enfrenta muita dificuldade na educação dos mesmos, o Assistente Social poderia transformar a reunião de pais em um espaço de socialização de experiências, de discussão sobre a questão educacional dos filhos. Isso pode ser feito por meio da realização de um trabalho sócio-educativo que possibilite abordar assuntos pertinentes à educação dos filhos, bem como estabelecimento de pequenos grupos de discussão nos quais pais e professores possam partilhar suas angústias e dificuldades no processo educativo dos estudantes. (SANTOS, 2008, p.105)

O Grêmio Estudantil também é citado pela autora como um possível espaço de atuação do/a Assistente Social, haja vista que o/a profissional pode atuar incentivando e fomentando a participação dos estudantes, visando possibilitar a formação do conhecimento crítico, atuando na mediação entre estudante – instituição escolar, de maneira a auxiliar e fomentar os alunos a iniciarem o processo de formação do grêmio estudantil.

[...] Isso pode ser feito por meio da realização de grupos de discussão entre estudantes que possibilitem primeiramente compreender qual o papel do Grêmio Estudantil, para que posteriormente os estudantes almejem pelos seus interesses, promovam atividades científicas e culturais e também estendam o potencial de suas ações para a intervenção em sua comunidade. É possibilitando a realização de ações como essas que o Assistente Social poderá potencializar a participação do jovem em seu bairro, sua comunidade, seu município. Assim, o estudante terá a compreensão de quão significativa é sua participação, na contribuição para a formação de cidadãos críticos e conscientes da realidade social na qual estão inseridos (SANTOS, 2008, p.107).

Já no estudo de Silva (2008), em que há a presença de uma Assistente Social na escola em que o estudo foi realizado, a estudiosa afirma que o/a profissional de Serviço Social atua diretamente com os estudantes, buscando em sua ação fatores que possam interferir no processo de aprendizagem e também avaliando a situação extraescolar dos alunos, colocando-se como mediador entre a escola e a família.

Silveira (2013) relata que suas pesquisas apontam que o/a Assistente Social que trabalha na Política Pública de Educação Básica em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, desenvolve suas atividades mediando o acesso e a permanência dos estudantes da escola e na articulação para o atendimento dos demais direitos sociais. Nesse estudo são elencadas quatro ações caracterizadoras do trabalho do/a Assistente Social na política de educação básica da região metropolitana de Porto Alegre sendo elas: (1) Avaliação socioeconômica; (2) articulação das redes de atendimento de outras políticas sociais; (3) Assessoria técnica às escolas e (4) Planejamento e execução de encontros de formação continuada para a comunidade escolar. De acordo com a estudiosa,

[...] compete ao profissional buscar subsídios através da pesquisa/estudo sobre a realidade social, econômica, política, habitacional e cultural do município, como instrumento de trabalho profissional que deve permear a atividade do assistente social, subsidiando o mesmo. O conhecimento da realidade social, também se estabelece como instrumento da intervenção profissional, constituindo-se enquanto dimensão técnico-operativa de intervenção crítica na realidade." (SILVEIRA, 2013, p.111)

A somar, para além de realizar planejamento e execução de ações que visem o acesso e a permanência na escola, pode atuar na dimensão educativa⁶ do Serviço Social.

Além disso,

Podemos classificar a assessoria prestada nos seguintes eixos: no monitoramento da frequência escolar do Programa Bolsa Família, como condicionalidade de responsabilidade da Política de Educação;

⁶ O Serviço Social considerado uma profissão de cunho educativo, tendo em vista que é situado em um campo de atividades mobilizadoras de processos políticos da formação humana, o que o torna uma profissão de grande importância nas relações de sociabilidade. Dessa maneira, além de construir atuar de acordo com as transformações societárias, também aponta direcionamentos sobre o pensar da sociedade.

no acompanhamento da educação inclusiva e na abordagem às diferentes expressões da Questão Social no âmbito escolar. No que concerne à assessoria de acompanhamento à educação inclusiva, destaca-se a atuação profissional em um espaço ocupacional, vinculado à Secretaria Municipal de Educação que atende exclusivamente alunos com deficiência que estão em processo de inclusão ou já estão sendo atendidos pelas escolas da respectiva rede de ensino. (SILVEIRA, 2013, 120-121).

A somar, no estudo a autora faz referência ao trabalho dos/as Assistentes Sociais com pessoas com deficiência. Trabalho que já era solicitado por parte das Associações dos Amigos dos Excepcionais (APAE) e em escolas especiais e que agora também atende aos usuários deficientes que se encontram matriculados nas escolas de educação básica. Dessa forma, o profissional intervém nesse contexto junto às escolas que ainda precisam melhorar em muitos pontos o paradigma da doença. Além disso, o/a profissional de Serviço Social atua junto às famílias dessas pessoas com deficiência que por muitos anos permaneceram dentro de suas casas, sem acesso à educação e tendo o seu direito de desenvolver suas potencialidades negado.

Encontramos no estudo de Cunha (2017) que na literatura do Serviço Social tem sido ressaltado que a atuação de Assistentes Sociais na educação tem se dado de forma a fortalecer as redes de acesso aos serviços sociais e de sociabilidade; e de processos de ampliação e reconhecimento dos direitos sociais dos usuários, enfatizando que não deve ser confundido com o trabalho dos educadores.

No estudo de Santos (2012), quanto às principais atribuições dos assistentes sociais,

[...] nota-se que muitas respostas (41%) apresentam as concepções e os princípios que norteiam o trabalho profissional na escola, não expressando exatamente as ações que realmente são desenvolvidas; outras já expressam de fato as atribuições, ou seja, apontam as ações realizadas no âmbito escolar (SANTOS, 2012, p.231)

Quanto a esses princípios e atribuições realizados pelos/as Assistentes Sociais entrevistados no estudo de Santos (2012), além das principais atividades que são os atendimentos individuais com alunos e responsáveis, encontram-se:

Princípios:

“Atuar na garantia de direitos do público com que atua; Trabalhar pela permanência do aluno na escola; Repensar concepções cristalizadas; Garantir ao aluno a escola pública; Garantir direitos sociais; Contribuir para garantia do acesso, permanência e aproveitamento; Garantia de direitos e acesso da população; Trabalhar na defesa e garantia dos direitos sociais; Ampliação de visão de mundo; Viabilizar direitos; Reflexão das ações; Proporcionar reflexão acerca das expressões da questão social; Defesa e luta pela efetivação de direitos; Garantia do acesso / permanência na escola” (SANTOS, 2012, p.231).

Atribuições:

Planejar, elaborar e executar e avaliar projetos em sua matéria; Atender os alunos e familiares; Prevenção violência, drogas e outros; Facilitador dos encontros; Atendimento as demandas; Identificação de demandas sociais; Articulação com redes de serviços; Acompanhar os educandos; Atendimento; Atender a família; Atendimento às famílias; Orientação social e direitos; Orientação individual / grupo de alunos; Atender os alunos e suas famílias; Discussões de casos; Atendimento aos alunos infrequentes; Orientação e encaminhar os usuários no sentido do atendimento as suas demandas; Articulação de rede; Participação na elaboração de atividades interdisciplinares com alunos e famílias (SANTOS, 2012, p.231).

Percebe-se que nem todos os princípios e atribuições listados pelos/as Assistentes Sociais entrevistados na pesquisa de Santos (2012) são exclusivos do/a Assistente Social. Como é o caso dos conflitos entre os alunos e a indisciplina.

Ainda no estudo de Santos (2012), é mencionado que há uma dificuldade por parte dos profissionais entre o seu fazer profissional e sobre as atribuições do Conselho Tutelar⁷, afirmando que não há encaminhamentos para esse órgão pelos/as Assistentes Sociais entrevistados.

⁷ Deve-se acionar o Conselho Tutelar quando for constatado abuso ou situações de risco contra a criança ou adolescente. De acordo com o art. 136. “São atribuições do Conselho Tutelar: I - atender as crianças e adolescentes [...]; II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII; III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações. IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional; VII - expedir notificações; VIII - requisitar

Santos (2012) afirma ainda que os profissionais citaram atribuições que não são privativas ao/à Assistente Social, dentre elas estão: “avaliar se o aluno tem problema psicológico”, “Entender que o assistente social trata de famílias e conseqüentemente tem como público alvo somente as famílias da escola”, “ver o Serviço Social como lugar da caridade” dentre muitas outras.

Consideramos aqui muito importante o movimento de Santos (2012) em captar o que é e o que não é atribuição do Serviço Social, tendo em vista que existem diversas atividades a serem exercidas dentro da escola e cada uma é voltada para a atuação de um profissional diferente. É necessário que não haja desvios de função nem que o/a Assistente Social exerça o papel de outros profissionais que estão na escola. É perceptível a partir dessas atividades não privativas ao/à Assistente Social que há muitas dúvidas mesmo dentro da escola e do quadro de funcionários no geral acerca do papel do/a Assistente Social nas unidades escolares. Isso pode ter haver tanto com o histórico do início da profissão que ainda traz resquícios da benesse e do conservadorismo, quanto da própria escola e/ou também de alguns profissionais do próprio Serviço Social de ainda não compreenderem qual o efetivo papel do/a Assistente Social na educação e como se dá sua intervenção principalmente dentro da educação básica.

4.1.2 Análise das requisições ao trabalho do/a Assistente Social nessas produções

No Brasil, o Serviço Social se afirma sob a ampliação da ação e controle do Estado perante à população. Até hoje, o Estado é seu maior empregador,

certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário; IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal; XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.” (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências).

além das organizações privadas e de caráter empresarial voltadas à prestação de serviços à sociedade civil que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social.⁸ Assim, ingressa em instituições como parcela de trabalhadores implementando ações nos espaços ocupacionais que resultam em trabalho coletivo.

A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação profissional (IAMAMOTO, 2014, p.86).

Tomando por base as atividades mencionadas nos estudos em que há a presença de Assistentes Sociais trabalhando em escolas públicas, percebemos que o fazer profissional destes profissionais à garantia de acesso e permanência dos alunos é um traço comum, porém, não é apenas com esse público que o profissional trabalha, tendo em vista que, além disso, realiza atividades com a família e toda a comunidade escolar.

Diante disso, aparecem com muita frequência nos estudos encontrados situações como questões de saúde, evasão escolar, repetência, fracasso escolar, questões familiares, situações de violência, tanto doméstica quanto dentro das próprias escolas, demandas relacionadas ao uso de drogas, ao trabalho infantil, gravidez na adolescência, todas essas expressões da questão social que invadem a escola nos quais toda a comunidade escolar encara.

O/a Assistente Social é um/uma profissional que atua a partir das expressões da questão social, entre o acesso a serviços sociais e entre as demandas que o usuário necessita.

⁸ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”. (IAMAMOTO, 2014, p.86).

[...] coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do(a) assistente social pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da questão social pela via do estudo social. IAMAMOTO, 2012, p. 428)

Em um dos estudos levantados e catalogados, o de Silveira (2013), aponta que:

[...] as demandas, apontadas pelas profissionais, basicamente são provenientes dos processos vivenciados pelas famílias, havendo a ausência de uma relação destes processos com a precarização das políticas públicas, por exemplo. Fator que omite a responsabilidade do Estado como agente responsável pela viabilização dos serviços sociais aos sujeitos, logo a família enquanto instituição que possui seus direitos violados. (p.106)

Encontramos no estudo de Pimenta (2009) que os/as Assistentes Sociais na escola em que o estudo foi realizado coordenam um Grupo de Pais enquanto as crianças são acompanhadas pela equipe psicopedagógica. Essa atividade é de grande importância, tendo em vista que é necessário que, além dos alunos, os pais recebam todo um suporte para a equipe entender em que contexto aquela criança está inserida, se há sequelas da questão social que venham a interferir no rendimento escolar do aluno para assim poder intervir na realidade.

O/a Assistente Social se coloca como mediador entre a escola e a família. Mediando o acesso e permanência dos discentes e se articulando com as demais políticas sociais através da intersetorialidade.

Quando se trata das atividades em que o/a Assistente Social é chamado para intervir, observamos que as principais demandas estão relacionadas às expressões imediatas como violência, infrequência e indisciplina.

No estudo de Amaral (2011, p.137), a autora informa que na Escola Parque situada em Salvador Bahia, “[...] cabe também ao Serviço Social realizar

contato com a família do aluno que atinge a margem de 75% de frequência escolar, através do acionamento do Ministério Público e do Conselho Tutelar”.

Além disso, também encontramos nos estudos que as práticas profissionais são pontuais e fragmentadas, visando atender demandas emergentes e que são requeridas muitas vezes pelas próprias instituições e/ou secretarias de educação, interferindo com que esse profissional possa planejar sua prática profissional para atender aos interesses dos seus usuários. Como já referenciamos acima, Cunha (2017, p.168-169) afirma “Conseqüentemente, o exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nas escolas pesquisadas configura-se como uma ação fragmentada, pulverizada, com enfoque individualista e psicologizante ante/diante das expressões da questão social”.

Temos, por um lado, o crescimento da pressão na demanda por serviços, cada vez maior, por parte da população usuária mediante o aumento de sua pauperização. Esta se choca com a já crônica – e agora agravada – falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos, expressão da redução de gastos sociais recomendada pela política econômica governamental, que erige o mercado como “a mão invisível” que guia a economia. Verifica-se a inviabilização de programas de trabalho, a falência dos serviços públicos nos campos de saúde, educação, habitação, etc. (IAMAMOTO, 2010, p.160)

Fatores esses que atingem diretamente a intervenção dos/as Assistentes Sociais em todos os campos de atuação, porém aqui apontados na área da educação básica. O profissional de Serviço Social se vê cada vez mais restrito e direcionado a exercer um papel cheio de técnicas e burocracias e bem direcionadas na prestação de serviços aos seus usuários.

No que toca o âmbito da ação e efetivação deste trabalho, o/a Assistente Social busca por seu instrumental técnico operativo do Serviço Social, que envolve um conjunto de técnicas e instrumentos utilizados em sua atuação.

No que toca os instrumentos e técnicas que os profissionais de Serviço Social têm utilizado para atuar nas escolas públicas, nos deparamos com as entrevistas, diagnósticos sociais, parecer social, estudo social, encaminhamentos para outras políticas e órgãos como Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Programa de Saúde da Família (PSF), Conselho Tutelar, atendimentos individual e de grupo aos estudantes e seus familiares, escuta qualificada, atendimento aos alunos encaminhados ao Conselho Tutelar. O

estudo de Oliveira (2013) ainda apontou Planos de ação; Prontuário Social; Biblioteca técnica e o livro de ocorrência. A somar, o estudo de Amaral (2011) também aponta que os/as Assistentes Sociais utilizam filmes, realizam diálogos e entrevistas com os familiares e também realizam palestras, trazendo esses elementos como as possibilidades técnico-operativas do fazer profissional.

Muitos estudos apontaram a dificuldade em realizar visitas domiciliares, tanto por falta da disponibilidade de transporte das instituições, por falta de recursos para a se locomoverem até o domicílio do estudante, quanto pelo tempo de trabalho e alta demanda dentro das escolas.

Quando tratamos dos instrumentos e técnicas do Serviço Social estamos transitando entre as práticas humanas que se voltam para a transformação de outras atividades humanas, aquelas que incidem sobre as coincidências. Portanto, os instrumentais que as potencializam não se caracterizam como um acervo de instrumentos e técnicas materiais. São instrumentos e técnicas elaborados e organizados por diversas disciplinas do campo das ciências sociais e utilizados por diversas práticas sociais, para modelar o comportamento humano, para racionalizar as relações entre os homens, atendendo a diferentes interesses sociais. São instrumentos que potencializam a produção de atitudes, posturas e comportamentos adequados a estes diferentes interesses (TRINDADE, 2001, p. 6).

Trindade (2001) afirma que o instrumental não pode ser tomado apenas como aspectos técnicos, mas que podem ser tomados como “implicações sócio-políticas da prática”, em que pode potencializar suas ações e viabilizar sua intervenção direcionada socialmente no movimento de contradição da sociedade.

Sobre o item de descrição dos procedimentos de caracterização da população, registro, planejamento, avaliação e sistematização presentes nos estudos, a maioria dos estudos não apresenta diretamente, porém percebemos que a sistematização das atividades é realizada através dos livros de registro, relatórios sociais e de atividade e fichas sociais como citamos acima.

É notável nessas dissertações e tese que os/as Assistentes Sociais trabalham muitas vezes com equipes multidisciplinares, a somar, seu trabalho vai além do âmbito escolar, tendo em vista que muitos realizam articulação entre

as demais políticas públicas, órgãos, conselhos e programas. Como afirma Oliveira (2013),

[...] o assistente social desenvolve atividades técnicooperativas conforme as necessidades dos usuários frente às expressões da questão social. É oportuno destacar que uma parcela significativa das atividades é desenvolvida em conjunto com uma equipe multiprofissional e também em parceria com uma rede de proteção social, assim, muitas vezes não se visualiza as atribuições privativas do assistente social, pois as demandas exigem atuação generalista e polivalente. (OLIVEIRA, 2013, p.138-139)

A relação do/a Assistente Social com outros profissionais da Educação nesses estudos foi colocada como bastante enriquecedora, tendo em vista que as dissertações e tese demonstram que há aceitação entre os diversos profissionais que fazem parte das equipes.

No estudo de Cunha (2017), alguns profissionais relataram insatisfação em relação ao não reconhecimento por parte de outros profissionais e da Secretaria de Educação – SEDUC e também desrespeito sobre suas atribuições.

Nos estudos em que não há a presença de Assistentes Sociais, como no de Martins (2001), os relatos dos outros profissionais, como professores e agentes educadores, apontam a necessidade de realizar atendimentos de demandas que surgem na escola, porém que não são suas atribuições, informando que essa lacuna poderia ser preenchida por Assistentes Sociais e outros profissionais.

Geralmente a equipe multidisciplinar é composta por Diretores, Coordenadores, Pedagogos, Professores, Assistentes Sociais e Psicólogos. Na maioria dos estudos, só existe uma assistente social nas equipes, fator que pode causar fragilidade na inserção desses profissionais na escola, haja vista que há uma ausência de espaços que possam oferecer trocas de experiências, que eles possam se fortalecer entre a classe. Sendo assim, como o/a Assistente Social é o único na equipe, ele necessita reiterar e apresentar para toda a equipe multiprofissional quais as suas competências e atribuições, para que não haja desvios de função e para que a equipe fique ciente do papel e da importância deste profissional dentro da instituição, tendo em vista que ele pode ser visto

para outros profissionais como mais um profissional adentrando a escola sem entender sua real importância.

Em alguns estudos, por exemplo, o profissional de Serviço Social se depara com rotinas técnico-operativas imediatas e burocráticas (institucionais) ultrapassando suas atribuições. Esse fato se deve, muitas vezes, pelo/a próprio/a Assistente Social não ter conhecimentos sobre o que deve fazer na escola, por estranhamento por parte de outros profissionais e também pela decadência de profissionais nas escolas públicas, fazendo com que todos exerçam atividades administrativas, incluindo o/a Assistente Social e não deem conta de toda a demanda do Serviço Social, o que contribui para o imediatismo e pragmatismo.

A isso se acresce outro traço peculiar ao Serviço Social: indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, abrindo ao Assistente Social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional. Tal característica, apreendida às vezes como um estigma profissional, pode ser reorientada no sentido de uma ampliação de seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre sua prática. (IAMAMOTO, 2014, p. 87)

No que toca o âmbito das instalações físicas e ocupação do espaço pelos profissionais, no estudo de Amaral (2011) a autora aponta que duas Assistentes Sociais possuem vínculo com carga horária semanal de 20h e uma de 40h.

Em relação à referência salarial, segundo Santos (2012), os/as Assistentes Sociais recebem em média R\$ 4.200,00 dependendo do tempo de serviço, tendo em vista que esse salário está relacionado aos profissionais concursados públicos.

Encontramos, nos trabalhos, que as escolas em que os/as Assistentes Sociais estão inseridos não estão preparadas fisicamente para receber estes/as profissionais. Atendimentos em locais inadequados.

Alguns colegas revelam que as intervenções ocorrem frequentemente nas salas de leitura, auditório, refeitório, locais estes inapropriados para o exercício profissional, principalmente quando se trata de atendimentos individuais. (SANTOS, 2012, p.229-230)

Aqui vale nos guiarmos na resolução do CFESS nº 493/06⁹ que se refere às condições de trabalho do/a Assistente Social. Na ementa, nos resguardamos em relação ao sigilo profissional, salas próprias do Serviço Social para atendimentos entre outros pontos.

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo. Art. 4º - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais. Art. 5º - O arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, poderá estar em outro espaço físico, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo artigo 4º da presente Resolução.

Ao longo dos estudos vamos percebendo vários problemas estruturais que atingem diretamente o trabalho dos/as Assistentes Sociais. Muitas vezes, sem espaço para atendimento, o profissional acaba por dividir a sala com outros profissionais, como vimos no trabalho de Silva (2008, p.94),

Observou-se que o espaço da sala que a Assistente Social divide com a orientadora e supervisora escolar, chamado de SOESE (Serviço de Orientação Escolar), dispõe de três mesas, uma para cada profissional, dois armários médios e ar condicionado, que não chega a refrigerar quase nada. É uma sala pequena, de aspecto bastante deteriorado, como as demais dependências da escola.

A somar, como na maioria das escolas somente há uma Assistente Social, geralmente um dos turnos ficam descobertos. De acordo com Silva (2008, p.93), “[...] somente quando há a mobilização de outros turnos para uma

⁹ Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

atividade programada é que pode encontrar todos os alunos, pois não pode realizar um acompanhamento com todos e, por isso, trabalha exclusivamente com o público de seu horário, isto é, os alunos da tarde".

Dessa maneira, a partir de nosso estudo, é possível perceber que o/a Assistente Social se coloca como mediador entre escola e família, tendo em vista as muitas demandas sociais que geralmente há nas escolas, mas que estão fora do alcance de resolução dos diretores, pedagogos e coordenação pedagógica.

4.2 DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO À ATUAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS

A partir de todo o levantamento realizado, é notável que o trabalho do/a Assistente Social nas escolas públicas é tomado de desafios de diversos âmbitos.

Vimos que o trabalho desse/dessa profissional ainda traz muitas dúvidas e incertezas dentro desse espaço ocupacional, tanto por outros profissionais, quanto para os/as próprios/as Assistentes Sociais, que têm ocupado esse campo que não é tão frequentado pela categoria e quando é ocupado, é somente por uma ou duas assistentes sociais.

As profissionais se deparam a todo tempo com más condições de trabalho e de recursos e alta demanda de atividades, o que dificulta por muitas vezes que ele realize seu trabalho para além do imediatismo e pragmatismo.

Há, ainda, a importância de mostrar de onde e para que o Serviço Social veio e porque está ocupando o espaço escolar.

Todas essas questões podem ser colocadas como desafios ao/a Assistente Social. De acordo com Iamamoto (2010),

[...] Em algumas outras instituições, os profissionais defrontam-se com o ócio, impedidos de trabalhar diante da inexistência de recursos, o que gera perplexidade e imobilismo. Este quadro tem sido fonte de angústias e questionamentos sobre o nosso papel profissional, diante da dificuldade de criar, recriar e implementar propostas de trabalho, podendo estimular a burocratização e o vazio profissional. Alguns buscam, como "tábua de salvação", o discurso do mero "compromisso com a população", seja em sua versão mais politizada, seja em sua versão dialógica do respeito ao homem, como o apoio possível, mas incapaz, por si só, de enfrentar as demandas materiais e socioculturais da população trabalhadora (IAMAMOTO, 2010, p.161).

Porém, é necessário que nós, enquanto categoria profissional, apesar de toda a falta de verbas, recursos materiais e financeiros, não deixemos de exercer nosso papel da melhor forma possível, nos ajustando à realidade social ao qual estamos inseridas. É importante que não sejamos imobilizados e desiludidos em relação ao nosso fazer profissional.

Para Martins (2000, p. 221),

[...] o Assistente Social, é o profissional adequado para assumir, no bojo de suas atribuições, o papel de articulador de propostas de ações efetivas a partir do resgate da visão de totalidade da vida social. Portanto, a intervenção do Serviço Social junto às famílias poderá propiciar à escola o conhecimento dos seus valores, maneira de ver o mundo, sua religião etc., constando o grau de consciência e alienação, a sua subjetividade e objetividade, contribuindo, assim, com o seu crescimento e sua função educativa junto aos seus filhos. Desta forma, será viável para a escola estender o processo educativo à família, facilitando a relação escola-família, envolvendo-a no processo educativo de seus filhos.

A estudiosa expõe que, exercendo um trabalho socioeducativo com as famílias, o/a Assistente Social poderá ser capaz de propiciar o desenvolvimento da sua capacidade crítica, intelectual e também moral, adquirindo assim posições mais críticas – o que poderá produzir “um efeito ideológico de desocultação e desculpabilização” dessas famílias. Sendo assim, ao/à Assistente Social e aos outros profissionais inseridos na escola, cabe articular todo o universo escolar que já é saturado de demandas, limites e possibilidades com alternativas que sejam de ação coletiva e que envolvam toda a comunidade da escola. Dessa forma, a autora entende que a escola se converte em um instrumento de mobilização capaz de se organizar interna e externamente se colocando a serviço da cidadania.

Para Santos (2008), não existe um modelo único para que o/a Assistente Social operacionalize a sua ação, tendo em vista que a prática profissional não é exercida a partir de um modelo “engessado”, mas considera importante que ocorra a socialização de experiências neste meio educacional sobre a atuação desses profissionais da educação básica para que possam dar contribuições

para o processo de planejamento e reflexão da prática profissional do/a Assistente Social. Para que isso se concretize, é necessário que a partir do seu conhecimento teórico-metodológico, e com base na realidade apresentada, que o profissional construa sua própria prática, necessitando assim de uma formação teórico metodológica que lhe dê suporte para interpretar a realidade social posta e com isso,

[...] criar mecanismos que possam auxiliá-lo a desvendar os fatos sociais que se manifestam no meio escolar, planejar e elaborar estratégias de intervenção tendo como base os conhecimentos técnicos apreendidos em sua formação profissional. Só assim terá condições de trabalhar com a manifestação da questão social na instituição escolar. O conhecimento acerca da questão social deverá ser cada vez mais explorado, visto que se fazem presentes diversas problemáticas no cenário educacional que demandam um “leque” de intervenções como a questão da violência doméstica, a drogadição, exploração sexual, divergências familiares, problemas com a socialização primária dos estudantes; exploração do trabalho de jovens, adolescentes em situação de cumprimento de medidas sócio educativas, crianças e adolescentes cujos pais encontram-se presos, mães de estudantes que se prostituem ou mesmos estudantes que enveredam pelo mesmo caminho da mãe. Essas e outras questões demandam ao Assistente Social um conhecimento amplo de diversas áreas, para que sua intervenção possa realmente ser eficaz. (SANTOS, 2008, p. 98)

Entendemos aqui que é necessário que o/a profissional de Serviço Social esteja sempre se atualizando teoricamente, tanto dentro do campo em que está inserido, quanto em relação a assuntos, principalmente sociais, que fazem parte da sociedade no geral, para que sua prática não seja meramente sobre o fazer, mas que esteja vinculado criticamente com a teoria. Aponta-se, aqui, o desafio para que o profissional esteja sempre se atualizando, tendo em vista que a realidade está em constante movimento e esta rebate em sua intervenção. O/a Assistente Social deverá então estudar, planejar, desenvolver pesquisa e criar novas estratégias de intervenção para atuarem de forma crítica e efetiva na realidade posta.

Ainda de acordo com Santos (2008),

[...] Os novos desafios que o Serviço Social vem enfrentando na contemporaneidade se referem à capacidade de decifrar a realidade e elaborar novas propostas de trabalho que possam atender as atuais demandas, uma vez que a realidade social está em constante

transformação, é importante para o profissional estar sempre aperfeiçoando o seu trabalho, mostrando-se prepositivo e pronto a decifrar as expressões da questão social. De acordo com a atual conjuntura, o Serviço Social está vivenciando um momento de abertura de espaços sócio-ocupacionais no contexto educacional, no entanto, não existe um modelo de prática profissional a ser seguida, mas a prática profissional tem como base dois eixos fundamentais: o conhecimento teórico metodológico e o conhecimento da questão social que devem ser observados objetivando o melhor desempenho da mesma (SANTOS, 2008, p. 114).

Os desafios apontados no estudo de Silva (2008) seguem na linha da falta e clareza por parte da própria Assistente Social entrevistada sobre a atuação na área em que está inserida. Silva (2008) sugere que isso possa ocorrer devido a alguns fatores como, (1) por causa do campo da educação estar sendo retomado pelos Assistentes Sociais; (2) pela pouca existência de estudos na área; (3) por dificuldades de acesso a leituras; (4) pelo pouco entendimento de como intervir na área. Tendo esse fato em vista, é considerado um desafio à profissão buscar realizar um trabalho interdisciplinar comprometido com a educação e que busque intervir de forma transformadora em benefício do usuário da Política de Educação Básica. É um desafio para os/as profissionais que estejam tecnicamente capacitados para que possam lidar com diversas questões que estão inseridas na escola.

Silveira (2013) aponta em seu estudo a intersetorialidade como um dos desafios à atuação do/a Assistente Social nas escolas públicas, entendendo que ela vai além do trabalho articulado, como exemplo:

[...] a gravidez na adolescência, demanda profissional que suscita a necessidade de um trabalho educativo que aborde o projeto de vida das adolescentes, através de uma ação planejada e comum entre as políticas de educação, saúde e assistência social, no mínimo. (SILVEIRA, 2013, p.117).

Essa articulação entre várias políticas sociais deve seguir no sentido de ir além do trabalho multidisciplinar, fazendo com que haja, além de trocas de conhecimentos nas diferentes áreas, a potencialização desses diversos conhecimentos em atividades conjuntas que propiciem o trabalho, integrando tanto entre profissionais atuantes nas escolas, quanto entre as diferentes políticas setoriais.

Todavia, o profissional de Serviço Social é desafiado a perceber que sua contribuição na Educação transcende a relação de mediação com os atendimentos das demais políticas setoriais, planejando a intervenção profissional no sentido de romper com uma prática educativa desenvolvida pela escola que acaba por legitimar a desigualdade social vivida pela classe trabalhadora. Ou seja, de que forma a escola de Educação Básica, enquanto instituição protetiva dos direitos das crianças e adolescentes e que também é violada, visto a precarização das políticas sociais, deve construir seu Projeto Político Pedagógico e que tipo de formação humana está desenvolvendo através de sua prática pedagógica? Estas questões precisam estar presentes nas ações dos diferentes profissionais da educação formal que precisam se implicar com uma educação que transcenda os processos já legitimados de subalternização. (SILVEIRA, 2013, p.119-120).

Além disso, a autora também apresenta o desafio de criar situações concretas que sejam capazes de trabalhar com valores, proporcionando vivências que sejam democráticas, que possam fortalecer a participação dos usuários e da comunidade escolar na elaboração de projetos educativos, assim, podendo contribuir tanto para o protagonismo infanto-juvenil, quanto para a proporção de um desenvolvimento do olhar crítico das situações vivenciadas na escola.

Já para Cunha (2017),

Quando questionados sobre os desafios que a política de Educação impõe a atuação profissional, os/as assistentes sociais enfatizaram que a política de Educação, por ser verticalizada, impõe diversos projetos para as escolas sem o necessário conhecimento da realidade, muitas vezes sem mesmo ter terminado outros projetos, dessa forma, os profissionais ficam sobrecarregados, sem tempo para nada. Os profissionais enfatizaram ainda que a SEDUC só quer resultados, não importa como, o que reflete diretamente na atuação profissional. (CUNHA, 2017, p.167)

Ficando exposto que um dos grandes desafios é enfrentar a lógica existente de apenas apresentar números e resultados para exercer um trabalho de qualidade, com escuta qualificada e todos os outros instrumentos de trabalho do Serviço Social. Enfrentar as dificuldades, a falta de salas para atendimento, as más condições de trabalho para conseguir atuar e atender de forma humana e mais acolhedora possível dentro de suas limitações nas escolas.

De acordo com Santos (2012),

Diante das considerações realizadas, percebemos que é possível estabelecer conexões e afirmar que algumas ações realizadas pela categoria profissional podem ser interpretadas em diálogo com a Educação Popular (principalmente, na luta pela escola pública). Nesse contexto, refletir sobre as possibilidades de intervenção do assistente social na escola e seus nexos com a Educação Popular implica necessariamente trazer para o debate a função social da escola no que tange à garantia do direito à educação e permanência na escola; direitos esses necessários ao pleno desenvolvimento dos sujeitos políticos. Apontamos, ainda, para outro desdobramento importante que se pretende levar à frente: a possibilidade de construção de novos debates, principalmente aqueles que permitam o diálogo com a literatura latino-americana, já que experiências Chilenas, Argentina e Porto Riquenha, já sistematizados, merecem reconhecimento e podem contribuir para adensar as nossas reflexões (SANTOS, 2012, p. 255).

Além dessa atuação, é importante ressaltar que ainda há falta de clareza em relação sobre o fazer profissional em escolas públicas. Em alguns trabalhos, como no de Silveira (2013), por exemplo, pudemos nos deparar com exemplos de profissionais executando atividades não atributivas do Serviço Social, que não possuem firmeza em sua atuação e falta de clareza até mesmo em relação à profissão. Dessa maneira, entendemos que o trabalho desse profissional ainda está dividido, sendo que parte dos profissionais entendem e atuam na educação entendendo essa com Política Social relacionando com outras políticas sociais e outra parte que ainda executa práticas de assistencialismo/ajuda.

Em Oliveira (2013) observamos que a ausência da família no processo de formação dos alunos torna a intervenção profissional ainda mais difícil. A escola, assim, acaba por receber funções que são da família. No entanto, em concordância com Oliveira (2013, p.95), 'É preciso destacar que essa aproximação família-escola deve partir da própria escola, mas muitas vezes as escolas não conseguem compreender as dificuldades encontradas para uma participação ativa dos pais, principalmente quando se refere às famílias da classe trabalhadora. Coloca-se, aqui, mais um desafio que não é só do/a Assistente Social, mas de todo o âmbito escolar, de tentar refletir e intervir nessa realidade para que haja melhor participação da família nas reuniões e atividades na escola. Vale analisar sob quais horários estão sendo realizadas as reuniões e atividades, os principais horários de trabalho dos pais, se há gasto financeiro para chegar na escola, dentre outros fatores. Além disso,

Os depoimentos citados evidenciam que a/os assistentes sociais enfrentam desafios no que se refere ao trabalho em rede, sobretudo, com o feedback das demandas encaminhadas para os serviços existentes no território das escolas. Deste modo, é perceptível que a rede ultrapassa o mero conhecimento dos serviços, pois pressupõe a articulação. Nesta perspectiva, os profissionais percebem de forma crítica a falta de condições objetivas para desenvolver uma prática profissional em rede que ultrapasse o imediatismo das demandas apresentadas no cotidiano, como se constata na fala de (E27) que remete, intrinsecamente, a insatisfação dos profissionais no que diz respeito à rede de proteção às famílias, expressando que a entrega de uma cartilha – da qual a entrevistada chama de catálogo de endereços – não é suficiente para proporcionar uma verdadeira articulação entre instituições e os serviços, nem tão pouco dar conta da resolutividade das demandas. (OLIVEIRA, 2013, p.111)

A partir desse estudo, percebemos que o trabalho do/a Assistente Social em escolas públicas é rodeado de desafios a serem superados. Entendemos e reafirmamos a importância desse profissional dentro das escolas públicas, levando em consideração todas as múltiplas expressões da questão social que lá estão inseridas.

Desafios existem e podem ser superados, nosso direcionamento para essa questão caminha pelo lado da defesa da cidadania e das lutas sociais. Estamos inseridos numa sociedade capitalista que suga nossa força de trabalho e é desigual por extremo. Nossa profissão foi inserida desde a sua gênese como apaziguadora e neutra, porém, hoje possui, apesar de seu pluralismo, um viés totalmente diferente, que se coloca ao lado da classe trabalhadora, mesmo sendo tendo como seu principal empregador o Estado e as organizações privadas. É necessário que nossa categoria realize alianças com outros profissionais, forças políticas, cidadãos e que lutemos pela defesa de direitos conquistados e que agora se encontram ameaçados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho realizamos o percurso de recuperar o histórico do Serviço Social na educação, em especial, abordando a educação básica até chegarmos nas escolas públicas.

Acreditamos que o estudo conseguiu alcançar seu principal objetivo de levantar a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro, com vistas a investigar como está sendo pensada a atuação do/a Assistente Social na educação básica. A pesquisa pretendia analisar dez estudos encontrados, entre os anos delimitados, contudo não obtivemos acesso ao estudo de Ferreira (2012), tendo em vista que o mesmo estava bloqueado, dessa forma, trabalhamos com nove estudos, sendo uma tese e oito dissertações.

Nosso estudo chega à conclusão de que a inserção de Assistentes Sociais nas escolas públicas está ligada à defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Inserção esta que tem ocorrido com mais efetividade em alguns estados que em outros, como mostramos anteriormente. No entanto, a luta é coletiva para a sanção do projeto de lei que garante a inserção de Assistentes Sociais e psicólogos na escola pública de todo o Brasil.

Constatamos que o/a Assistente Social que está nas escolas públicas, contratado pelo Estado, muitas vezes é chamado a atuar em questões ligadas ao acesso e à permanência do aluno nas escolas, às situações de violência dentro da escola e também fora dela, à articulação com órgãos como Conselho Tutelar, Ministério Público, a situações de indisciplina e evasão escolar.

A maioria dos estudos apontou apenas um profissional da categoria atuando na escola, profissional este que trabalha juntamente com as equipes multiprofissionais.

A partir dos estudos, percebemos que o profissional tem sido bem recebido nas escolas, apesar de muitas vezes a equipe não ter ciência do seu papel naquele espaço, o que não implica necessariamente na aplicação das competências e atribuições por parte dos/as Assistentes Sociais, que têm realizado suas tarefas ainda que em meio às limitações postas.

Encontramos casos de dificuldade em relação a saber qual o papel desse profissional na escola, tanto por parte dos profissionais de outros cursos, quanto pelos/as próprios/as Assistentes Sociais, fator que pode estar ligado ao pouco quantitativo, e até mesmo a falta, de profissionais dentro das escolas. De possibilidade de trocar experiências dentro das instituições, haja vista que só há um/uma Assistente Social por escola em grande parte das localidades.

Percebe-se que a tendência do trabalho do/a Assistente Social é assumir tarefas voltadas para questões de acesso e permanência; questões de violência tanto dentro da escola, quanto no ambiente familiar; trabalhar não só com a família, mas também como todo o meio escolar, bem como, através de articulação com outras políticas sociais. A partir dos estudos, percebemos que o/a Assistente Social pode atuar das mais diversas formas dentro da escola, utilizando seu instrumental técnico operativo, teórico metodológico e ético político.

O/a profissional muitas vezes se depara com problemas estruturais existentes nas escolas públicas, como a falta de espaço para atendimento e falta de carro e recurso para realizar visitas domiciliares, além de responder às atividades burocráticas e administrativas.

Observamos que o Serviço Social tem avançado nos estudos sobre a profissão na educação, levando em consideração o número e a qualidade dos trabalhos encontrados, sejam na educação básica, profissional ou superior.

Entendemos que nosso trabalho possa contribuir para os estudos que vem sendo e que serão desenvolvidos no Serviço Social, em especial sobre o trabalho de assistentes sociais em escolas públicas. Além disso, nosso estudo também pode contribuir para outros profissionais da educação básica que muitas vezes se colocam duvidosos sobre o que faz o assistente social na escola e o porquê ele está ocupando aquele espaço.

Nosso banco de dados com 39 (trinta e nove) estudos catalogados nas três modalidades da educação será disponibilizado para que funcione como instrumento de estudo para outros que venham a surgir.

Esta dissertação fez um esforço de trazer elementos para somar os estudos da categoria, mas acreditamos que essa discussão não foi esgotada e que o nosso trabalho pode ser fruto para novos estudos.

Referências

- ALMEIDA, N. **Educação pública e Serviço Social: o enfrentamento da pobreza em questão**. Rev. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Ed. Cortez, v. 63, 2000.
- ALMEIDA, N. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. 2007. p. 1-16. Disponível em: <www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc>. Acesso em 09 jan.2018.
- ALMEIDA, N. **Trabalho e Serviço Social**. In: Serviço Social, trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 119-171
- ALMEIDA, N; RODRIGUES, M. **O campo da educação na formação profissional em Serviço Social**. In: Serviço Social e Educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 93-109.
- ALMEIDA, N. **O Serviço Social na Educação**. In: Revista Inscrita. Brasil. 6. ed. 2000, p.19-24
- AMARAL, Liane Monteiro Santos. **Trabalho de Assistentes Sociais na Escola Parque de Salvador: Contribuições para as relações entre família, escola e comunidade nos anos 2000**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica do Salvador, 2011.4
- BARBOSA, M. **Necessidades sociais, demandas sociais, demandas institucionais e as requisições profissionais para o serviço social**. In: Demanda Social pela educação e a inserção do Serviço Social na educação brasileira. Campinas: Papel Social, 2015, p.19-74.
- BRASIL. **Anuário Estatístico da Educação Bahia 2015**. Disponível em: < 05 fev. 2019. <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/anuarioestatistico>>. Acesso em:
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- BRASIL. **Projeto de Lei 1.297/03**. Intitui o Serviço Social na rede pública do ensino do Estado de Minas Gerais. In: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, MG. 20 dez. 2005. P.11-13
- BRASIL. **Resolução CFESS nº 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. 2006, p. 1-3
- CFESS. **Sobre A Profissão de Assistente Social**. 2015. 6 p. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/documentoCFESS-PisoSalarial.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- CFESS-CRESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2003. 66p.

CFESS-CRESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação.** 2011. 65p.

Cunha, Kivania Karla Silva Albuquerque. **Tendências do exercício profissional do assistente social na política de educação: as escolas municipais de Campina Grande-PB.** 2017. 196p.

FERREIRA, Maria José. **A prática do assistente social na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes: uma experiência do município de Uberaba/MG.** Franca. 2012. 186 f.

FERRIZ, A.; DAMASCENO, H. **O trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia.** Aracaju: Criação, 2018

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola “improdutiva”: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** In: A produtividade da escola improdutiva. 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 1993, p. 133-227.

GOUVÊA, Maria Conceição Meireles. **O Serviço Social no Espaço Escolar.** In: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais-MG. s/a, p.7-10

IAMAMOTO, M. **A intervenção do Agente Profissional nas Relações Sociais.** In: Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. – São Paulo: Cortez, 2014. p. 83-96.

IAMAMOTO, M. **Demandas e Respostas da Categoria Profissional aos Projetos Societários.** In: O Serviço Social na cena contemporânea. 19. ed. São Paulo, Cortez, 2010, p. 150-164.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-41. Disponível em: <http://ava.unit.br/dokeos/conteudo/pdf/SS_Contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 04 jan.2016.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999, p.247.

IAMAMOTO, M. **O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche.** In: Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2012, p.414-432.

MARTINS, E. **Serviço Social: mediação Escola e sociedade.** Franca, 2001. 281p. (Dissertação de mestrado)

MARTINS, E.; SOARES, N. **Serviço Social e Educação Reflexões referentes às concepções de Educação.** Rev. Serviço Social e Realidade, Franca, v. 21, n. 1, 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Serviço social: mediação escola e sociedade.** 2001. 278 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2001.

MOREIRA, Carlos Felipe. **Serviço Social na Educação Básica: particularidades do trabalho do assistente social no cenário carioca.** In:

Serviço Social e Educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 149-164.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Jullymara Lais Rolim de. **Explorando outros cenários: o serviço social no espaço escolar**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, O. **O Serviço Social na Política de Educação: apontamentos e reflexões**. VII Jornada de Políticas Públicas. UFMA. 2015. 11p.

PEREIRA, L; ALMEIDA, N. **Serviço Social e Educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, 176 p.

PIMENTA, Juliana de Carvalho. **A prática profissional do Assistente Social na área da educação: a experiência do município de Franca/SP junto ao ensino fundamental**. Franca: UNESP, 2009.

PREFEITURA DE SALVADOR. **Educação em números**. Salvador, 2019. <<http://sistemas.educacao.salvador.ba.gov.br/relatorios/inicio>>.

QUINTÃO, A.; ALMEIDA, N.; GOUVEIA, M. **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Edição: Cândida Canêdo. Projeto Gráfico e diagramação: Cristina Maia Ilustrações: Mirella Spinelli. s/d. 12p.

SANTOS, Ana Paula Nogueira da Silva. **A sinfonia da educação: novas perspectivas para atuação do profissional de Serviço Social na escola**. 2008. 145 f. Dissertação (mestrado) - USP. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. **Serviço Social e Educação: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas**. 2012. 288 f.

SAVIANI, D. **Sobre a Natureza e Especificidade da Educação**. In: Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 10. Ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p.11-22

Silva, Jerusa Matos da. **O Serviço Social na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deodoro de Mendonça**. 2008 100 f. Mestrado em SERVIÇO SOCIAL. UFPA, Pará Belém. Biblioteca Depositária: CENTRAL E SETORIAL.

SILVA. Lucilia Carvalho da. **O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões para debate**. In: Serviço Social e Educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 131-148.

Silveira, Sílvia Regina. **O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre / Sílvia Regina Silveira**. – Porto Alegre, 2013. 167 f.

TOMAZ, M. **A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: MA. 2013, 9p.

TRINDADE, R. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre**

demandas sociais e projetos profissionais. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Brasília ABEPSS, Grafile, 2001. p. 1-24.

TRIVIÑOS, A. **Pesquisa Qualitativa.** In: Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1.ed. – 15.reimpr. São Paulo: Atlas, 2007, p. 116-170

WITIUK, ILDA LOPES, **A trajetória socio-histórica do Serviço Social no espaço da escola.** 2004.327 f. Tese. Puc: são paulo, 2004.

YAZBEK, M, C. **Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-27.

YAZBEK, M, C. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** Serviço Social: Direitos e competências profissionais. s/d, p. 1-27

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ficha de trabalho (Instrumento de análise das teses e dissertações levantadas)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PESQUISA DE DISSERTAÇÃO: SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO:
BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO COM VISTAS AO
TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO
BÁSICA**

FICHA DE TRABALHO

Autor: _____

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Ano: _____

Tese () Dissertação ()

Universidade do estudo: _____

Ano _____

Título:

Área:

Sub-área:

Objeto de estudo:

Objetivos:

Problema e perguntas de pesquisa

Tipo de estudo:

- () Pesquisa teórica/Bibliográfica
- () Pesquisa documental
- () Pesquisa de campo
- () Estudo de caso

Direção teórico-metodológica.

Justificativa da pesquisa:

Referenciais teórico-metodológicos utilizados (ler o resumo, a introdução, o capítulo ou parte que apresenta os resultados da pesquisa e as considerações finais, para identificar de que o referencial teórico-metodológico adotado do estudo

Metodologia (técnicas de coleta e técnicas de análise):

Qual a natureza do estudo?

- () Quantitativo
- () Qualitativo
- () Quanti-qualitativo

Relação dos objetivos com os resultados. Os objetivos foram respondidos?

Principais conceitos evidenciados no estudo:

CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS

Quando o estudo for realizado em uma instituição:

Natureza escolar

- () Ensino particular
- () Ensino Público
- () Não se aplica

Modalidade de ensino

- () Educação básica - Educação Infantil
- () Educação básica - Ensino Fundamental
- () Educação básica - Ensino Médio
- () Educação profissional tecnológica
- () Educação superior

Âmbito

- () Municipal
- () Estadual
- () Federal

Região

- () Norte
- () Nordeste
- () Sudeste
- () Centro-Oeste
- () Sul
- () Distrito Federal

SOBRE O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO

- Quais atividades as atividades que o Serviço Social participa, indicando se elas lhes são exclusivas ou não.

- Quais os instrumentos de trabalho utilizados e como são conduzidos tecnicamente?

- Quais situações sobre as quais o assistente social é chamado a atuar? São atividades exclusivas ou não?

- Descrever os procedimentos de caracterização da população, registro, planejamento, avaliação e sistematização presentes em seu trabalho e se eles lhes são exclusivos ou não.

- Descrever como os assistentes sociais pensam os focos de sua atuação e os resultados de seu trabalho. Descrever qual a relação que eles identificam entre estes focos e resultados e os focos e resultados do trabalho coletivo da unidade.

- Relação do trabalho do assistente social com outros profissionais da educação

QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Instalações físicas e ocupação do espaço pelos profissionais (dias, horários, rotinas, sistema de trabalho- plantão ou outro-, rodízios, atividades desenvolvidas).

Instalações físicas e ocupação do espaço pelos profissionais (dias, horários, rotinas, sistema de trabalho – plantão ou outro -, rodízios, atividades desenvolvidas)

RESULTADOS

- Desafios propostos para o trabalho do assistente social na educação

APÊNDICE B – Quadros com informações sobre o Trabalho dos Assistentes Sociais nas Instituições de Educação encontradas nas dissertações e tese.

Quadro 5: Sobre o Trabalho dos Assistentes Sociais nas Instituições de Educação

Autor	Quais atividades as atividades que o Serviço Social participa, indicando se elas lhes são exclusivas ou não	Quais os instrumentos de trabalho e como são conduzidos tecnicamente?	Quais situações sobre as quais o assistente social é chamado a atuar? São atividades exclusivas ou não	Descrever os procedimentos de caracterização da população, registro, planejamento, avaliação e sistematização presentes em seu trabalho e se eles são exclusivos ou não.
AMARA L (2011)	<p>ESCOLA PARQUE - "A proposta de trabalho do Serviço Social nesta instituição surgiu na perspectiva de revitalização do CECR, durante a gestão de Gedeon Ribeiro, e segundo ele, nasceu em um momento de ressignificação, quando a escola era vista como reduto de fumo, estupro e drogas, no final da década de 90, marca das limitações de recursos do Estado. A criação do Núcleo de Projetos Especiais (Nupes) definiu o espaço que integra o trabalho das Assistentes Sociais por meio de uma professora efetiva, que é também graduada em Serviço Social, pois não teria como custear um profissional que já não fosse da Secretaria de Educação, visto que se trata de uma profissão não</p>	<p>Sobre o aspecto teórico-metodológico do trabalho das Assistentes Sociais, a base é o modelo de Anísio Teixeira com destaque para dois aspectos da interrelação do Serviço Social com esse modelo educacional: a Educação em tempo integral, visando a diminuição da exposição dos alunos aos riscos sociais; e a Educação integral, que busca alcançar a totalidade dos sujeitos em suas diversas necessidades de desenvolvimento e sociais. (p.134) No trabalho com a superdotação, A3 se orienta por</p>	<p>As principais demandas trazidas pelos gestores escolares e pela equipe pedagógica para as Assistentes Sociais decorrem de expressões imediatas de indisciplina, violências entre alunos e infrequência. Sobre a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) (Anexo E), relatou-se que, conforme o Ministério Público, ela se constitui em instrumento operacional de combate à infrequência e ao abandono escolar, surgido mediante celebração de Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC) entre as Coordenações das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude,</p>	<p>Não aparece no estudo.</p>

<p>regulamentada nessa esfera". (p.131) Enquanto A1 e A2 ficaram responsáveis por projetos diversos de atenção a alunos e famílias e de integração com a comunidade, A3 atua no contexto do Nupes, em uma frente específica voltada para a Política Nacional de Educação Especial, no campo de Superdotação e Mega Habilidades. Segundo A3, seu trabalho se desenvolve no contexto de uma Política Nacional de Educação descentralizada para os Estados brasileiros, com uma escola de referência por Estado para o atendimento da abrangência do território. Seu público é composto por alunos e famílias oriundos de escolas da rede pública e privada da Bahia, como o Colégio Antônio Vieira. (p.132) Em termos de conhecimentos e instrumentos de trabalho, merece destaque a diferença que o Assistente Social traz à equipe pedagógica: tópicos voltados para as famílias e as relações com o bairro, a pobreza e a exclusão social; projetos e programas; trabalho em rede. Como instrumentos: ficha de controle de atendimento social (onde são registrados dia, hora, demanda levada ao atendimento, número de atendimentos, esclarecimentos e acompanhamento do aluno); prontuários gerais de acompanhamento de alunos e relatórios de visitas técnicas, visitas domiciliares e reuniões, planos de atividades. (p.136) [...], o aprofundamento do estudo sobre a família tem maior destaque.[...] (p.136)</p>	<p>Cláudia Pereira Dutra e Denise de Souza Fleith, material que é disponibilizado pelo Ministério da Educação. Moacir Gadotti, Paulo Freire e Emília Ferrero são autores também destacados em sua aplicação à educação brasileira. (p.134)</p>	<p>Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Conselhos Tutelares, assinado em 2007. (p.137) Na Escola Parque, cabe também ao Serviço Social realizar contato com a família do aluno que atinge a margem de 75% de frequência escolar, através do acionamento do Ministério Público e do Conselho Tutelar. O diferencial da escola é a realização prévia de visita domiciliar às famílias, quando se evidenciam raízes familiares e territoriais para as situações de infrequência que constitui um meio de controle da evasão escolar, um instrumento de permanência na escola e de promoção de ações preventivas de apoio ao êxito dos alunos. (p.137)</p> <p>Expressão dominante 1 - Precarizações no campo da família e dos bairros. Cor da desigualdade. Liderança de gênero: Limitações educacionais e profissionais dos pais. Desemprego e subemprego. Violências nos bairros. Vulnerabilidade dos trajetos casa/escola. Insuficiência das condições de habitação para o bem estar da família no interior da própria casa e para o desenvolvimento do estudo dos filhos. Predominância de famílias negras e de mulheres dominando o provimento material e afetivo. Expressão dominante 2: Saúde: violências domésticas com abusos sexuais, uso de drogas, insegurança alimentar, dependência</p>	
---	--	---	--

			<p>química: Conflitos e agressões intrafamiliares e influências de pessoas que não são da família, mas que convivem dentro de sua residência - principalmente contra as meninas, crianças e adolescentes.</p> <p>Tensões emocionais de alunos, dificuldades de atenção e concentração. Baixa frequência e queda de rendimento. Mal estar, tonturas e fome. Expressão dominante 3: Bullying escolar: Conflitos verbais.</p> <p>Dificuldades nas relações interpessoais: olhar e forma de tratamento entre colegas.</p> <p>Intolerâncias: funcionários com coordenadores, coordenador com professor, professor com alunos.</p> <p>Discriminação racial. Desqualificação entre alunos pela aparência da farda.</p> <p>QUADRO P. 139</p>	
Cunha (2017)	Logo, diante das falas, podemos sintetizar que as requisições postas para os/as assistentes sociais são: frequência escolar; evasão escolar; indisciplina; defasagem na aprendizagem; questões familiares; violência no contexto escolar; violência doméstica; drogas; trabalho Infantil, inclusão etc. Assim, as requisições estão relacionadas à garantia de acesso e permanência dos estudantes na escola e as situações referentes às expressões da —questão social, conforme previsto nas normativas legais da profissão. Entretanto, foi possível constatar que a requisição mais evidenciada por todos os	Os principais instrumentos e técnicas utilizadas pelos/pelas profissionais são: visitas domiciliares, entrevistas, relatórios, encaminhamentos, pareceres sociais, reuniões, atendimento individual (e de grupo), além da escuta. Através de uma linguagem acessível e saturada de informações, o/a profissional pode auxiliar e direcionar os usuários na busca de seus direitos, pois estes são meios através dos quais o/a profissional opera tecnicamente	Ainda foi possível perceber que as ações dos profissionais são pontuais, e que suas práticas são fragmentadas em diversas ações que visam atender as demandas emergentes requeridas, especialmente pelas instituições. Esse enfoque profissional dificulta decifrar as mediações presentes e apreender as particularidades descritas pelos sujeitos que, na verdade, são expressões das desigualdades sociais do processo de produção e reprodução da sociedade. Diante da exposição das atividades realizadas pelos/pelas assistentes sociais nas	Não consta

	<p>profissionais foi à frequência escolar, demanda institucionalmente pela SEDUC. (p.164-165)</p>	<p>no cotidiano da sua prática profissional. Neste aspecto, a importância da escuta e da linguagem, a Lei nº 8.662 que regulamenta a profissão Serviço Social, traz, em seu artigo 4º inciso III, que é competência do/a assistente social prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. (p.165) As respostas profissionais destacadas foram: atendimento individual aos estudantes e as famílias; atendimento individual aos estudantes e as famílias que foram encaminhadas ao conselho tutelar, ou encaminhamento para os estudantes que apresentam algum problema psicológico; encaminhamento para diversas políticas e órgãos como Conselho Tutelar; Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS); Programa Saúde da Família (PSF); Papel Marchê121; acompanhamento dos projetos sociais, principalmente aos relacionados à frequência escolar; reuniões de pais, dentre outros. (p.166)</p>	<p>escolas municipais de Campina Grande-PB, observamos que a ação profissional é direcionada às solicitações da SEDUC. Muito embora tenha sido relatada a intenção de alguns profissionais em realizar projetos visando descortinar a realidade dos usuários da política de Educação municipal e de seu entorno. Dessa forma, podemos inferir que os profissionais viabilizam o atendimento das demandas imediatas, sendo assim, não conseguem realizar estratégias coletivas de ação que possibilite o planejamento de sua prática visando atender aos interesses dos usuários da referida política de Educação. Conseqüentemente, o exercício profissional dos/as assistentes sociais nas escolas pesquisadas configura-se como uma ação fragmentada, pulverizada, com enfoque individualista e psicologizante ante\diante das expressões da —questão social. (p.168-169)</p>	
MARTIN S (2001)	<p>Não há equipe de Serviço Social nas instituições</p>			

Oliveira (2013)	<p>Ainda seria importante destacar que (47%) das assistentes sociais afirmaram participar ou já ter participado do conselho deliberativo escolar, seja de forma direta – como membro ou até mesmo presidente do conselho – ou de forma indireta. A maioria também relatou participar da construção democrática e coletiva do PPP escolar. Enquanto (57%) confirmou não possuir a experiência de participação no conselho, dessa forma, percebe-se que nem todos os sujeitos compreendem a importância e o potencial do conselho escolar, ou encontram dificuldades para a atuação nessa instância [...] (p.108) Neste sentido, cabe ao assistente social e aos demais profissionais que compõem a equipe interdisciplinar realizar a articulação entre as demais políticas públicas, programas, projetos e serviços como estratégia para garantir, qualificar, dar continuidade ou maximizar os serviços que estão disponíveis no território. (p.109) [...] o assistente social desenvolve atividades técnicooperativas conforme as necessidades dos usuários frente às expressões da questão social. É oportuno destacar que uma parcela significativa das atividades é desenvolvida em conjunto com uma equipe multiprofissional e também em parceria com uma rede de proteção social, assim, muitas vezes não se visualiza as atribuições privativas do assistente social, pois as demandas exigem atuação generalista e polivalente. (p.138-139) Outra atividade desenvolvida</p>	<p>Entrevistas (100%) Visita Domiciliar(100%) Parecer Social(63%) Estudo Social(30%) Planos de Ação(97%) Prontuário Social(20%) Relatórios(13%) Biblioteca técnica(47%) Livro de ocorrência(100%) [...] No entanto, os profissionais afirmaram que ainda que a entrevista tenha um marco institucionalizado mediador da relação, no caso da escola, as entrevistas realizadas, frequentemente, caracterizam-se como uma conversa informal, já que a maioria não utiliza questionário ou roteiro. (p.147) No entanto, alguns profissionais relataram que não realizavam visitas com frequência, devido à falta de transporte oficial ou recurso para locomoção e ampla demanda existente na escola. (p.147)</p>	<p>Neste sentido, (87%) dos assistentes sociais destacaram a importância das reuniões, percebendo a necessidade de repensar e reatualizar a forma como desenvolver esse instrumento. (p.140) Quanto à realização de estudos socioeconômicos, foi mencionado por (47%) dos entrevistados, como consta no art. 4º da Lei nº 8.662/93 que Regulamenta a Profissão de Assistente Social. Os profissionais relataram que geralmente o estudo socioeconômico é realizado no início do ano e antecede a construção do Projeto Político Pedagógico. (p.141) Oportuno ainda citar, sobre o trabalho do serviço social desenvolvido com a rede de proteção social enquanto âmbito escolar. A maioria dos assistentes sociais (93%) destacou a realização de encaminhamentos em rede de proteção social, quando o aluno, a família ou o responsável necessitam de atendimento fora da estrutura escolar. (p.142)</p>	Resposta nos instrumentos utilizados
-----------------	---	--	---	--------------------------------------

	<p>pelos assistentes sociais no espaço escolar é a participação no Plano Político Pedagógico. (p.142) No que tange ao atendimento a alunos que apresentam problemas na aprendizagem ou no relacionamento, a atuação dos assistentes sociais ocorre, rotineiramente, de forma interventiva com a perspectiva de intervir nas sequelas dessa questão social. De acordo com os (93%) dos assistentes sociais do âmbito escolar de João Pessoa-PB, a atuação é realizada de forma individual e/ou coletiva. (p.142) Atividades socioculturais, projetos – música, artes, e poesia, gincanas culturais, feiras de ciências e festividades em datas comemorativas. Além dessas atividades os assistentes sociais exercem atividades técnico-operativas que corroboram com o imediatismo e rotinas institucionais, muitas vezes excedendo o âmbito do serviço social. (p.143)</p>			
PIMENTA, (2009)	<p>Diversas ações desenvolvidas junto à rede municipal de ensino fundamental do período compreendido entre os anos de 1998 a 2005, resultado da pesquisa documental elaborada. Projeto CEAPE: "Desenvolver um trabalho junto à criança, à família e à escola visando desmistificar a questão do fracasso escolar com causa centrada na criança. Levar o professor a repensar sua prática e concepções de problemas de aprendizagens. Constitui-se como um centro de pesquisas e de difusão de novos conhecimentos tendo em vista a melhoria do processo ensino</p>	<p>Visitas domiciliares, reuniões grupais, atendimentos individuais</p>	<p>Respondido no item das atividades.</p>	

	<p>aprendizagem. Atender a crianças encaminhadas pelas professoras com supostos problemas de aprendizagem e atuar sobre eles". (CARVALHO; COMPARINI, 1998, p. 49). Sua operacionalização foi desenvolvida em três frentes de ações: 1. Grupo de Atendimento Psicopedagógico; 2. Grupo de Pais; 3. Curso de Capacitação de Professores. Antes do detalhamento de cada uma destas frentes, cabe ressaltar a amplitude de ação a que se propunha o CEAPE, buscando não só a intervenção técnica, mas também o estudo científico. Esta proposta, embora interessante, não foi construída e compartilhada com os profissionais que a executou e acabou por se perder ficando apenas no papel. Grupo de Atendimento Psicopedagógico. [...] A partir deste momento, os atendimentos clínicos específicos foram substituídos pelo grupo de abordagem psicopedagógica realizado em conjunto pelos profissionais das áreas de Pedagogia e Psicologia. Os grupos de atendimento psicopedagógico tinham entre seis e oito crianças e, para a sua montagem, a equipe recebia os encaminhamentos da escola preenchidos pelo professor da criança. Este encaminhamento continha informações acerca das suas dificuldades. *Quinzenalmente, enquanto as crianças estavam em atendimento psicopedagógico, os pais ou responsáveis participavam do Grupo de Pais</p>			
--	--	--	--	--

	<p>coordenado pelo assistente social da equipe. Grupo de Pais Na proposta inicial, trazida pela equipe de Pedagogia, após a realização do curso de capacitação da USP sobre a nova estratégia de atendimento, o trabalho com a família não estava previsto. No entanto, após algumas discussões, considerando a presença do profissional de Serviço Social na equipe, o projeto foi ampliado contando, além do atendimento à criança, com um trabalho sistemático com suas famílias. o Grupo de Pais desenvolveu um papel importante tendo em vista a possibilidade de acolher as angústias destas famílias quanto às dificuldades das crianças, contribuiu significativamente para o esclarecimento sobre a metodologia do trabalho realizado pela DASE*, pois não era raro depoimento de pais que, por desinformação, resistiam ao atendimento por considerá-lo perda de tempo. Ao término de cada grupo de atendimento, a equipe se reunia para discussão de aspectos significativos. Esta troca de informações permitia tanto aos profissionais, que atendiam as crianças, quanto ao assistente social, que coordenava o trabalho junto aos pais, direcionar sua intervenção de acordo com a necessidade do grupo. Visitas domiciliares e encaminhamentos a outros recursos da comunidade eram realizados sempre que necessário. Curso de Capacitação de Professores da rede municipal. Este projeto surgiu da necessidade sentida pelos dirigentes da</p>			
--	--	--	--	--

	<p>Secretaria Municipal de Educação em sistematizar momentos em que os professores pudessem refletir sobre sua prática. Respaldados pela nova LDB, quanto a aspectos da formação em serviço, o projeto foi estruturado e desenvolvido pelos especialistas da DASE*. O curso teve a duração de 48 horas distribuídas ao longo do período letivo do ano de 1998, em encontros sistemáticos. Este projeto sofreu forte resistência por parte de alguns professores, o que muitas vezes tornou o trabalho muito difícil para a equipe que o coordenava. O Secretário de Educação visitou todas as escolas informando sobre o projeto e, na sua explicação deixou-se entender que estes encontros seriam para troca de experiências. Pois bem, muitos professores compareciam às reuniões em busca de socializar atividades exclusivamente pedagógicas. Queriam sugestão de atividades, como se fosse possível esta prática sem o devido conhecimento do perfil da classe, das necessidades da mesma, entre outros aspectos. Projeto Trans-Formando. Se propôs a:</p> <ul style="list-style-type: none">♣ Contribuir para a reflexão junto aos professores quanto aos diferentes aspectos da diversidade presentes no ambiente escolar;♣ Motivar os professores para o desafio que lhe está colocado, ou seja, de encontrar formas de cumprir o princípio constitucional de igualdade, o que exige sensibilidade para a questão da diversidade;♣ Oferecer			
--	--	--	--	--

<p>subsídios para que os professores encontrem alternativas para enfrentamento das dificuldades encontradas no seu dia-a-dia. (FRANCA, 2005, p. 12). O projeto Trans-Formando aconteceu durante as REPs, uma vez por mês. Foram realizados cinco encontros com o tema central “Educando para a Diversidade”. Projeto de Reuniões com Pais e Professores Projeto Semeando Pa(is)z. Facilitar a reflexão, discussão, análise de situações, despertando nos pais a importância e responsabilidade na tarefa de educar seus filhos; ♣ Contribuir com os pais no enfrentamento dos desafios da educação nos dias atuais, a fim de proporcionar uma formação integral dos filhos; ♣ Melhorar as relações entre pais e filhos; ♣ Incentivar os pais a participarem e conhecerem a comunidade escolar de seus filhos. (FRANCA, 2005, p. 9). Grupo de Adolescentes O fracasso escolar, aliado às mudanças provocadas pelo desenvolvimento físico, geralmente trazia repercussões em sala de aula. Questões relacionadas à sexualidade eram cada vez mais frequentes e as limitações de alguns professores em lidar com os fatos também visíveis. O abandono escolar relacionado à gravidez indesejada frequentemente afastava da sala de aula alunas com dificuldade no processo ensino-aprendizagem que dificilmente voltariam a frequentar a escola regular. Este grupo foi criado com o objetivo de [...] desenvolver um trabalho psicopedagógico</p>			
---	--	--	--

	<p>e social que leve o adolescente a refletir sobre a relação escola-família-sociedade inserindo ainda a discussão sobre temas como sexualidade, drogadição, alcoolismo, escolha profissional entre outros que forem de interesse do grupo. (FRANCA 1999, não paginado) Projeto Aceleração. Buscando enfrentar o problema da repetência e, muitas vezes, conseqüente evasão escolar a SEE decidiu enfrentar o problema criando neste mesmo ano o projeto Reorganização da Trajetória Escolar no Ensino Fundamental: Classes de Aceleração que visava promover “[...] um esforço concentrado nos alunos defasados, de modo a lhes permitir a promoção para séries mais avançadas e adequadas à sua idade.” Para sua realização contou com financiamento do Banco Mundial, de 1995 até 1998. (CENPEC, online, p. 2). ♣ Projeto Escola com Cola. Este projeto partiu da iniciativa de uma das equipes, que no ano 2000, atuavam em uma das escolas da região oeste da cidade. Tinha por finalidade “a discussão de temáticas e realização de atividades em sala de aula com objetivo de prevenir a evasão escolar e a tentativa de atender as necessidades da classe.” (FRANCA, 2000, não paginado) ♣ Projeto de Diagnóstico Social. Em 2002, após o afastamento das atividades da equipe em função dos programas específicos, cinco assistentes sociais retornaram às escolas. Para que isso acontecesse a equipe técnica,</p>			
--	--	--	--	--

	<p>baseada nas experiências anteriores junto às unidades de ensino, sentiu necessidade de inserir, em sua ação cotidiana, projetos específicos da categoria. Foi explicitado, em outro momento, que a ação do assistente social na escola estava sempre vinculada ao trabalho da equipe; em nenhum momento estas profissionais tinham dúvida quanto à sua ação e contribuição nos projetos interdisciplinares, no entanto, sentiam que, às vezes, o específico lhes fazia falta, principalmente no que dizia respeito a visibilidade da categoria perante os diversos sujeitos da escola. Um dos projetos planejados foi o Diagnóstico Social da Escola, que consistiu em uma pesquisa traçando o perfil da comunidade escolar com o objetivo de contribuir na elaboração do planejamento escolar. Grupo de Pais – Programa Bolsa Escola. Além do Diagnóstico Social da Escola, em 2002, os assistentes sociais retomaram o primeiro projeto realizado quando de sua inserção nas escolas: o Grupo de Pais. Desta vez, ao invés das famílias das crianças em atendimento psicopedagógico o foco foi dirigido a famílias beneficiadas pelo Programa Federal Bolsa Escola, futuramente substituído pelo Programa Bolsa Família. ♣ Projeto Alicerce. O Projeto Alicerce surge em 2003 voltado ao atendimento de alunos e professores da 1ª série do ensino fundamental. Neste momento, a prefeitura já contava com oito escolas de ensino fundamental e buscava</p>			
--	--	--	--	--

	<p>estratégias de cumprir os objetivos deste nível de ensino. Um dos desafios enfrentados, naquele momento, era cuidar da adaptação das crianças que chegavam à escola de ensino fundamental. Estas crianças, em sua maioria, vinham provenientes das escolas municipais de educação infantil. Projeto suporte. O objetivo deste projeto era sistematizar o trabalho dos professores, de modo que sua ação realmente contribuísse na eliminação das defasagens de seus alunos. A preocupação da Secretaria Municipal de Educação era de que a Recuperação Paralela não fosse uma repetição do que aluno já havia trabalhado em sua sala de aula, visto não ser este seu objetivo. Grupo e orientadoras educacionais. Equipe de apoio coordenava. Projeto Tecendo Idéias. Este projeto que compôs o Plano de Ação da Equipe de Apoio, no ano de 2005, tinha como objetivos: - Integrar a Equipe de Apoio, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; - Estabelecer trocas de informações, reflexões sobre problemas emergenciais e levantamento de necessidades da comunidade escolar para posterior estabelecimento de estratégias de atuação. (FRANCA, 2005, p. 7).</p>			
Santos (2012)	<p>Conforme apontado no capítulo 02, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, desde 2006, se configurou de formas distintas, embora no cotidiano poucas alterações fossem percebidas no</p>	<p>Pouca realização de visitas domiciliares. Nota-se que, de 42 profissionais, apenas 04 a indicam com um das atividades mais realizadas pelo serviço</p>	<p>Indagados pelas principais demandas que surgem no exercício profissional, foram elencados em ordem de importância: os conflitos entre professor e aluno (25 ocorrências); a</p>	<p>Os assistentes sociais vinculam-se atualmente a um dos projetos desenvolvidos por</p>

	<p>exercício profissional. Para tanto, o quadro seguinte expressa o trabalho do assistente social na PCRJ. (p.212) Sobre as principais atividades realizadas pelo serviço social, as atividades de grupos é a atividade priorizada em igual proporção, apresentam-se os atendimentos individuais com responsáveis e alunos que, somados, ultrapassam os grupos. (p.236)</p>	<p>social. Supõe-se que as equipes que definem no Plano de Ação que vão estabelecer prioridades no trabalho com as escolas foco, possuem mais probabilidade de utilizar este recurso. Contudo, a hipótese é que houve uma influência negativa e talvez tenha se constituído uma repulsa ao uso desse instrumento técnico-operativo. Os deslizes realizados pela gestão anterior que, ao desenhar o processo de trabalho profissional determinava uma meta de visitas domiciliares às crianças infrequentes (detectadas pelo Programa Bolsa Família). Através do que se chamava “Busca Ativa”, foi criada uma aversão à realização das visitas domiciliares.(p.235) No que tange a sistematização da prática observa-se que os instrumentos mais utilizados são os relatórios sociais e as fichas sociais. Mas é relevante notar que um dos instrumentos que não aparece neste quadro é o Relatório de Atividade, instrumento diário que funciona como mecanismo de acompanhamento do trabalho realizado pelos orientadores que é preenchido e assinado pelo diretor da escola. (p.237)</p>	<p>violência entre alunos (19 ocorrências); e as questões de saúde (14 ocorrências). E, não por acaso, as instituições mais acionadas são os Conselhos Tutelares e as Unidades de Saúde. (p.237) Quanto às principais atribuições realizadas pelos assistentes sociais, nota-se que muitas respostas (41%) apresentam as concepções e os princípios que norteiam o trabalho profissional na escola, não expressando exatamente as ações que realmente são desenvolvidas; outras já expressam de fato as atribuições, ou seja, apontam as ações realizadas no âmbito escolar: Principais demandas: Violência entre alunos/ Bullying; Conflito entre professor/ aluno; Conflito entre funcionário/ aluno; Trabalho infantil; Evasão escolar; Conflito com a lei; Infrequência escolar; Envolvimento de alunos com drogas; Falta de motivação na escola; Questões de saúde; Questões sobre sexualidade; Conflitos familiares; Questão econômica.</p>	<p>essa unidade administrativa: o PROINAPE. (p.141) Sistematização: Relatório de atividade; Relatórios sociais e fichas sociais.</p>
Santos (2008)	Não há assistentes sociais nas escolas, porém o estudo apresenta [...] uma		PROPOSTA DO ESTUDO: A Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo é	

	<p>proposta de trabalho do Assistente Social na escola, resultado da observação realizada nos anos de 2007 e 2008 na Escola Estadual E.E. Profª. Dalva Lellis Garcia do Prado situada no município de Guaira-SP, onde foi possível observar que os espaços acima relacionados podem ser melhor trabalhados, objetivando a transformação social dos sujeitos pertencentes à escola sejam eles estudantes, pais, corpo docente ou corpo gestor.</p>		<p>desenvolvida na unidade escolar, pelos professores e coordenador pedagógico e tem como finalidade articular os diversos segmentos da escola para a constituição e implementação do seu projeto pedagógico; fortalecer a unidade escolar como instância privilegiada do aperfeiçoamento de seu projeto pedagógico; replanejar e avaliar as atividades de sala de aula, tendo em vista as diretrizes comuns que a escola pretende imprimir ao processo ensino-aprendizagem; identificar as alternativas pedagógicas que concorrem para a redução dos índices de evasão e repetência; possibilitar a reflexão sobre a prática docente e acompanhar e avaliar de forma sistemática o processo ensino-aprendizagem. Apesar de ter essas atribuições, o HTPC ainda enfrenta dificuldade de atingir os objetivos para os quais foi proposto, visto que parte do tempo dedicado ao mesmo fica direcionado à realização de informes. Diante disso, a participação dos professores é mínima, pois tais ações não despertam o interesse dos mesmos; são freqüentes as queixas de professores acerca da indisciplina dos estudantes, atos violentos e baixo rendimento escolar; os professores discutem sobre as questões vivenciadas no ambiente escolar, mas as alternativas de enfrentamento propostas são paliativas e descoladas</p>	
--	---	--	--	--

			<p>da realidade ou na maioria das vezes ficam somente na discussão do problema, pois o planejamento e a proposição de novas ações de enfrentamento não acontecem. Além disso, quando solicitado para participar nas atividades extracurriculares, poucos são os professores que se dispõem a auxiliar a escola. Diante disso, percebe-se que os próprios professores ainda não se sentem como sujeitos da transformação, como parte integrante de um processo de mudança social. É nesse sentido que as discussões que norteiam o HTPC se configuram como um locus rico de informações para a atuação profissional do Assistente Social. Uma vez que são freqüentes as discussões acerca das dificuldades enfrentadas na docência, decorrentes em muitos casos da realidade social do estudante, o professor não se encontra preparado para lidar com determinadas situações provenientes da questão social, a qual é objeto de trabalho do profissional de Serviço Social e com isso estabelece soluções paliativas dentro da sala de aula na tentativa de amenizar a indisciplina e conseqüentemente ministrar suas aulas. Portanto, é a partir daí que o Assistente Social, por meio de sua formação profissional, poderá iniciar sua intervenção elaborando primeiramente um estudo sobre o perfil dos estudantes, por meio da aplicação</p>	
--	--	--	--	--

			<p>de uma pesquisa com os mesmos. Identificados os principais problemas, estes devem ser apresentados para os professores e direção escolar, citando quais as áreas que deverão ser trabalhadas com os estudantes para que estes possam superar os problemas que perfazem sua realidade. Nesse sentido, o Assistente Social deverá, por meio de um trabalho sócio-educativo com os professores, realizar momentos de discussão e de formação sobre as questões que mais interferem na vida escolar dos estudantes e que nem sempre os professores sabem como lidar. Posteriormente, tanto os professores quanto o Assistente Social poderão atuar em conjunto; o Assistente Social poderá estabelecer proximidade com os estudantes trabalhando estas questões com grupos de estudantes; já os professores, conhecendo a realidade social dos seus estudantes poderão olhar de forma diferente para os mesmos, sem um olhar preconceituoso; compreendendo a sua história, poderão trabalhar durante as aulas determinados assuntos que fazem parte de sua realidade social.</p> <p>CONSELHO DE CLASSE: Na observação do Conselho de Classe constatamos que este deveria ser um espaço de reflexão da prática pedagógica e tem se tornado um momento de avaliação dos “maus”</p>	
--	--	--	--	--

			<p>estudantes, porque a pauta da discussão sempre são os estudantes considerados “problemas”. Talvez essa prática não deva ser considerada como uma avaliação, mas sim uma culpabilização do rendimento do estudante pelos seus problemas de comportamento, vivência familiar e realidade social como, por exemplo, o estudante que faz uso de entorpecentes, casos de prostituição na adolescência, estudantes cujos pais encontram-se presos e pais que não participam da vida dos filhos, deixando de cumprir seu papel na formação moral e educacional dos mesmos, outros que sofrem violência doméstica e estudantes cujos pais passaram por várias uniões conjugais. Perante tais situações, o Assistente Social poderá fazer com que esses problemas, que são constantemente apresentados no Conselho de Classe, deixem de ser tratados como uma classificação excludente do estudante, como se fosse culpa dele apresentar em sua história de vida determinados problemas sociais que interferem no seu rendimento escolar. Desse modo, seu trabalho está em estabelecer um elo de proximidade entre estudante e professor, fazendo com que os professores se tornem mais próximos de seus estudantes, procurando conhecer a realidade social dos mesmos. Para que isso ocorra, caberá</p>	
--	--	--	--	--

			<p>ao Assistente Social iniciar um trabalho de acompanhamento individual por meio de visitas domiciliares e atendimento individual do estudante, objetivando o conhecimento de sua realidade social. A partir daí, essas informações oferecerão subsídios necessários para seja pensada de forma conjunta as estratégias de acompanhamento e avaliação do estudante, “humanizando” cada vez mais a relação entre professores e estudantes, de maneira que esta não se resuma a uma indiferença estabelecida em sala de aula.</p> <p>CONSELHO DE ESCOLA: O Conselho de Escola é um órgão colegiado de natureza deliberativa composto por professores, especialistas, funcionários, pais e estudantes, obedecendo ao princípio da representação paritária. São atribuições do Conselho de Escola deliberar sobre as diretrizes e metas da unidade escolar, solução para os problemas de natureza administrativa e pedagógica, atendimento psico-pedagógico e material do estudante, integração escola-família-comunidade, criação e regulamentação das instituições auxiliares, aplicação de recursos da escola e das instituições auxiliares, homologação da indicação do Vice-diretor quando oriundo de uma outra unidade escolar e aplicação de penalidades disciplinares aos</p>	
--	--	--	---	--

			<p>funcionários, servidores e estudantes do estabelecimento de ensino. Não obstante, esse rico espaço existente na escola ainda não é bem utilizado, pois tem sido visto como um local de cumprimento de atividades burocráticas da escola como aprovação de calendário escolar, realização de prestações de contas, deliberação de gastos, deliberação de penalidades escolares e de uso de recursos entre outros. Não que essas ações não sejam importantes, elas são, mas o Conselho de Classe é muito mais que isso, cabe a ele uma amplitude de ações que não são potencializadas, e como é considerado por muitos um espaço estritamente burocrático, a participação dos professores, especialistas, funcionários, pais e estudantes é quase mínima e quando existe fica restrita ao cumprimento de obrigações. Acontece que todos os sujeitos da escola não compreendem ainda que o Conselho de Classe pode ser potencializado a um espaço de elaboração de ações inovadoras e criadoras que objetivem a melhoria da qualidade educacional. Nesse sentido o Assistente Social poderá incentivar a participação desses sujeitos, possibilitando meios para que se sintam como sujeitos da transformação, conscientes de sua própria ação no mundo. Isso só acontecerá a partir de um trabalho</p>	
--	--	--	---	--

			<p>educativo e formativo que possibilite aos mesmos compreender que a escola é um espaço importante para os educadores, estudantes e pais e que esta mesma escola pode gerar transformações no seu interior e projetá-las na comunidade, fazendo com que os próprios estudantes iniciem um trabalho de extensão escolar na comunidade. Isso é iniciar um processo de formação de um sujeito crítico, ativo e propositivo de novas ações e projetos em seu meio social, ou seja, isso é potencializar os novos cidadãos. Daí a função social da intervenção do profissional no meio escolar, auxiliar esses sujeitos a participarem de momentos de discussão em grupos, iniciando com os mesmos um processo de descrição, problematização da realidade, compreensão crítica da realidade descrita e elaboração de alternativas de intervenção coletivas. Para isso, o Assistente Social deverá fomentar a formação desses grupos de discussão com a participação dos diversos sujeitos integrantes do contexto escolar, possibilitando que estes mesmos sujeitos compreendam que fazem parte de um processo de transformação social.</p> <p>REUNIÃO DE PAIS: O trabalho do Assistente Social é fazer com que os professores e gestores deixem de utilizar a reunião de pais somente como um espaço restrito a assuntos com conteúdos formais,</p>	
--	--	--	--	--

			<p>pois o que até agora levou os pais a participarem dessas reuniões foi o fato dos mesmos procurarem saber o que os filhos aprenderam na escola; isso faz com que os pais entendam que seu papel se restringe à cobrança da aplicação do currículo e do conteúdo das disciplinas. Na verdade esse espaço pode e deve ser utilizado para a formação de cidadãos, pois são comuns as queixas dos professores em relação à família no entender que os pais estão deixando à responsabilidade da escola o trabalho de educar seus filhos quando, na verdade, a função da escola é de desempenhar um papel de co-educadora junto com a família e não atribuir aos professores papéis que não competem a eles. Mas é nesse conflito que se dá entre o pensamento da escola e o dos pais que se pode ser estabelecida uma parceria, na educação. Como é comum a queixa dos professores de que a família não está sabendo como lidar no processo de educação dos filhos e como a própria família admite que enfrenta muita dificuldade na educação dos mesmos, o Assistente Social poderia transformar a reunião de pais em um espaço de socialização de experiências, de discussão sobre a questão educacional dos filhos. Isso pode ser feito por meio da realização de um trabalho sócio-educativo que possibilite abordar assuntos</p>	
--	--	--	---	--

			<p>pertinentes à educação dos filhos, bem como estabelecimento de pequenos grupos de discussão nos quais pais e professores possam partilhar suas angústias e dificuldades no processo educativo dos estudantes.</p> <p>ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES; GRÊMIO ESTUDANTIL: Todavia, como o Assistente Social atua nesse processo de incentivo e fomento da participação, visto possibilitar a formação do conhecimento crítico, tal profissional poderá atuar na mediação entre estudante e instituição escolar, fomentando e auxiliando os mesmos a iniciarem um processo de formação de um Grêmio Estudantil. Isso pode ser feito por meio da realização de grupos de discussão entre estudantes que possibilitem primeiramente compreender qual o papel do Grêmio Estudantil, para que posteriormente os estudantes almejem pelos seus interesses, promovam atividades científicas e culturais e também estendam o potencial de suas ações para a intervenção em sua comunidade. É possibilitando a realização de ações como essas que o Assistente Social poderá potencializar a participação do jovem em seu bairro, sua comunidade, seu município. Assim, o estudante terá a compreensão de quão significativa é sua participação, na contribuição para a formação de cidadãos críticos e</p>	
--	--	--	---	--

			conscientes da realidade social na qual estão inseridos.	
Silva. (2008)	O Assistente Social atua diretamente junto ao educando que manifesta dificuldades no ambiente escolar e cuja ação busca identificar os fatores que interferem em seu processo de aprendizagem, bem como avaliando sua situação extra-escolar e cuja intervenção objetiva ajudá-lo na superação das mesmas, a qual se coloca como um mediador entre a instituição social escola e a instituição social família.	Diagnósticos sociais; Visita domiciliar (não realiza porque a instituição não dispõe de transporte; Pesquisas de natureza socioeconômica do alunado (apenas uma profissional para fazer, ficando pendente. Informa que não está realizando)	Situações relacionadas a: Evasão Escolar; Repetência; Fracasso escolar; Reprovação; Dificuldades de aprendizagem; Indisciplinas; Violência; Tais categorias mencionadas pela Assistente Social e analisadas brevemente podem tornar-se alvo de sua intervenção e importante contribuição da profissional. Além disso, pode proporcionar encaminhamentos devidos para a rede de serviços sociais, os quais contribuirá, a partir da inserção do aluno e/ou de sua família, para a sua permanência na escola, isto é, finalizar o ciclo educativo. Um outro encontro maior ocorre no início do ano letivo, momento em que há a apresentação inicial e a Assistente Social vai em todas as salas para incentivar os alunos a concluir o ensino, levantar a auto-estima e mostrar a importância da educação para a vida dos mesmos	Não informado
Silveira (2013)	Através das falas das profissionais, podemos destacar três aspectos que incidem sobre a percepção do trabalho profissional: um relacionando o trabalho do assistente social com práticas de ajuda/assistencialismo, outra relacionando o trabalho do assistente social com a Política de Assistência Social e ambos expressando a falta de clareza com relação ao trabalho profissional. (p. 77) Atuam nas Secretarias Municipais, órgão	avaliação socioeconômica; articulação das redes de atendimento das demais políticas sociais; planejamento e execução de encontros de formação continuada à comunidade escolar e assessoria técnica às escolas. (p.108) Podemos perceber que é através da formação continuada, instrumento de intervenção profissional, que o assistente	Contudo, existe a necessidade de profissionais que trabalhem nas secretarias municipais e estaduais, no planejamento, gestão e avaliação da política e dos profissionais, caso o PL seja aprovado, bem como nas escolas, atuando na execução de programas e projetos vinculados à educação. (p.93) As demandas atendidas pelas assistentes sociais participantes da pesquisa constituem-	Não consta

	<p>gestor da política de educação, mas visto suas atividades profissionais, a serem expostas no próximo capítulo, desenvolvem ações no âmbito escolar, sendo acionadas para o atendimento aos impactos das diferentes expressões da questão social na dinâmica escolar. (92) As entrevistas realizadas apontam que o assistente social, inserido na Política Pública de Educação Básica, desenvolve seus processos de trabalho mediando o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, bem como a articulação para o atendimento aos demais direitos sociais através do trabalho intersetorial. (p.100) A violência, a infrequência e evasão escolar, o trabalho infantil, a dependência química e a gravidez precoce são demandas comuns identificadas pelo Serviço Social, levando-nos a perceber a totalidade da realidade social, que se expressa nas diferentes regiões do Estado, através das diferentes expressões da Questão Social que refletem no cotidiano das escolas, resultando na necessidade de seu enfrentamento. (p.106)</p>	<p>social poderá atuar com toda a comunidade escolar através de vivências e experiências que façam emergir as contradições da sociedade capitalista, vivenciadas pelas escolas e comunidades e que são necessárias para a manutenção da sociedade de classes. (118)</p>	<p>se em: abuso sexual, infrequência e evasão escolar, violência doméstica, violência urbana, dependência química, tráfico de drogas, saúde mental, indisciplina, falta de acesso à educação infantil, gravidez precoce, relações entre família e escola, dificuldade de manejo da escola com os alunos, educação inclusiva. Estas demandas são comuns a todas as profissionais [...] (p.105) Podemos destacar como demanda mais expressiva, apontada pelas profissionais, a violência em suas diferentes manifestações. (105) Outro aspecto que podemos destacar é que as demandas, apontadas pelas profissionais, basicamente são provenientes dos processos vivenciados pelas famílias, havendo a ausência de uma relação destes processos com a precarização das políticas públicas, por exemplo. Fator que omite a responsabilidade do Estado como agente responsável pela viabilização dos serviços sociais aos sujeitos, logo a família enquanto instituição que possui seus direitos violados. (p.106)</p>	
--	--	---	--	--

Fonte: Autor (2018)

Quadro 5 (Continuação): Sobre o Trabalho dos Assistentes Sociais nas Instituições de Educação

Autor	Descrever como os assistentes sociais pensam os focos de sua atuação e os resultados de seu	Relação do Assistente Social com outros profissionais da Educação	Instalações físicas e ocupação do espaço pelos profissionais (dias, horários,	Desafios propostos para o trabalho do
-------	---	---	---	---------------------------------------

	trabalho. Descrever qual a relação que eles identificam entre estes focos e resultados do trabalho coletivo da unidade		rotinas, sistema de trabalho – plantão ou outro -, rodízios, atividades desenvolvidas)	assistente social na educação
AMARAL (2011)	Para as três Assistentes Sociais entrevistadas, a consciência da pertinência do seu trabalho pode ser identificada na procura dos atores para o encaminhamento das demandas, quando os professores não conseguem acolher ou encaminhar situações de conflito ou de retração da frequência e do desempenho escolar. (p.130)	O Serviço Social, no acompanhamento de alunos e familiares, é integrado ao conjunto da equipe pedagógica no Núcleo de Projetos Especiais (NUPES) através dos seguintes projetos: “Projeto Interdisciplinar Prazer e Aprendizagem”; “Projeto de Acompanhamento do Processo Ensino-Aprendizagem”; “Projeto de Apoio às Famílias”; “Projeto Abrindo Caminhos”; “Projeto de Altas Habilidades”; “Projeto Aluno Guia”; “Projeto de Atuação Profissional”; e “Projeto de Articulação de Área”. (p.114.115) (PPP–CECR, 2005). Nota-se a diretriz de acolhimento e de compreensão das relações sociais dos alunos que evidenciam processos de vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, ações promotoras de convivência e sociabilidades dentro da escola, nos bairros locais e em outros eventos e bairros	A experiência desta escola é documentada por Memoriais Pedagógicos levados à Secretaria de Educação que, portanto, sabe e reconhece a importância do Nupes e da proposta de gestão nesta escola. Mas a formalidade para seus profissionais é a que segue no contracheque: professores concursados lotados na Escola Parque com suas disciplinas específicas. Na visão de A1, os dirigentes da SEC reconhecem essa necessidade, mas não avançam na regulamentação. Diz: Se reconhece e não avança, na verdade não reconhece, uma fala que expressa o seu inconformismo diante do que pode considerar como um limite para o trabalho de Assistentes Sociais nesta escola. A condição dada ao vínculo de trabalho das profissionais demonstra a limitação para a sua situação de trabalho (Quadro 5) (p.133) Carga horária semanal: 20h (A2 e A3) e 40h (A1); Equipamentos disponíveis:	É nessa perspectiva que o trabalho de Assistentes Sociais na Escola Pública, voltado para a preservação do direito social à educação, garante a intermediação de expressões da questão social. (p.47) Segundos as entrevistadas, as condições efetivas para a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social na Escola Parque ainda se limitam pela necessidade de maior entendimento e comunicação na escola frente a casos de indisciplina de alunos em situações de conflito, que refletem a própria fase de implantação do modelo multidisciplinar. Essas condições intervenientes dificultam uma ação mais apropriada do Serviço Social. (p.139) É

		<p>da cidade A natureza do trabalho em equipe interdisciplinar contribui para a construção de uma visão mais abrangente da expressão da questão social e, ao mesmo tempo, para constituir um espaço de formação a partir da própria práxis pedagógica e social com os jovens alunos. A constituição de base de instrumentos pertinentes às demandas do público é trabalhada junto ao comprometimento social e político, com setores vulneráveis da população. Os filmes utilizados, os diálogos e entrevistas realizados com as famílias e as palestras demonstram, também, as possibilidades técnico-operativas do trabalho das Assistentes Sociais. (p.129) O clima de aceitação mútua entre os diversos profissionais que compõem a equipe pedagógica do Nupes é de respeito e de reconhecimento do valor de cada um. Diz a primeira Assistente Social entrevistada [...]. (p.130)</p>	<p>Computador, som, TV, DVD, data show, câmara fotográfica e filmadora, impressora, máquina xerox; Instalações físicas: Sala de atendimento individual, sala de reuniões de equipe, auditório para atividades ou reuniões com os pais, foyer do teatro para atividades mais amplas, socialização de resultados e culminâncias de projeto, espaços dos núcleos para reuniões com os pais e atividades grupais mais intimistas; Recursos necessários e disponibilizados: Papelaria e higiene, recursos próprios do Estado que vêm para a escola; Recursos necessários e não disponibilizados: Os recursos da rede de proteção social quando a escola faz encaminhamentos sociais; Fonte pagadora: Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC Ba) (p.133)</p>	<p>tecendo o olhar sobre as matrizes territoriais e familiares das expressões da questão social na escola que aprofundamos as análises sobre a relevância dessa compreensão para o trabalho das Assistentes Sociais na Educação para as quais o entorno comunitário alimenta essas expressões sociais na escola a partir da sua constituição desigual, como territórios periféricos, um dado que coincide com as reflexões tecidas por Kaztman e Retamoso (2007). É nessa mesma perspectiva de ampliação que se situam os desafios da contribuição do trabalho de Assistentes Sociais como demanda reprimida, em função da sua não legitimação diante do Estado. São Assistentes Sociais em exercício não formal ou professores multifuncionais? Em</p>
--	--	---	--	---

				ambas as situações a pesquisa revela a flexibilização sobre o vínculo trabalhista. (P.174)
Cunha (2017)	Não consta	Nesse sentido, os/as profissionais participantes da pesquisa enfatizaram o reconhecimento da gestão da escola, e o fato de não ultrapassarem suas atribuições [...] (p.162) No entanto, alguns/algumas profissionais relataram sua insatisfação quanto ao não reconhecimento profissional diante de outros profissionais e por parte da SEDUC, assim como declararam o desrespeito em relação às atribuições profissionais [...] (p.162) Em relação à equipe multiprofissional, a maioria comentou que tais equipes não estavam completas [...] (p.163)	Conforme a Lei Complementar nº 036, de 08 de abril de 2008, que dispõe sobre o estatuto e o plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação do município de Campina Grande-PB, o ingresso na carreira de Assistente Social educacional ¹² acontecerá por meio de concursos públicos de provas e títulos segundo o Art. 8º. Nesse mesmo documento encontramos, no Capítulo V, referência ao regime de trabalho dos profissionais da educação do município, o qual, conforme o Art. 18 expõe que o regime de trabalho dos profissionais da carreira do magistério municipal é de 25 (vinte e cinco) horas semanais, cumpridas em unidade escolar, sendo 20 (vinte) horas semanais de trabalho efetivo e 5 (cinco) horas em outras atividades, que pode ser: reuniões pedagógicas, preparação material didático, articulação com a comunidade,	Podemos dizer, pois, que existe uma sobrecarga de trabalho para o/a assistente social das escolas municipais de Campina Grande, contribuindo, ao que tudo indica, para o aligeiramento, o imediatismo e o pragmatismo no exercício profissional. Além disso, foi possível identificar a existência de profissionais que realizam —jornadas ampliadas—, visto que duplicam e até mesmo triplicam a sua jornada de trabalho. Ou seja, ocorre o que alguns estudiosos já têm demonstrado acerca do mercado de trabalho que tem forçado, impulsionado, os trabalhadores a ampliarem suas jornadas de trabalho, como complemento salarial, em vista dos

			<p>aperfeiçoamento e formação continuada. (p.152) Em relação ao quantitativo de assistentes sociais atuando em cada unidade escolar, a pesquisa revelou que na maioria das escolas existe apenas 1 (um) assistente social. Nesse sentido, os/as entrevistados foram enfáticos ao afirmarem que o quantitativo de assistentes sociais que atuam no sistema municipal de ensino é insuficiente para atender as demandas. Ressaltaram, ainda, a necessidade de cada unidade escolar ter assistente social, visto que não existe em cada unidade escolar do município a presença do/a assistente social. (p.156) Podemos dizer, pois, que existe uma sobrecarga de trabalho para o/a assistente social das escolas municipais de Campina Grande, contribuindo, ao que tudo indica, para o aligeiramento, o imediatismo e o pragmatismo no exercício profissional. Além disso, foi possível identificar a existência de profissionais que realizam —jornadas ampliadas—, visto que duplicam e até mesmo triplicam a sua</p>	<p>baixos salários profissionais. (p.156) Quando questionados sobre os desafios que a política de Educação impõe a atuação profissional, os/as assistentes sociais enfatizaram que a política de Educação, por ser verticalizada, impõe diversos projetos para as escolas sem o necessário conhecimento da realidade, muitas vezes sem mesmo ter terminado outros projetos, dessa forma, os profissionais ficam sobrecarregados, sem tempo para —nada—. Os profissionais enfatizaram ainda que a SEDUC só quer resultados, não importa como, o que reflete diretamente na atuação profissional. (p.167)</p>
--	--	--	--	---

			<p>jornada de trabalho. (p.156) muitos relataram que não possuíam armário para guardar os documentos necessários para o desempenho das suas atividades, levando-os a utilizarem armários de forma coletiva, ou seja, por toda a equipe técnica da escola, bem como recursos institucionais necessários, dentre outros. (p.157)</p>	
MARTINS (2001)		<p>Um dos aspectos que se sobressai nos relatos dos agentes educadores e dos professores, é a necessidade de atendimento das demandas que se apresentam no cenário escolar, mas não se circunscrevem à sua prática, representando uma lacuna que pode ser preenchida por outros profissionais, citando entre eles o Assistente Social. Estas demandas sociais, são de largo espectro e vão desde necessidades materiais até aquelas vinculadas às relações sociais estabelecidas no âmbito escolar e comunitário, e realmente pertinentes ao Serviço Social.</p>	<p>Instalações físicas e ocupação do espaço pelos profissionais (dias, horários, rotinas, sistema de trabalho- plantão ou outro-, rodízios, atividades desenvolvidas). Escola Ernesto Monte: A rede física da escola possui vinte e três salas de aula, uma biblioteca, uma sala dos professores, uma sala da direção, uma sala da coordenação pedagógica, uma cozinha, um refeitório, uma cantina, um amplo teatro com capacidade para duzentas pessoas, duas quadras de esportes, uma secretaria, banheiros e um laboratório. Escola Ada Cariane Avalone: A escola conta com uma infraestrutura de 19 salas de aula, uma sala de leitura, um</p>	<p>"Verifica-se que nestes relatos emergem, de forma velada ou desvelada, demandas atinentes às mediações da educação-escola com a realidade e, o Assistente Social, é o profissional adequado para assumir, no bojo de suas atribuições, o papel de articulador de propostas de ações efetivas a partir do resgate da visão de totalidade da vida social" "Portanto, a intervenção do Serviço Social junto às famílias poderá propiciar à escola o conhecimento dos seus valores, maneira de ver o</p>

			laboratório, uma quadra esportiva, uma sala de professores, uma cozinha, uma sala da diretoria, uma sala da coordenadora pedagógica e banheiros.	modo, sua religião etc., constando o grau de consciência e alienação, a sua subjetividade e objetividade, contribuindo, assim, com o seu crescimento e sua função educativa junto aos seus filhos. Desta forma, será viável para a escola estender o processo educativo à família, facilitando a relação escola-família, envolvendo-a no processo educativo de seus filhos. Este trabalho sócio-educativo junto às famílias poderá propiciar o desenvolvimento de sua capacidade intelectual e moral, de modo que adquira espírito crítico através do conhecimento, o que produzirá um efeito ideológico de desocultação, desculpabilização, visto que, de acordo com a imagem inculcada ideologicamente, falhas e fracassos dentro da família são tidos como insucessos que lhe são
--	--	--	--	--

				<p>inerentes. Ressalte-se que o trabalho do assistente social, "tem também efeito na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos." (Iamamoto, 1998 p.68) "Frente ao exposto, cabe ao Serviço Social, articular este universo saturado de possibilidades, expectativas, demandas e também limites, alternativas de ação coletiva, envolvendo todos os elementos da comunidade escolar. Quando se acena para esta possibilidade, converte-se a escola num instrumento de mobilização e organização interna e externa a serviço da cidadania e o resultado deste processo será sempre fruto de um conjunto de</p>
--	--	--	--	---

				contradições, de relações de forças, potencializados por sujeitos coletivos que assumem as rédeas da sua própria história e da história da educação".
Oliveira (2013)	Os assistentes sociais entrevistados refletem as expressões da questão social que demandam intervenção no espaço escolar, considerando a relação escola, família e comunidade. (p.137)	Através da pesquisa em tela foi possível perceber que muitos profissionais encontraram entraves no início de seu exercício profissional. Embora a escola percebesse a necessidade de atuação de uma equipe, a presença de novos profissionais gerou certa desconfiança no que se refere à preocupação com a qualidade do trabalho. Mas ao passo que foram desenvolvendo a prática e produzindo mudanças na instituição, a escola como um todo passou a valorizar a atuação do assistente social. (p.98) Por este viés, (85%) dos entrevistados afirmaram que a visão da escola sobre o serviço social atualmente é positiva. Os profissionais destacaram que rotineiramente recebem elogios ao exercício profissional, os adjetivos mais mencionados sobre a	"Os profissionais têm atuado nos níveis de ensino fundamental I séries iniciais (1ª a 4ª) e II (5ª a 9ª) ano, e concomitantemente, na modalidade educação especial e EJA – presente na maioria das escolas, exceto as que atuam em tempo integral – atendendo um público em média de 06 a 14 anos de idade, nos níveis de ensino fundamental I e II e a partir de 15 anos na modalidade EJA. Os profissionais têm atuado nos níveis de ensino fundamental I séries iniciais (1ª a 4ª) e II (5ª a 9ª) ano, e concomitantemente, na modalidade educação especial e EJA – presente na maioria das escolas, exceto as que atuam em tempo integral – atendendo um público em média de 06 a 14 anos de idade, nos níveis de ensino fundamental I e II e a partir de 15 anos na modalidade EJA." (p.52)	"os profissionais expressam uma tendência de distanciamento da universidade como se evidencia na seguinte fala" (p.50) "Visivelmente existe uma fragilidade no que diz respeito ao registro e a socialização de informações sobre a prática profissional, também é possível perceber certa inquietação, mesmo que incipiente, com a socialização da prática profissional, sobretudo porque pressupõe alguns elementos fundamentais para sua realização: subsídios teórico-práticos, leituras, registro profissional, captação e compreensão da realidade, e claro que tudo isso requer tempo,

		<p>prática foram: importante, necessária e competente. Dessa forma, fica visível que o serviço social se vê respeitado e fortalecido como profissão atuante na escola, na medida de aprovação e reconhecimento da instituição escolar, isso se expressa como um fator importante para o assistente social realimentando a própria condução da prática profissional. (p.98-99)</p>		<p>reafirmamos assim a importância da construção do conhecimento - construção pessoal ou coletiva - que trará benefícios para a categoria profissional, principalmente para aqueles que atuam na área". (p.52) Apesar de apresentar a importância dessa relação (90%) da/os assistentes sociais também destacaram a ausência da família no processo formativo, denominando a relação como fragilizada, desafiadora, problemática, complicada, falha, dificultosa, ou inexistente. Isso se evidencia, sobretudo, nos dias de reuniões com a família devido à ausência da maior parte dos pais ou responsáveis. Além disso, os profissionais também relataram que a escola vem recebendo funções que deveriam ser da família. (p.94)</p>
--	--	---	--	--

				<p>Diante dessas assertivas, fica claramente perceptível que a visão de muitas escolas a respeito das famílias é majoritariamente baseada em rótulos e preconceitos. É preciso destacar que essa aproximação família-escola deve partir da própria escola, mas muitas vezes as escolas não conseguem compreender as dificuldades encontradas para uma participação ativa dos pais, principalmente quando se refere às famílias da classe trabalhadora. (p. 95) Os depoimentos citados evidenciam que a/os assistentes sociais enfrentam desafios no que se refere ao trabalho em rede, sobretudo, com o feedback das demandas encaminhadas para os serviços existentes no território das escolas.</p> <p>Deste modo, é perceptível que a rede</p>
--	--	--	--	---

				<p>ultrapassa o mero conhecimento dos serviços, pois pressupõe a articulação. (p.111) Nesta perspectiva, os profissionais percebem de forma crítica a falta de condições objetivas para desenvolver uma prática profissional em rede que ultrapasse o imediatismo das demandas apresentadas no cotidiano, como se constata na fala de (E27) que remete, intrinsecamente, a insatisfação dos profissionais no que diz respeito à rede de proteção às famílias, expressando que a entrega de uma cartilha – da qual a entrevistada chama de catálogo de endereços – não é suficiente para proporcionar uma verdadeira articulação entre instituições e os serviços, nem tão pouco dar conta da resolutividade das demandas. (p.111)</p>
--	--	--	--	---

PIMENTA, (2009)		Relação de trabalho multidisciplinar na equipe de apoio.		
Santos (2012)	Não se aplica	<p>Importa ressaltar que os assistentes sociais relacionam-se diretamente com os orientadores, profissionais estes que atuam na perspectiva de subsidiar politicamente o trabalho, já que estes profissionais não supervisionam tecnicamente o assistente social, pois os orientadores não são necessariamente da área do serviço social. As orientações não ocorrem na escola, mas sobretudo nos espaços das CREs. A organização do trabalho é realizada a partir da elaboração dos planos de ação que são construídos a cada início do ano, mediante as instruções anuais do Documento Norteador e das escolhas das demandas institucionais oriundas das escolas identificadas pelas mesmas ou indicadas pela CRE, com ou sem anuência da direção da unidade escolar. (p.223-224) É pertinente destacar que os</p>	<p>No tocante à referência salarial [...]os assistentes sociais recebem em torno de R\$ 4.200,00 com variações, já que alguns ingressaram em 2004 e outros em 2007, todos através de concurso público sob regime jurídico único¹¹⁷ (RJU). Salienta-se que na Instituição não há plano de carreira, sendo possíveis aumentos salariais por meio de gratificações decorrentes de cargos de gestão. Os dados mostram que 57% têm renda familiar de 07 a 10 salários mínimos. (p.215-216) No que concerne às condições de trabalho, embora 90% conheçam a resolução do CFESS Nº 493/06, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, fica a dúvida se há de fato condições físicas e técnicas para o trabalho como: espaço para atendimentos individuais e coletivos, local adequado para a guarda de prontuários e documentos pertinentes ao atendimento</p>	<p>VER p.253-254) Diante das considerações realizadas, percebemos que é possível estabelecer conexões e afirmar que algumas ações realizadas pela categoria profissional podem ser interpretadas em diálogo com a Educação Popular (principalmente, na luta pela escola pública). Nesse contexto, refletir sobre as possibilidades de intervenção do assistente social na escola e seus nexos com a Educação Popular implica necessariamente trazer para o debate a função social da escola no que tange à garantia do direito à educação e permanência na escola; direitos esses necessários ao pleno desenvolvimento dos sujeitos políticos. Apontamos, ainda, para outro desdobramento</p>

		<p>assistentes sociais e psicólogos não estão lotados nas escolas, embora atuem diretamente nelas. [...]. A relação com os diretores das escolas, por exemplo, para 60% é avaliada como boa relação e 21% avaliam que estabelecem uma ótima relação com os mesmos. Quando não se trabalha cotidianamente em uma escola, sua passagem por lá é temporária, e é muito importante ter boas relações, pois afinal o profissional é uma visita na escola. Para atuar, para participar dos fóruns de discussão, dos Centros de Estudos (CEs), dos Conselhos de Classe (COC), ou até mesmo influir no Conselho Escola Comunidade (CEC), o assistente social precisa ser convidado, o que pressupõe uma boa relação com o diretor da escola. (p.227)</p>	<p>aos (às) usuários (as), já que as tabelas [...] revelam a inadequação de espaço físico e recursos para atendimentos. A hipótese é que as escolas não foram e não estão preparadas para receber o assistente social. O quadro de aviltamento das políticas sociais, dentre elas as políticas educacionais traduzem o rebaixamento das condições de trabalho profissional, o assistente social atende alunos, famílias e professores e locais inadequados. Alguns colegas revelam que as intervenções ocorrem frequentemente nas salas de leitura, auditório, refeitório, locais estes inapropriados para o exercício profissional, principalmente quando se trata de atendimentos individuais. (p.229-230) Nota-se também que a média de horas trabalhadas nas escolas é de 16 horas. Há discrepâncias no tempo de permanência devido à forma como o trabalho é organizado. (p.236-237)</p>	<p>importante que se pretende levar à frente: a possibilidade de construção de novos debates, principalmente aqueles que permitam o diálogo com a literatura latino-americana, já que experiências Chilenas, Argentina e Porto Riquenha, já sistematizados, merecem reconhecimento e podem contribuir para adensar as nossas reflexões.</p>
Santos (2008)				<p>...] com base no que foi discutido sobre as diferentes formas de operacionalizar a prática profissional, podemos</p>

				<p>dizer que não existe um modelo “único”, um padrão, uma fórmula para que o profissional de Serviço Social desempenhe seu trabalho, visto que a prática profissional não se dá por meio de um modelo “engessado”.</p> <p>Mas é importante conforme atesta Martins (2007) que ocorra no meio educacional a socialização de experiências nesta área de atuação que possam contribuir com o processo de reflexão e planejamento da prática profissional do Assistente Social.</p> <p>Contudo, caberá ao profissional “construir” sua própria prática com base no seu conhecimento teórico-metodológico e de acordo com a realidade apresentada. Desse modo, é necessário que o profissional de Serviço Social tenha uma formação acadêmica que lhe dê condições para poder intervir na</p>
--	--	--	--	--

				<p>realidade escolar apresentada. O profissional disposto a iniciar um trabalho na área educacional necessitará de uma formação teórico-metodológica que lhe dê aportes para saber interpretar a realidade dada e, a partir daí, criar mecanismos que possam auxiliá-lo a desvendar os fatos sociais que se manifestam no meio escolar, planejar e elaborar estratégias de intervenção tendo como base os conhecimentos técnicos apreendidos em sua formação profissional. Só assim terá condições de trabalhar com a manifestação da questão social na instituição escolar. O conhecimento acerca da questão social deverá ser cada vez mais explorado, visto que se fazem presentes diversas problemáticas no cenário educacional que demandam um</p>
--	--	--	--	---

				<p>“leque” de intervenções como a questão da violência doméstica, a drogadição, exploração sexual, divergências familiares, problemas com a socialização primária dos estudantes; exploração do trabalho de jovens, adolescentes em situação de cumprimento de medidas sócio educativas, crianças e adolescentes cujos pais encontram-se presos, mães de estudantes que se prostituem ou mesmos estudantes que enveredam pelo mesmo caminho da mãe. Essas e outras questões demandam ao Assistente Social um conhecimento amplo de diversas áreas, para que sua intervenção possa realmente ser eficaz. Portanto, antes de refletirmos a respeito das atribuições do profissional de Serviço Social na escola, é importante termos claro quais os espaços sócio-ocupacionais existentes</p>
--	--	--	--	---

				<p>na escola que podem ser utilizados pelo profissional para efetivação de sua prática; encontrados estes espaços, o profissional deverá por meio do estudo, da pesquisa e do planejamento estabelecer e criar novas estratégias de intervenção para que possam trabalhar de maneira efetiva com a realidade apresentada.</p> <p>Mas cabe a nós prestarmos nossa parcela de contribuição neste estudo, apresentando algumas possíveis formas de intervenções profissionais realizadas nos espaços sócio-ocupacionais existentes na escola, elaboradas com base no período em que estivemos presentes na escola E.E. Profª. Dalva Lellis Garcia do Prado realizando nossa observação e busca de compreensão da realidade apresentada.</p>
--	--	--	--	--

				<p>Os novos desafios que o Serviço Social vem enfrentando na contemporaneidade se referem à capacidade de decifrar a realidade e elaborar novas propostas de trabalho que possam atender as atuais demandas, uma vez que, a realidade social está em constante transformação, é importante para o profissional estar sempre aperfeiçoando o seu trabalho, mostrando-se prepositivo e pronto a decifrar as expressões da questão social. De acordo com a atual conjuntura, o Serviço Social está vivenciando um momento de abertura de espaços sócio-ocupacionais no contexto educacional, no entanto, não existe um modelo de prática profissional a ser seguida, mas, a prática profissional tem como base dois eixos fundamentais: o</p>
--	--	--	--	--

				conhecimento teórico metodológico e o conhecimento da questão social que devem ser observados objetivando o melhor desempenho da mesma.
Silva. (2008)	[...] observa-se que os pais depositam unicamente na escola a responsabilidade da educação de seus filhos e, tendo a escola para assumir esse papel, sentem-se desobrigados de serem parceiros. Não se percebem como co-responsáveis e importantes no processo ensino-aprendizagem dos filhos e que por isso precisam se aproximar da instituição escolar. Além disso, ressalta-se também que a relação da escola com a comunidade ainda não obteve o efeito esperado e encontra-se em fase de conquista, pois pelo fato da escola estar localizada na área considerada centro de Belém e seu entorno por ser economicamente de classe alta não se envolve com as questões da escola e esta também não envolve a comunidade. Além disso, a Assistente Social tem observado dentro do espaço escolar da Escola Deodoro de Mendonça ocorrências de violência física, verbal, alunos vinculados a grupos de gangues, desentendimento entre professor e aluno, etc. e se percebe como articuladora do grupo, já que busca trabalhar os professores	Não informado	A Escola Deodoro de Mendonça possui o bloco térreo, onde funciona a direção, a secretaria, o arquivo, a vice-direção, os laboratórios de informática, o auditório, a sala de vídeo, a biblioteca, a secretaria, a sala dos professores, a coordenação pedagógica (Sala de Orientação Pedagógica - SOESE), salas de aula, a cantina, a quadra esportiva, um espaço para educação física e 1 (uma) sala da Associação de Pais e Mestres. No primeiro andar a escola dispõe de 18 (dezoito) salas de aula e sala do grêmio juvenil e no segundo e último andar estão localizadas mais 18 (dezoito) salas de aula. Observou-se que a Escola dispõe de um grande prédio que necessita de uma ampla reforma, pois as instalações além de estar em condições precárias, as salas não são	Falta de clareza da profissional entrevistada no campo de atuação em que se encontra atuando. Talvez uma das justificativas seja: 1) Pelo fato da educação ser um campo que está sendo atualmente retomado pelos profissionais de Serviço Social; 2) Existência de poucas produções nesta área; 3) A dificuldade de acesso há leituras; 4) Falta de melhor entendimento dos profissionais de como intervir nesta área. O estudo permite a conclusão de que a ação do Assistente Social no ambiente escolar deve visar o comprometimento desse profissional com os reais problemas vivenciados no cotidiano

	<p>como agentes multiplicadores, haja vista já que atuam no cotidiano com os alunos. Neste campo de atuação, afirma-se que o profissional do Serviço Social deve ter clara uma perspectiva de trabalho interdisciplinar, integrando-se com as demais categorias profissionais, representações estudantis e estudantes, para que seu fazer profissional seja de complementaridade com os demais saberes, contribuindo para um fazer pautado no pensar, no modo de ser e agir dos sujeitos sociais. Evasão escolar; Nesse cenário, o Assistente Social tem a possibilidade de contribuir a partir da realização de diagnósticos sociais, os quais indicará alternativas possíveis para o enfrentamento da problemática social que o alunado vive e que se reflete no ambiente escolar, bem como podendo identificar fatores que influenciam no campo educacional, tais como a evasão escolar, baixo rendimento, comportamentos agressivos, dificuldade de aprendizagem, repetência, etc.</p>		<p>ventiladas, o piso está bastante deteriorado, dando a impressão de um espaço sem cuidado, apesar das investidas e cobranças da direção junto à Secretaria de Estado de Educação para melhorar o aspecto da escola e, conseqüentemente, melhorar os serviços ofertados aos seus usuários. A escola funciona nos turnos da manhã, tarde e noite, com alunos do ensino fundamental e médio.</p> <p>CONDIÇÕES DE TRABALHO</p> <p>"Uma preocupação apresentada pela Assistente Social é o quantitativo de recursos existente na instituição, principalmente de sua área de formação [...]</p> <p>Nesse aspecto, dispor de um único profissional de Serviço Social atuando, apesar da Escola ser um importante equipamento social de política pública e de atuação deste profissional, haja vista que possui 37 (trinta e sete) salas de aula no turno da manhã, somando cerca de 1.000 (mil) alunos, somente neste turno, é humanamente impossível realizar um trabalho que dê conta das demandas apresentadas". Como a</p>	<p>do processo de ensino-aprendizagem, propondo especialmente alternativas de intervenção que visem contribuir para a redução das dificuldades e dos índices de fracasso escolar. A busca de um trabalho interdisciplinar comprometido com o fenômeno educativo e que projete uma intervenção transformadora em benefício do aluno, também é outro desafio do Assistente Social, considerando-se que a intervenção do profissional permite, em conjunto com a gestão escolar e, portanto, de forma interdisciplinar, a ampliação e incorporação de projetos de intervenção aos projetos pedagógicos das unidades escolares, especialmente no que diz respeito à coerência entre o planejamento do projeto pedagógico e as formas de atuação dos</p>
--	--	--	--	---

			<p>demanda é grande a profissional concentra a atenção no turno da tarde. "Informa, ainda, que somente quando há a mobilização de outros turnos para uma atividade programada é que pode encontrar todos os alunos, pois não pode realizar um acompanhamento com todos e, por isso, trabalha exclusivamente com o público de seu horário, isto é, os alunos da tarde".</p> <p>INSTALAÇÕES FÍSICAS Observou-se que o espaço da sala que a Assistente Social divide com a orientadora e supervisora escolar, chamado de SOESE (Serviço de Orientação Escolar), dispõe de três mesas, uma para cada profissional, dois armários médios e ar condicionado, que não chega a refrigerar quase nada. É uma sala pequena, de aspecto bastante deteriorado, como as demais dependências da escola.</p>	<p>agentes educativos. Nesse sentido, apesar de tantos desafios relativos à especificação de seu campo de atuação e intervenção, o Assistente Social vem re-conquistando paulatinamente este importante espaço de intervenção que é a educação que com o passar do tempo se reduziu. Com sua prática profissional o Assistente Social, pode propiciar alternativas de reflexão e ação, visando melhorias no processo de ensino e aprendizagem, dando os encaminhamentos necessários a partir das demandas que lhe são postas. Por isso, o Assistente Social precisa estar tecnicamente capacitado para lidar com uma série de questões que perpassam o ambiente escolar e que são demandas que necessitam de intervenção suas. A</p>
--	--	--	--	--

				busca por um trabalho interdisciplinar comprometido com a educação e que projete uma intervenção transformadora em benefício do aluno, também é outro desafio do Serviço Social Escolar e, dessa forma, a ação do Assistente Social passa a ser ampliada e incorporada aos projetos pedagógicos das unidades escolares, enriquecendo ao processo educacional.
Silveira (2013)	As falas apontam para falta de clareza sobre o trabalho profissional, expressando a totalidade deste processo, uma vez que, em nível nacional, a categoria ainda está construindo saber e o significado do trabalho nesta área, sendo que os demais profissionais e sujeitos do trabalho profissional percebem a profissão ainda como algo ligado a ajuda, conforme dados já expostos no item anterior. Nesta perspectiva, como profissional ainda da ajuda, o assistente social aparece como um profissional dotado de uma espécie de dom supremo, uma capacidade além dos demais profissionais para a solução dos problemas que emergem	De acordo com os dados da pesquisa, os grupos ou as equipes interdisciplinares com as quais o assistente social trabalha, são coordenadas na sua maioria por profissionais da área da educação, apenas em um espaço ocupacional o grupo de trabalho é coordenado por uma assistente social. Essa situação também pode propiciar um estranhamento na realização da atividade profissional. Em alguns casos o assistente social é único na equipe, não tendo contato com a experiência	Não consta	A fala da AS.12 expressa uma incerteza sobre a própria profissão e não apenas com relação ao Serviço Social na educação, mas do que seja o trabalho do assistente social, quando não vinculado a Política de Assistência Social. Tal fala faz-nos refletir também sobre qual ênfase é dada no processo de formação profissional a esta política setorial e/ou, como a formação

	<p>no cotidiano das escolas e que, em um primeiro momento, parecem extrapolar a capacidade pedagógica do professor. Sendo com isso, os assistentes sociais, através da efetivação do seu trabalho, desafiados a romper com esta concepção de Serviço Social. (p.90)</p>	<p>profissional de outro profissional assistente social. Fator que pode acabar por fragilizar a inserção da profissão na educação, tendo em vista a falta de mapeamento dos profissionais que atuam nesta área, bem como, a ausência de espaços para a socialização de experiências e fortalecimento do profissional, pois apenas no ano de 2012, como relatado no início deste subcapítulo, é que ocorre seminários nesta área de atuação profissional. Realidade que acaba por fragilizar as mobilizações da categoria pela luta de uma educação pública e de qualidade social. (p.79-80) [...] a profissional relaciona a visibilidade positiva do trabalho do Serviço Social na instituição com a ampliação de recursos humanos para o desenvolvimento do trabalho e para que este trabalho seja conhecido e tenha visibilidade. (p.80) [...] todas as profissionais mencionam que trabalham de forma interdisciplinar, sendo que 03, dos 05 espaços ocupacionais pesquisados,</p>		<p>profissional ainda não conseguiu romper com o paradigma pré-existente – devido ao processo histórico ligado a origem do Serviço Social que relaciona equivocadamente as categorias: Serviço Social, Assistência Social, Assistente Social, Assistencialismo e Serviços Sociais. A fala aponta para uma fragilidade na compreensão do significado do Serviço Social, pois a não atuação na Política de Assistência Social e a não realização de atendimentos ligados a esta política parece levar o trabalho do assistente social para uma ação não interventiva na realidade. Como se a atividade profissional em outras instâncias de trabalho, diferente das já consolidadas pela categoria, não fossem trabalho. Quer dizer, então, que a</p>
--	---	--	--	---

		conta na constituição da equipe que o Serviço Social está vinculado com profissionais de outras áreas do conhecimento.(p.116)		intervenção profissional, nesta perspectiva, parece estar atrelada restritamente a instância de execução das políticas públicas, o que modificou a partir do processo de reestruturação produtiva, incidindo na descentralização das políticas sociais[...] (p.91) A defasagem na oferta da Educação Infantil, bem como a necessidade de ampliação das vagas, como exposto na tabela 05, no capítulo a respeito da Educação na Sociabilidade do Capital, foi uma fala reiterada por todas as profissionais pesquisadas.(p.109)
--	--	---	--	--

Fonte: Autor (2018)